

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FaE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LEONARDO DEBOSSAN DE OLIVEIRA

**CONTRIBUIÇÕES DA CATEGORIA
TRABALHO: O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO
CONHECIMENTO NA FORMAÇÃO DA
COORDENAÇÃO DA OCUPAÇÃO ELIANA
SILVA**

BELO HORIZONTE
2018

LEONARDO DEBOSSAN DE OLIVEIRA

CONTRIBUIÇÕES DA CATEGORIA TRABALHO: O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO
CONHECIMENTO NA FORMAÇÃO DA COORDENAÇÃO DA OCUPAÇÃO ELIANA
SILVA

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Linha de Pesquisa: Política, Trabalho e Formação Humana.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Julio de Menezes Neto

BELO HORIZONTE
2018

LEONARDO DEBOSSAN DE OLIVEIRA

CONTRIBUIÇÕES DA CATEGORIA TRABALHO: O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO
CONHECIMENTO NA FORMAÇÃO DA COORDENAÇÃO DA OCUPAÇÃO ELIANA
SILVA

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Julio de Menezes Neto
Universidade Federal de Minas Gerais
Orientador

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Júnior
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. André Luiz Monteiro Mayer
Universidade Federal de Ouro Preto

BELO HORIZONTE
2018

Para todos os movimentos populares
de luta do campo e da cidade.

À luta da classe trabalhadora

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação de mestrado se realizou diante do processo de construção da pesquisa e da escrita, mas ao mesmo tempo de desconstrução e reconstrução de quem a escreve. Encarar a imanência como método, nos obrigada a nos deslocarmos de nossos preceitos, para conhecer o objeto em suas próprias leis e relações com o mundo. Essa caminhada não se fez sozinha, contou com apoio de diferentes pessoas e distintas entidades. Diante do fato agradeço:

Ao meu orientador, o professor Pós-doutor Antonio Julio Menezes Neto, pela confiança no trabalho, pela paciência e serenidade mantida durante o todo esse processo de mestrado.

Ao Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas pela parceria estabelecida, em especial as coordenadoras e coordenadores participantes da pesquisa, pela disponibilidade, atenção e carinho durante os nossos diálogos.

As amigas e amigos da linha de pesquisa Trabalho, Política e Formação Humana e do Grupo de Estudo e Pesquisa Marx, Trabalho e Educação, em especial a Camila Zucon, Amanda Marcatti e ao Marcos Calazans, Luciano Moreira e Humberto Souza.

Ao amigo e colega de trabalho, professor Fabrício Henrique, pelas intermináveis conversas acolhedoras e a minha companheira de todos os momentos, Camila Azevedo, por todo carinho e por todo aprendizado proporcionado nessa caminhada juntos

Aos meus familiares, em especial ao meu pai Altamiro de Oliveira Santos e minha mãe Dreilde de Fátima Debossan pelo exemplo, inspiração, apoio e solidariedade diante de toda a vida.



"A minha alucinação é suportar o dia-a-dia,
e meu delírio é a experiência com coisas reais"

Belchior

RESUMO

Esse trabalho de mestrado teve como objetivo buscar o entendimento sobre o processo de formação das coordenadoras e coordenadores do Movimento de Luta dos Bairros, Vilas e Favelas, durante a luta pela moradia da comunidade Eliana Silva (MLB), localizada no bairro Jatobá, em Belo Horizonte - Minas Gerais. Apresenta como justificativa a necessidade de um estudo aprofundado sobre o processo formativo da coordenação observado que, os sujeitos que compõem esse corpo desempenham um importante trabalho de mobilização na comunidade junto às famílias sem teto, e ainda contribuir com os estudos da universidade sobre a questão supracitada, levando em conta que a produção acadêmica sobre o tema das ocupações urbanas tem seu considerável avanço e recebem uma maior atenção a partir da segunda década dos anos 2000. Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados os referenciais teóricos da obra marxista e marxiana sob a lente da ontologia do ser social, pelos recortes da categoria trabalho e produção do conhecimento, por intermédio e diálogo com os autores Karl Marx, György Lukács e Henri Lefebvre. As coletas de dados foram feitas a partir da análise de documentos do Partido Comunista Revolucionário, organização que centraliza o movimento, e das teses do próprio MLB; da observação in loco na comunidade Eliana Silva realizadas em dois momentos distintos; e entrevista com as coordenações da ocupação selecionadas por meio de uma amostragem intencional. Como resultado observa-se que a categoria trabalho se apresenta como um fator fundante para o processo de produção do conhecimento durante a formação dos sujeitos de coordenação.

Palavras-chaves: Trabalho; produção do conhecimento; formação de coordenação

ABSTRACT

This master's work aims at seeking for a better understanding of the neighborhood, villages and slums' fighting movement coordinators formation procedure midst its struggle for dwelling to the Eliana Silva community located in Jatoba, Belo Horizonte, Minas Gerais. It presents as justification the need for an in-depth study on the coordination formative process observed that the subjects that compose this body perform an important mobilization work in the community with the homeless families and it also contributes to the university studies on the above mentioned question taking into account that academic production on the subject of urban occupations has made considerable progress and has received greater attention since the second decade of the 2000s. For the research development the Marxist and Marxian theoretical references work under the lens of the ontology of the social being were used by the category work and production knowledge through the mediation and dialogue with the authors Karl Marx, György Lukács and Henri Lefebvre. The data collection was made from the documents analysis of the Revolutionary Communist Party, organization that centralizes the movement, and the theses of the MLB itself; of the on site observation in the community Eliana Silva realized in two distinct moments; and interview with the coordinates of the occupation selected by means of an intentional sampling. As a result, it can be observed that the work category presents itself as a founding factor for the process of knowledge production during the subjects coordination formation.

Keywords: Work; knowledge production; coordination formation

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1 – **Localização da primeira e da segunda Ocupação Eliana Silva**

Imagem 2 – **Zoom do terreno da primeira ocupação Eliana Silva**

Imagem 3 – **Zoom do terreno da segunda ocupação Eliana Silva**

Imagem 4 - **Ontologia do ser social: complexos de categorias com centralidade do trabalho.**

Imagem 5 – **A mediação do trabalho e a mediação da educação.**

Imagem 6 – **Totalidade como síntese da objetividade e subjetividade.**

Imagem 7 – **Dialética como interação entre o sujeito e o objeto.**

Imagem 8 – **Metafísica como a separação entre o sujeito e o objeto.**

Imagem 9 – **Idealismo: a ideia precede a natureza.**

Imagem 10 – **Materialismo: a natureza precede a ideia.**

Imagem 11 – **A lógica como conhecimento do conhecimento.**

Imagem 12 – **O processo de trabalho.**

Imagem 13 – **Saltos ontológicos.**

Imagem 14 – **Processo de pedogênese.**

Imagem 15 – **Processo de formação de nuvem.**

Imagem 16 – **Processo de reprodução vegetal.**

Imagem 17 – **Processo de reprodução animal.**

Imagem 18 – **Duplo caráter de transformação do trabalho.**

Imagem 19 – **Processo de investigação para realização do trabalho.**

Imagem 20 – **Estrutura Nacional do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas**

LISTA DE TABELAS

Tabela1 – **Relação entidade, documento e fonte para a análise**

Tabela 2 – **Relação entrevistado com a coordenação e a forma de entrevista**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALMG - Assembleia Legislativa de Minas Gerais

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais

CIPOML - Conferência Internacional de Partidos e Organizações Marxistas-Leninistas

CMP - Central de Movimentos Populares

COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais

FNRU - Fórum Nacional da Reforma Urbana

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

MLB - Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas

MOB - Movimento de Mulheres Olga Benário

MR8 - Movimento Revolucionário Oito de Outubro

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PCR – Partido Comunista Revolucionário

SINDILIMP - Sindicato dos Trabalhadores em Limpeza e Conservação

SINTRASEF - Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal

SIS - Síntese de Indicadores Sociais

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UJR - União da Juventude e Rebelião

UNE - União Nacional dos Estudantes

UP - Unidade Popular pelo Socialismo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Problema de pesquisa, objetivos e justificativas	21
1.2	Metodologia de pesquisa	23
2	ONTOLOGIA MARXIANA E O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO.....	30
2.1	Trabalho e educação.....	32
2.2	Produção do Conhecimento.....	34
2.3	Teoria do conhecimento e “problema” do conhecimento	37
2.3.1	Questões acerca da metafísica e do idealismo.....	42
2.3.2	Questões sobre o positivismo	50
2.3.3	Questões sobre a sociologia e filosofia	51
2.3.4	Sobre a Lógica Formal e Lógica Concreta (Dialética)	52
3	O TRABALHO	55
3.1	Diálogo sobre o trabalho com Karl Marx	56
3.2	Diálogo sobre o trabalho com Gyögy Lukács	63
4	O PARTIDO, O MLB E A COMUNIDADE ELIANA SILVA.....	80
4.1	O Partido Comunista Revolucionário	82
4.2	O Movimento de Mulheres Olga Benário.....	85
4.3	Movimento Luta de Classe.....	86
4.4	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas	87
4.4.1	O Segundo Congresso Nacional do MLB	90
4.4.2	O Terceiro Congresso Nacional do MLB.....	92
4.4.3	O Quarto Congresso Nacional do MLB.....	93
4.5	Eliana Silva.....	97
5	TRABALHO DE CAMPO: OBSERVAÇÕES E ENTREVISTAS	101
5.1	As Observações para Coleta de Dados	101
5.1.1	As Assembleias	101
5.1.2	A reunião do núcleo de famílias	104
5.1.3	A tomada da terra	105
5.1.4	Manifestações públicas.....	107
5.1.5	As audiências públicas.....	109
5.1.6	Reunião de formação de coordenadores.....	111
5.2	As Entrevistas para Coleta de Dados.....	114

5.2.1	A Proposta do Processo Formativo da Coordenação.....	116
5.2.2	O Recrutamento para a Coordenação	121
5.2.3	Processo de Formação das Coordenadoras e Coordenadores do Movimento	122
5.2.4	A Relação entre a Teoria e a Prática no Processo Formativo da Coordenação.....	127
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
	REFERÊNCIA.....	134
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA EM CAMPO	140
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	142

1 INTRODUÇÃO

As inquietações que norteiam esse trabalho estão presentes no processo de produção e reprodução do espaço urbano no contexto da capital mineira, no início da segunda década do século XXI, quando o autor dessa dissertação vivencia a experiência de luta pela moradia, junto aos movimentos organizados, no cenário belorizontino. Tendo em vista as grandes mobilizações ocorridas pelos movimentos socioterritoriais para garantir a conquista da casa própria em conjunto com as famílias pobres de sem-teto, e pelas contradições presentes nesse processo, tem-se a necessidade de aprofundar os estudos sobre a formação de lideranças em ocupações, considerando a importante atuação desses sujeitos nas lutas, em tarefas que vão desde a organização das famílias, passando pela manutenção da ocupação e chegam até a mobilização para impulsionar a luta para questões mais amplas como o direito a cidade e a reforma urbana.

Deparamo-nos na contemporaneidade com vários processos de lutas pela moradia no cenário mineiro, a grande maioria deles liderados por entidades populares organizadas que, na luta pela terra, se expressam como movimentos socioterritoriais¹ (FERNANDES, 2000), uma vez que a luta política e por direitos ocorre visando além da regularização fundiária, a garantia das famílias ocupantes em seus territórios delimitados no processo de ocupação. Como exemplo desses movimentos e entidades populares na metrópole de Belo Horizonte citamos: o Movimento de Luta em Bairros, Vilas e Favelas (MLB), as Brigadas Populares e o Movimento Luta Popular. Estas lutas objetivam a desconstrução do atual modelo de sociedade e que, para tanto, propõem novas concepções que remetem tanto à forma quanto ao conteúdo da cidade, isto é, as outras formas de socialização para além da sociabilidade do capital, na busca de uma sociedade mais justa onde todos caibam.

Este trabalho busca um melhor entendimento da atuação do Movimento de Luta em Bairros, Vilas e Favelas no contexto da capital mineira pelo acesso às terras urbanas, em especial na luta pela moradia na Comunidade Eliana Silva, propondo-se a compreender como ocorre o processo de produção e reprodução social do conhecimento, por meio da formação de lideranças, ocorrido na ocupação, balizados pela centralidade princípios do movimento.

A proposta de trabalho surge devido à participação do autor no processo de luta dessa comunidade, desde suas primeiras movimentações, contribuindo com o projeto de urbanização, com apoio político em diferentes espaços como em mutirões ocorridos na comunidade, nas assembleias de moradores, nas reuniões da coordenação, em audiências públicas e nas discussões para elaboração de um projeto pedagógico da escola da comunidade. Tal envolvimento se dá em razão

¹ Conceito trabalhado em *Movimento social como categoria geográfica*, de Bernardo Mançano Fernandes (2000)

da militância na Associação de Geógrafos Brasileiros – Seção Local Belo Horizonte (AGB-SLBH) desde 2007, entidade que historicamente procura contribuir com a luta e a resistência das ocupações em iminência de despejo (no caso da cidade-metrópole de Belo Horizonte, as comunidades Dandara, Zilah Spósito – Helena Greco, Camilo Torres – Irmã Doroth, Eliana Silva, Conjunto Bandeirantes, Rosa Leão, Vitória e Esperança). Participando de fóruns de solidariedade as ocupações, compondo redes de apoio e contribuindo tanto nas discussões políticas tanto com análise e laudos técnicos.

De início, observamos a cidade expressa em sua forma física, ou seja, como o maior empreendimento construído pelo homem, tanto em sua expansão horizontal culminando em processos de conurbação, quanto em sua expansão vertical devido ao intenso processo de verticalização sofrido pelas grandes cidades, com a necessidade de criação de novos espaços rentáveis, isto é, como um contínuo espaço transformado. Para, além disso, a cidade “é um objeto espacial que ocupa um lugar em uma situação” (LÉFÈBVRE, 1972, p. 65) ou ainda, é “a projeção da sociedade sobre um local” (LÉFÈBVRE, 2001, p. 56). Todavia, no urbano, se estabelecem diferentes redes e relações sociais, que hoje se apresentam como a maior expressão do capital, pois “o urbano é a simultaneidade, é a forma social que se afirma” (MARTINS, 1996). Esse fato remete à produção e à reprodução de contradições que possuem como condição a desigualdade social, em vista do desenvolvimento antagônico da ordem do capital. “Embora a cidade tenha derrubado as rígidas linhas de casta da sociedade pré-industrial, aguçou e diferenciou grupos de rendas e status” (WIRTH, 1967, p. 109), pois com o intenso processo de industrialização ocorrido a partir do século XVIII, as cidades passam por sucessivos processos de transformação (LÉFÈBVRE, 1972).

As relações na cidade são pautadas por relações mercantis, coordenadas pelas ações do capital, pois na “cidade industrial a forma mercadoria e seu conteúdo, o valor de troca, conduziram-na a uma condição intercambiável – desde os lotes de terra perpassando pelos encontros, reuniões trocas, etc., o que vigora é o contrato de compra e venda” (ARAÚJO, 2012, p. 138). Por consequência, a cidade industrial é um espaço de segregação social provocada pelas contradições da e na cidade, pois ela se apresenta diante do processo também como sujeito, uma vez que o espaço produzido não é somente acúmulo, mas também tendência, ou seja, a cidade não é apenas condicionada, mas também condicionante. Sendo assim, “na cidade esta dimensão qualitativa do urbano está presente nas crises – da habitação, da segregação de toda a ordem, do centro e das periferias, da violência [...]” (ARAÚJO, 2012, p. 136).

Destaca-se a importância de pensarmos quais os elementos que integram o processo de manutenção da cidade dentro da lógica capitalista. Nesse sentido, podemos elencar inúmeros fatores presentes na dinâmica social que contribuem com essa manutenção, como sistema de transporte, a educação, a habitação, a saúde, pontuando ainda os agentes que produzem esse espaço como os

proprietários dos meios de produção, os proprietários dos fundiários, os agentes imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1989). Tal processo apresenta a cidade como um espaço de segregação socioespacial, através, por exemplo, dos programas de requalificação do espaço, que promovem as expulsões das famílias pobres para as regiões mais periféricas (da cidade), como resultado das contradições impostas pelo capitalismo no ordenamento urbano.

A metrópole² de Belo Horizonte expressa tais contradições desde sua gênese, podendo ser destacados os processos de remoções de famílias de terrenos ocupados, ocorridos durante a história belorizontina (AFONSO; AZEVEDO, 1987; SOMARRIBA; VALADARES; AFONSO, 1984), uma vez que para a instalação da cidade planejada, foi realizada a desapropriação de toda a Vila Curral Del Rei³, seguidas de inúmeras outras remoções que são realizadas até os dias de hoje, em decorrência do processo de produção e reprodução social do espaço. (CARDOSO, 2003).

Diante da produção e manutenção das contradições (condição para o capital), os movimentos populares encampam lutas em busca da garantia dos direitos e da justiça social. Nesse sentido, eles atuam na organização de grupos sociais excluídos e espoliados de terras, que por sua vez atuam na produção desse espaço (CORRÊA, 1989), da ordem da cidade capitalista, segregados socialmente e espacialmente das infraestruturas de lazer, moradia, transporte, educação... (FERNANDES, 2000). “Todos eles emergem a partir de determinadas condições sociais de existência que lhe dão substância” (GONÇALVES, 2001, p.18) Sendo assim, as lutas sociais se iniciam por necessidades reais, demandas concretas de sujeitos sociais expropriados de terras e trabalho e que, durante o processo, vão adquirindo apoios de outros grupos políticos.

Podemos, então, entender as atuações nos movimentos populares através do recorte dos conflitos produzidos e dos conflitos induzidos (LÉFÈBVRE, 2001). Esses primeiros são os responsáveis diretos da luta social, os que atingem os sujeitos que sofrem de forma mais objetiva as contradições do capital, ou seja, as famílias sem teto na luta pela moradia, os trabalhadores de diferentes categorias nas lutas sindicais, os camponeses na luta pela reforma agrária entre outros. Já os últimos são compostos por sujeitos, que ainda se indignam com as contradições sofridas pelos sujeitos produzidos e que se unem à luta, como apoiadores de diferentes setores e categorias.

Também podemos entender esses processos de luta na capital mineira por outro recorte: o do instituído e do instituinte, em que “o instituinte é o processo produtivo desejante, de característica dinâmica enquanto o instituído é o resultado desse processo e que tem uma característica estática e estável” (BAREMBLITT, 1996 p. 157) e, ainda, “por suas naturezas o instituído tem uma disposição a não mudar e o instituinte aparece como uma atividade revolucionária, criativa e transformadora [...]” (BAREMBLITT, 1996 p. 157). De forma mais

² Conceito trabalhado em “*Belo Horizonte: a cidade planejada e a metrópole em construção*” (MONTE-MÓR, 1994).

³ A Vila Curral Del Rei correspondia à atual região da cidade planejada de Belo Horizonte.

objetiva, entendemos a luta entre o instituído e o instituinte como a disputa entre os projetos da cidade capitalista e os projetos dos movimentos populares organizados. Tais projetos se tencionam no cotidiano, exercendo influência na formação política dos sujeitos envolvidos, como a vivência no urbano e a vivência na comunidade, que se conflitam quando se deparam com as questões de gênero, juventude, periferia, trabalho, transporte, moradia, saúde e educação.

O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) formou-se em 1999, em Pernambuco por meio da articulação e centralidade do Partido Comunista Revolucionário (PCR). Hoje está presente em treze estados do país, sendo atualmente um movimento nacional de luta pela reforma urbana e pelo direito à moradia digna, tendo como principais objetivos democratizar a propriedade da terra e acabar com a especulação imobiliária, mudar a forma de se produzir moradia popular e controlar os preços dos aluguéis. Para tanto, trabalha na organização das famílias sem casa, e na luta pelo acesso às terras no espaço urbano. Nesse sentido, vale destacar o fundamental papel das entidades das organizações populares para articular e impulsionar a luta desses grupos sociais espoliados e expropriados territorialmente, marginalizados e criminalizados socialmente. Milton Santos (2000) afirma que “a organização é importante, como instrumento de agregação e multiplicação de etapas e para encontrar um novo patamar de resistência e luta” (SANTOS, 2000, p. 134). Não cabe a este trabalho diminuir o valor da luta das comunidades que se organizaram espontaneamente, mas apontar os as contribuições dos movimentos e entidades organizados no processo que tomada e redemocratização de terras, ressaltando o papel da formação de coordenadores.

O Partido Comunista Revolucionário (PCR) foi criado em 1966 por militantes egressos do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O núcleo inicial da formação do PCR foi constituído pelo já experiente líder camponês Amaro Luiz de Carvalho e pelos jovens Manoel Lisboa de Moura, Selma Bandeira, Valmir Costa e Ricardo Zarattini. Ainda no ano de sua formação o PCR lança seu primeiro documento de formulação programática, a *Carta de 12 Pontos aos Comunistas Revolucionários*⁴, em que defende a classe operária como vanguarda da revolução socialista brasileira e a ditadura do proletariado.

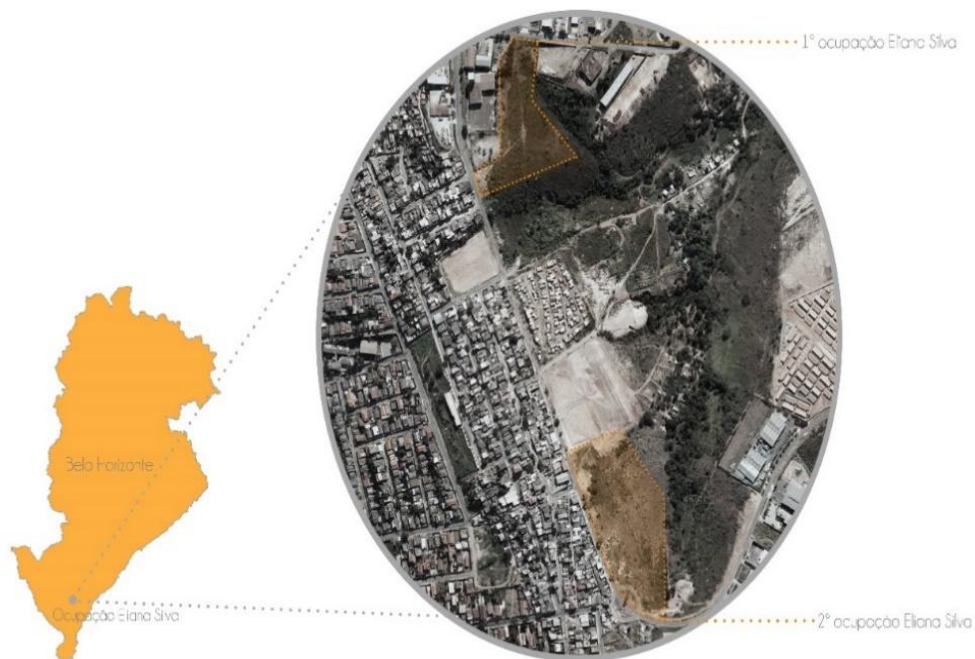
A comunidade Eliana Silva está localizada no bairro Vale do Jatobá, no município de Belo Horizonte – MG. Organizada pelo MLB, a comunidade realizou sua primeira ação direta de em abril de 2012, quando ocupou um terreno que estava abandonado, que assim não cumpria sua função social, com aproximadamente duzentas famílias. Já na primeira semana, a comunidade conseguiu se estruturar com barracos de lona, cozinha comunitária e cadastro das famílias, comissões de organização, portaria e segurança. Desde a entrada até o despejo as famílias, junto

⁴ Documento disponível: <<https://www.marxists.org/portugues/lisboa/1966/mes/carta.htm>> Acesso em 02/07/2017.

com o MLB conseguiram estabelecer, ainda que insipiente, uma relação de comunidade, efetivando até uma escolinha creche para o cuidado com as crianças. Tal processo durou aproximadamente quatro semanas, quando a Polícia Militar de Minas Gerais, por ordem do governo do município de Belo Horizonte, realizou uma ação de reintegração de posse, fazendo uso de um grande aparato militar. A ação ocorreu de forma muito violenta expulsando com o uso de armas letais e “não letais” os moradores de seus barracos. No entanto, o MLB e as famílias se reorganizaram e, em agosto de 2012, realizaram uma nova ocupação com aproximadamente duzentos e cinquenta famílias, onde permanecem até os dias de hoje na luta pela regulamentação fundiária.

Hoje em dia, ano de 2018, a comunidade se encontra com todas suas residências em alvenaria, projeto urbanístico elaborado por uma equipe de arquitetos, ruas identificadas, instalação elétrica da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG concluída e a creche e biblioteca autônoma da comunidade funcionando.

Imagem 1– Localização da primeira e da segunda Ocupação Eliana Silva



Fonte: <https://dialogoselianasilva.wordpress.com/2012/10/31/historia-da-comunidade-eliana-silva/> Acesso em 03/06/2017

Imagem 2 – Zoom do terreno da primeira ocupação Eliana Silva



Fonte: <https://www.google.com.br/maps> - adaptada pelo autor

Imagem 3 – Zoom do terreno da segunda ocupação Eliana Silva



Fonte: <https://www.google.com.br/maps> - adaptada pelo autor

No processo de luta, as famílias ocupantes participaram e ainda participam de diversos espaços e vivências propostas pelo MLB e sua rede de apoio, que visam promover a formação política, crítica e anticapitalista. O objetivo é possibilitar experiências para a formação de uma

consciência coletiva, combativa e autônoma. Na concepção marxiana, um homem só pode ser considerado autônomo quando “é senhor de si mesmo, quando deve a si seu modo de existência. Se, ao contrário, considera-se dependente, não só no que tange à sua própria manutenção, mas na fonte de sua vida, a última, por não ser sua própria criação, fundamenta-se fora dele, aliena-se” (MARX, 1978, p. 14).

Os espaços e vivências da e na comunidade Eliana Silva carregam intencionalmente em si valores, princípios e utopias provenientes de um projeto de uma sociedade socialista, decorrente da elaboração política do MLB. O envolvimento dos sujeitos ocupantes nesses espaços e vivências caracteriza um processo de formação, pois ocorrem processos de interações intencionais em que quem educa é o outro em situações coletivas, segundo as diretrizes do MLB. Destacam-se ainda os momentos de maior interação dos sujeitos ocupantes com a direção do movimento, como na iminência de uma ação de reintegração de posse. Durante todos esses processos alguns sujeitos apresentam uma maior organicidade, possibilitando uma formação mais ampla sobre questões referentes à tomada da consciência de classe e as necessidades da transformação social, por meio da superação da ordem do capital. Devido a essa maior organicidade esses sujeitos acabam se destacando como lideranças no movimento e são convidados a compor o quadro da coordenação.

Segundo Gohm (2011), desse processo se espera como resultado a consciência e a organização de como agir em grupos coletivos, a construção e a reconstrução de concepções de mundo e sobre o mundo, a contribuição de um sentimento de identidade com uma dada comunidade, a formação do indivíduo para as suas adversidades e a produção de conhecimentos a partir de sua própria prática e o desenvolvimento e acúmulo político do grupo. No entanto, pelo fato de os sujeitos ocupantes vivenciarem tanto o instituído quanto o instituinte, esse processo apresenta limites, pois não acontece de maneira pura, livre de contradições, ou seja, o processo de formação não ocorre como substância.

Aprofundando-nos no processo de formação de lideranças, faz-se importante pensar as bases ontológicas (LUKÁCS, 1978; LUKÁCS, 1979; MARX 1978) que perpassam o MLB, que dizem respeito à produção e à reprodução social do conhecimento, pois tais bases se desdobram em consequências na prática de formação no interior da comunidade, uma vez que as apreensões da realidade e das categorias sociais por meio das doutrinas idealistas e materialistas (LÉFÈBVRE, 1991) se fazem por métodos diferentes. Pois quando as categorias são percebidas e apreendidas de forma idealista têm-se uma compreensão mistificada e falseada da realidade social. Por esse motivo se faz necessário o esforço para a análise do real, das condições objetivas da realidade. Pois “não se trata apenas de uma questão teórica, mas também prática, os resultados, para a luta social, são extremamente danosos, pois sempre desembocam ou no voluntarismo ou no reformismo” (TONET 2012, p. 203), quando se foge das bases ontológicas do mundo objetivo. Tendo o apontamento

acima como princípio, tem-se que a existência do ser, ou seja, a forma concreta do mundo precede qualquer forma de pensamento e não o contrário. A produção do conhecimento se dá a partir das condições objetivas de cada momento histórico.

Henri Lefebvre a partir de sua obra “Lógica Formal e Lógica Dialética”, compreende o conhecimento como sendo uma construção materialista, ou seja, ele é um fato, já que desde sempre os seres humanos conhecem aquilo que lhes ocupa a vida prática, sejam os objetos, sejam os seres que a ele coexistem. O conhecimento, para Lefebvre, é também dialético, pois, os seres que conhecem e os objetos que são conhecidos agem e reagem entre si, assim, sujeito e objeto vivem em uma constante interação, sendo partes de um todo.

Tais métodos nos remetem ao processo de formação dos sujeitos ocupantes (elaboração da consciência). Diante disso, destaca-se “que Marx entendia a consciência como um produto tardio do desenvolvimento do ser material” (LUKÁCS, 1978, p. 3) e que essa “consciência reflete a realidade e, sobre essa base, torna possível intervir nessa realidade para modificá-la” (LUKÁCS, 1978, p. 3). Diante de tal colocação compreende-se que a produção do conhecimento deve apresentar como alicerce a interpretação fiel das materialidades do mundo e das categorias sociais nele presente, para que a atuação dos movimentos de luta não ocorra no campo de uma *realidade* abstrata.

Destaca-se ainda que a luta dos movimentos socioterritoriais traz na contemporaneidade um grande desafio, pois além do processo de entrada e permanência na terra, ela carrega consigo o objetivo da tomada de consciência de classe. Devido aos avanços das estratégias do capital, que se objetivam na economia política do espaço, ocorreu a apassivamento da classe trabalhadora alienada dos processos e produtos do trabalho⁵ e por consequência o recuo da consciência de classe (IASI, 2006)

Embora a classe trabalhadora tenha suas relações humanas na realidade objetiva, ou seja, na sociabilidade do capital, é importante destacar que a sociedade é dividida entre os proprietários dos meios de produção e aqueles que vendem sua força de trabalho em que se produz a mais valia. E no enfrentamento a esse antagonismo que está a real possibilidade da tomada da consciência de classe, “no movimento que a leva da alienação inicial à rebeldia, a constituição das lutas imediatas, da possibilidade de constituição de um sujeito histórico” (IASI, 2006, p. 74).

1.1 Problema de pesquisa, objetivos e justificativas

Tendo em vista as disputas socioterritoriais presentes em Belo Horizonte, com foco nas ações realizadas pelos movimentos organizados, pergunta-se como o processo de luta do MLB na Comunidade Eliana Silva possibilita a produção e reprodução do conhecimento na formação de

⁵ Categorias trabalhadas no capítulo seguinte com referência em MARX, Karl (2013). *Processo de Trabalho e Processo de Valorização*.

lideranças do movimento, por intermédio da categoria trabalho. Uma vez que ocorre através dos espaços, vivências e ações da/na comunidade, bem como as assembleias do movimento e as ações diretas, como ocupações de terras e espaços públicos, os atos públicos, os seminários temáticos propostos pelo movimento e rede de apoio, reuniões com outras entidades e audiências públicas, ou seja, o processo de formação em decorrência do processo de luta.

Tem-se com hipótese que o processo de formação possibilita a produção e reprodução de conhecimento por meio dos sujeitos coordenadores, que acumulam experiências coletivas e contra hegemônica, objetivando um processo revolucionário mais amplo, através de suas mediações com o mundo, nas quais o transforma e transformam a si mesmo. E assim conseguem avançar sobre os limites da luta pela moradia, impulsionando-os para a tomada de consciência de classe (CAMPOS, 2012, WELMOVICKI, 2008)⁶.

Sendo assim essa dissertação apresenta como objetivo geral investigar como as atividades que acontecem na Comunidade Eliana Silva contribuem para a produção e reprodução social do conhecimento e na formação dos sujeitos ocupantes que exercem quadros de coordenação por meio do recorte da categoria trabalho.

Como objetivos específicos, podemos citar:

- a) *Identificar e caracterizar os sujeitos que ocupam as lideranças da comunidade*
- b) *Analisar o processo de formação de lideranças;*
- c) *Caracterizar e analisar os objetivos do processo de formação de lideranças;*
- d) *Caracterizar e analisar o papel da luta pela moradia na produção e reprodução social do conhecimento*

Este projeto se justifica pela relevância de analisarmos e avaliarmos as formas de atuação dos movimentos socioterritoriais urbanos, observando a possibilidade das coordenadoras e coordenadores do MLB, sujeitos que desempenham um importante trabalho de mobilização na comunidade junto às famílias sem teto, acumularem experiências, que possibilitem processos de formação política incursa na produção social do conhecimento, visando alcançar a apreensão real das categorias envolvidas, livres de suas formas mistificadas, de modo que a luta pela moradia possibilite se impulsionar para além de experiências isoladas.

Por fim, destacamos a importância de preencher uma lacuna nas pesquisas acadêmicas, uma vez que são poucos os trabalhos a discutirem tal questão (OLIVEIRA JÚNIOR, 2004;

⁶ Ambos os autores trabalham a discussão entre a consciência de classe e a consciência cidadã.

BEZERRA, 2006).⁷ Este projeto visa aproximar ainda mais a universidade dessa discussão e busca contribuir com apoio técnico, político e científico para os movimentos sociais, tanto pelo potencial acadêmico que possui, quanto por acreditar, entender e respeitar a legitimidade da luta social.

1.2 Metodologia de pesquisa

Esta pesquisa será abordada pelo referencial metodológico marxista através da dialética histórica materialista, utilizando o método quanti-qualitativo trabalhado por Lefebvre (1991), ao entendera que a realidade, o mundo material, a vida é composta por elementos quantitativos e qualitativos, objetivos e subjetivos, dizem da forma e conteúdo, expressos na inter-relação entre a universalidade e a singularidade passando pela particularidade. A investigação deve reconhecer a necessidade de estabelecer as conexões fundamentais para garantir a unidade dialética e alcançar a pertença totalidade.

Lefebvre (1968), ao expor o método marxiano de investigação, fala do movimento de *detour* para se chegar à gênese, um processo regressivo quando busca a origem e progressivo quando remonta o movimento histórico, libertando-o de suas limitações pelo processo reflexivo e interpretativo, logo, reinventando formas de ler o velho, para encontrar novos significados, novas conexões. A descoberta de novos sentidos, a apropriação do movimento, nos possibilita encontrar ou construir novos caminhos (PRATES, 2003).

Segundo Prates (2012), a perspectiva dialética consiste em, antes de tudo, ver a vida como um movimento permanente, como um processo de provisoriade, o que precisa ser contemplado na análise das formas e dos fenômenos sociais, de modo a superar uma visão estagnada de estados à medida que se reconhece o movimento, o devir, que será novamente negado para que o próprio movimento siga seu curso.

O estudo quanti-qualitativo apresenta-se como uma ferramenta para compreensão da realidade e não deve ser aceito como uma relação dicotômica. Lefebvre (1991) afirma que o mundo qualitativo só se expressa no real com suas estruturas e propriedades na esfera quantitativa, sem com isso perder o seu caráter qualitativo,

Nesse sentido:

Tão somente a quantidade permite que nosso mundo qualitativo tenha uma estrutura definida, sem deixar de ser qualitativo. No devir, a qualidade dura, se prolonga, se repete, conserva-se a mesma no curso, de um crescimento quantitativo gradual [...] por seguinte, a quantidade introduz a continuidade concreta, a gradualidade. Mas introduz também a descontinuidade. O ser qualitativo considerado em sua relação com a quantidade, manifesta-se como uma unidade concreta, a unidade de vários instantes sucessivos, durante os quais a realidade não se modifica. (LEFEBVRE, 1991, p. 211)

⁷ (OLIVEIRA JÚNIOR, 2004 e BEZERRA, 2006). Autores trabalham o processo formativo nos movimentos de luta pela moradia.

A qualidade e quantidade se apresentam como categorias indissociáveis e necessárias as determinações uma da outra. No entanto elas não se misturam, não dizem de uma fusão expressa em uma unidade abstrata. Estabelecem uma interação contraditória em que se nega e se afirmam uma a outra. A quantidade então não pode ser reduzida ao quantificar a coisa, mas sim das possibilidades postas para as transformações ou permanências qualitativas. “o momento em que a qualidade desaparece em que é criada outra qualidade, é também o momento no qual a quantidade manifesta que ela não era inessencial a coisa, mas fazia parte de sua essência” (LEFEBVRE, 1991, p.201). Temos assim que uma árvore não é uma muda grande, ou que uma criança não é um adulto pequeno.

Prates (2012) aponta que “os chamados estudos quanti-qualitativos, mistos ou multimetodológicos se constituem na articulação de ambos os tipos de dados”.

E ainda:

Entendemos que a caracterização de uma pesquisa quanti-qualitativa ou mista difere dos estudos classificados como quantitativos e qualitativos, e não só pode como deve, valer-se de característica de ambos, mesmo que enfatize um ou outro, conformando-se com outro tipo de estudo, com particularidades que emanam de ambos. Exatamente por enfatizar a articulação de dados dos dois tipos, são mais coerentes com o método marxiano de investigação, que ressalta a relação como necessária (PRATES, 2012, p. 6).

A abordagem quanti-qualitativa dentro de referencial marxista não se trata de entender o sujeito como passivo e receptivo, distintos e dissociáveis como entendem os positivistas, mas sim da compreensão que tais formas e conteúdos são indissociáveis e se necessitam numa perpétua interação regida pela categoria dialética.

Importante destacar que o método materialista histórico dialético não se restringe à interpretação e compreensão da lógica do capital explicitado na obra tardia de Marx, mas de uma maneira de apreensão da realidade objetiva, na qual a ontologia precede a epistemologia, rompendo assim com qualquer forma especulativa do real. Dessa forma, para se entender a vida e o mundo, parte-se da vida e do mundo e não dos conceitos sobre a vida e o mundo. Pois as categorias são apreendidas no mundo social e historicamente construídas e não da elaboração do pensamento humano e social e despejadas na vida.

A coleta de dados será realizada a partir dos seguintes métodos de pesquisa trabalhados em Marconi e Lakatos (2012); Laville e Dionne (1999); Brasileiro e Souza (2007); Japiassu, (1978); Thiollent (2009); Oliveira (2007); Moreira (2005)

- Observação

O processo de observação diz do dispor dos sentidos humanos por parte do sujeito que conhece ao objeto a ser conhecido, com o objetivo de entender o fenômeno em suas leis e propriedades, sendo fiel a forma no qual se apresenta, livre de determinações especulativas provenientes do

pensamento. Permite o contato do sujeito com o objeto com pouca intervenção no fenômeno a ser entendido, apresenta meio direto e satisfatório para estudar uma ampla variedade de fenômenos, acumulando dados, que possibilitam elementos para a formulação e delimitação do problema de pesquisa.

A delimitação do campo de observação abrange todo o objeto de pesquisa, ou seja, a ocupação Eliana Silva, por ser uma comunidade geograficamente concentrada, sendo os outros espaços complementares de observação externos a ela muito pontuais e sazonais.

Por meio da observação procura-se entender o sentido que os atores atribuem aos fatos. Essa metodologia analisa as práticas coletivas na comunidade, com o objetivo de compreender quais os momentos destinados a formação dos e das coordenadoras, de modo a proporcionar a tomada de uma consciência crítica e autônoma, através da participação, deliberação e autocrítica, presentes nas atividades desenvolvidas.

Tal instrumento apresenta como limites a presença do observador, que pode provocar alterações no e do comportamento do fenômeno observado; há possibilidade de uma apreensão distorcida da realidade, devido a proximidade do pesquisador com o objeto, o tempo de observação, fatores imprevistos que venham a ocorrer e a definição dos espaços a serem observados.

- Entrevista não dirigida

É o encontro entre duas ou mais pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto. Na entrevista não dirigida ocorre um diálogo com objetivos definidos, no entanto o pesquisador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção. Permite explorar mais amplamente uma questão. Esse instrumento possibilita identificar valores e práticas de universos sociais específicos, em determinados graus de delimitações em que os conflitos e contradições não se apresentam de forma explícita. Ele permite que o entrevistador aprofunde em questões levantadas de forma a coletar informações que, dizem do modo como cada sujeito percebe a realidade descrita no recorte do objeto de pesquisa previamente determinado.

No processo de formulação da entrevista foi definido o objeto a ser conhecido, isto é, o processo de formação de coordenadores e coordenadoras da comunidade, diante do problema de pesquisa proposto, elencando possíveis categorias, em vista de uma análise prévia, por meio da observação em campo e do estudo de documentos sobre o contexto no qual a pesquisa foi realizada, sem com isso afirmar ou reduzir a esses a investigação. Diante do processo supracitado foram propostas as seguintes categorias de análise:

1. *Sujeitos que ocupam as lideranças da comunidade;*
2. *Princípios do processo de formação de lideranças;*
3. *Formação de lideranças;*
4. *Práxis da luta para a produção e reprodução social do conhecimento;*

A definição do critério de amostragem segue a posição que consiste na seleção dos sujeitos partindo de uma valorização por critérios qualitativos. Segundo Thiollent (1947):

Na prática da pesquisa social, a representatividade dos grupos investigados se dá por critérios quantitativos (amostragem estatisticamente controlada) e por critérios qualitativos (interpretativa ou argumentalmente controlados). Mesmo em pesquisa convencional, ao planejarem amostras de pessoas a serem entrevistadas com alguma profundidade, os pesquisadores costumam recorrer as chamadas *amostras intencionais*. Trata-se de um pequeno número de pessoas que são escolhidas intencionalmente em função da relevância que elas apresentam em relação a um determinado assunto. Esse princípio é sistematicamente aplicado no caso da pesquisa-ação. Pessoas ou grupos são escolhidos em função de sua representatividade social dentro da situação considerada. (p.65)

Ao adotar esse critério, o princípio da aleatoriedade é descartado, mas diante da população pertencente ao recorte do objeto, as unidades não são consideradas equivalentes, ou seja, carregam em si diferentes valores, com isso se justifica a adoção desse critério. Tem-se ainda que diante das amostras intencionais podem ocorrer distorções por questões idiossincráticas, mas que podem ser identificadas mediante o processo das entrevistas e se analisadas perante as observações realizadas em campo (THIOLLENT 1947). Perante o decorrido foram selecionados sete sujeitos, que tiveram suas identidades preservadas como previsto no termo de esclarecimento e livre consentimento apresentado e assinado por eles (*documento em anexo*).

A elaboração de um roteiro de pesquisa (*documento em anexo*) apresenta uma estrutura em escala, em que por meio da questão central foram originados os objetivos gerais e de pesquisa. Deles partem as formulações das questões de pesquisa, objetivos específicos e categorias de análise, que por sua vez deram origem a elaboração das perguntas do roteiro.

Esse instrumento foi utilizado com três indivíduos em um pequeno grupo heterogêneo com quatro membros da coordenação, que contemplava de forma mais relevante a coordenação presente na comunidade, em torno do objeto de pesquisa, com o objetivo de avaliar qual a percepção desses sujeitos perante o processo de formação de coordenadores da comunidade. Para registro das atividades foi utilizado um caderno de campo para observações escritas e um gravador de voz. Os registros foram consultados para análise, porém não foram disponibilizados na íntegra nesse trabalho, em vista do acordo feito com os entrevistados.

Apresenta-se como limites desse instrumento a dificuldade de expressão de ambas as partes, incompreensão por parte do informante ao propor uma pergunta ou solicitar uma informação, a possibilidade do entrevistado ser influenciado pelo entrevistador e retenção de alguns dados importantes por negligência de ambas as partes.

- Análise de documentos

A análise documental deve extrair um reflexo objetivo da fonte original, permitir a localização, identificação, organização e avaliação das informações contidas no documento, além da contextualização dos fatos em determinados momentos (MOREIRA, 2005). Esse movimento de análise só se faz possível perante a mediação do pesquisador com o contexto da pesquisa e com outras fontes de dados, pois documentos não existem isoladamente, precisam ser situados em uma estrutura teórica para que o seu conteúdo seja entendido.

As vantagens de utilizar o instrumento de análise documental consistem no baixo custo e na estabilidade das informações por serem *fontes fixas* de dados, sendo essa uma técnica que não altera o ambiente ou os sujeitos e permite o desenvolvimento do trabalho sujeito ao menor número de variantes. Quanto às limitações, destacam-se a falta da vivência do fenômeno para melhor representá-lo, uma vez que o contato com o documento diz da tentativa de compreensão de um determinado fenômeno pela representação escrita. (OLIVEIRA, 2007).

Esse momento da pesquisa tem como objetivo organizar e interpretar os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto na investigação, isto é, o processo de formação da coordenação da ocupação. Para isso foram selecionados documentos, observado o critério de autoria, ou seja, documentos produzidos e ou assumidos pelas Organizações, disponibilizados via internet, nos sites oficiais ou na forma impressa, arquivados nas sedes das coordenações de cada entidade, como descrito no quadro abaixo:

Tabela1 – Relação entidade, documento e fonte para a análise

ENTIDADE	DOCUMENTO	FONTE
Partido Comunista Revolucionário	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Carta de apresentação</i> • <i>Estatuto</i> 	http://pcrbrasil.org/
Movimento de mulheres Olga Benário	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Carta de apresentação</i> 	http://movimentodemulheresolgabenario.blogspot.com.br/
Movimento Luta de Classe	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Carta de apresentação</i> 	http://www.lutadeclasses.org/
Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Carta de apresentação</i> • <i>Teses do 2º Congresso Nacional do MLB</i> • <i>Teses do 3º Congresso Nacional do MLB</i> • <i>Teses do 4º Congresso Nacional do MLB</i> • <i>Artigo: Mina Casa, Mina Vida</i> • <i>Artigo: O Preço dos Alugueis</i> • <i>Artigo: O MLB e a Autogestão</i> 	https://www.mlbbrazil.org/
Ocupação Eliana Silva	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Registros diários no blog</i> 	http://ocupacaoelianasilva.blogspot.com.br/
Unidade Popular pelo Socialismo	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Unidade Popular pelo Socialismo: é necessário o poder político nas mãos dos trabalhadores</i> • <i>Programa da Unidade Popular (UP)</i> 	http://averdade.org.br/2014/12/unidade-popular-pelo-socialismo-e-necessario-o-poder-politico-nas-maos-dos-trabalhadores/ http://unidadepopular.org.br/

Fonte: Elaborada pelo autor

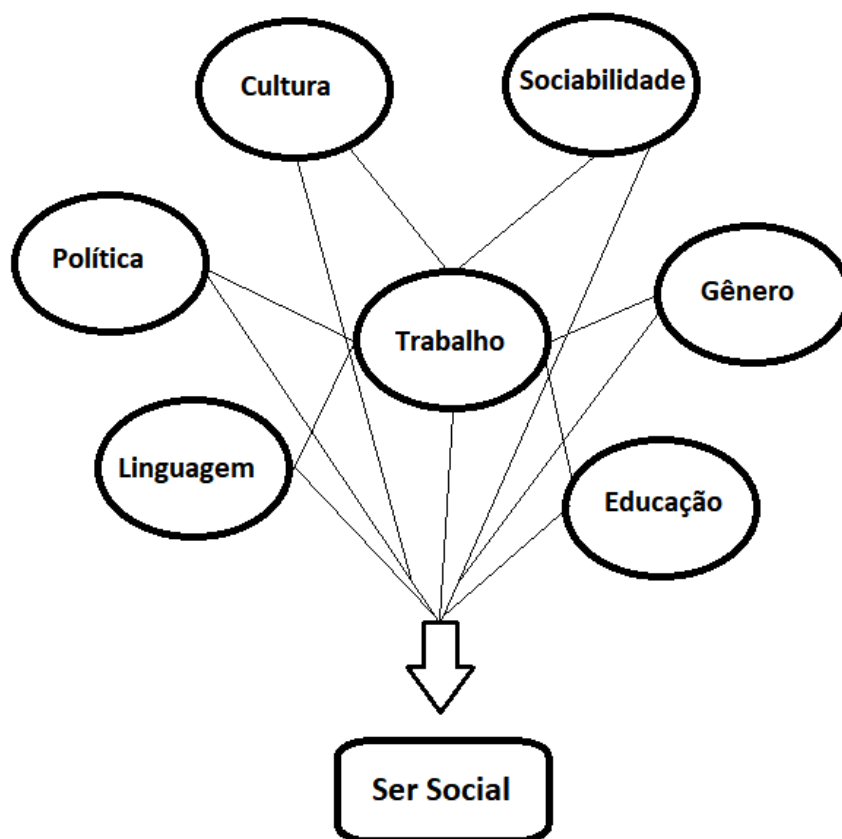
Por fim foi realizada a análise dos dados coletados pelos três instrumentos citados anteriormente. No processo da análise das informações obtidas na etapa descritas, às categorias elencadas para a realização da coleta de dados retornam assumindo a centralidade do processo, de forma a proporcionar a intersecção e a triangulação dos dados com objetivo de depurá-los das formas previamente estabelecidas do pensamento, ou seja, resgatando o caráter imanente da pesquisa, ao passo da tentativa de se livrar das formas transcendententes das produções de conhecimento. Nesse ponto se destaca a importância de utiliza-se de mais de um instrumento de coleta de dados, pois dessa forma se faz possível triangular as inferências obtidas nas análises. Desse modo carrega-se a pretensão de chegar às considerais finais desse trabalho se aproximando o mais fielmente das condições objetivas das questões que o perpassam, sem desconsiderar ou negligências os limites conferidos pelo pesquisador no decorrer do trabalho, considerando a proximidade com o objeto de pesquisa e seus valores pré-estabelecidos sobre ele, que poderão estar presentes tanto na forma quanto no conteúdo dessa dissertação.

2 ONTOLOGIA MARXIANA E O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO.

Quando se trabalha a questão da educação a partir da abordagem marxiana têm-se dois movimentos que podem ser realizados para se alcançar tal entendimento. O primeiro deles seria por meio da leitura das obras de Marx localizar e analisar os apontamentos feitos pelo autor a respeito do tema. Já segundo movimento busca compreender o papel desempenhado pela categoria educação dentro da teoria geral do ser social (TONET 2015). Dessa mesma forma faz-se necessário recorrer a essa teoria para o real entendimento do processo social de produção e reprodução do conhecimento.

Na ontologia marxiana (*teoria geral do ser social*) o trabalho se apresenta como a categoria central, mas não exclusiva da formação do ser social, pois ela é apenas um dos momentos fundantes desse ser. Outras categorias como a política, a cultura, a linguagem, a educação, o conhecimento também integram esse processo (sem limitar-se a essas). Apresenta-se uma “dependência ontológica de todas elas em relação ao trabalho, pois esse constitui seu fundamento. Autonomia relativa, pois cada uma delas cumpre uma função que não resulta mecanicamente da outra da sua relação com o trabalho; determinação recíproca, pois todas elas se relacionam entre si” (TONET 2015, p. 206.).

Imagem 4 - **Ontologia do ser social: complexos de categorias com centralidade do trabalho.**



Fonte: Elaborada pelo autor

Pelo trabalho o homem realiza a mediação com a natureza, ou seja, realiza as transformações necessárias para continuidade de sua existência. É pelo trabalho que o ser social produz os objetos externos a ele, com o objetivo inicial de suprir suas demandas. Assim transforma frutas, verduras, legumes em alimentos, a madeira em mesa, a pedra em faca, o couro em roupa. No primeiro momento visa modificar a natureza determinado a extrair dela, as condições e elementos necessários para se manter em vida. Desse modo o trabalho deve ser compreendido como a categoria que permite o contato do ser social com o mundo concreto e que concede o desenvolvimento das outras demais categorias sociais, também responsáveis pelo processo de constituição do ser que estabelece relações.

A capacidade do ser social de pensar previamente sua ação de trabalho antes de executá-la o distingue do mundo natural, sem com isso dizer que ele não está contido na natureza inorgânica e orgânica. O homem é o único ser capaz de transformar o mundo de forma a propor e executar a formação de um novo diante da natureza. Tal característica não pode ser encontrada com tamanha complexidade nas demais formas do existir, só se ocorre

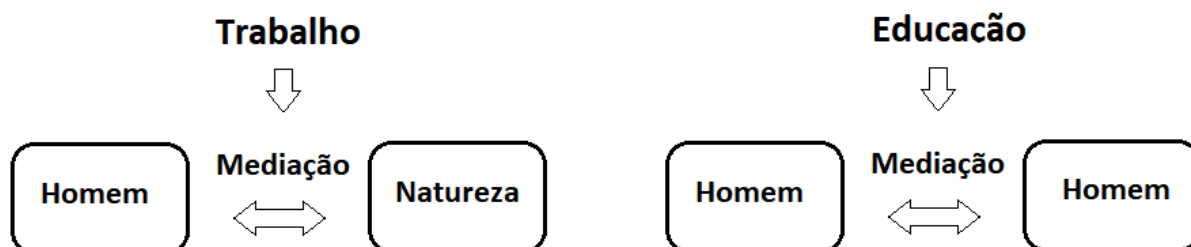
dessa maneira na esfera humana. “Projetando antecipadamente na consciência o fim a ser atingido e agindo de modo intencional sobre a natureza, o homem produz uma nova realidade, radicalmente diferente daquela natural” (TONET 2015, p. 205.).

Ao passar a natureza de sua condição inicial, a um estado qualitativamente e radicalmente novo o homem, por consequência, passa a um novo estado de consciência, que é dado pelo entendimento do trabalho como síntese da subjetividade e objetividade, ou seja, da consciência e realidade objetiva. Essa síntese é realizada pela atividade prática que o ser social estabelece com o mundo material, pois no primeiro momento, ainda preso as barreiras naturais, o ser social em sua protoforma agiu sobre a natureza de maneira instintiva, ou seja, de forma espontânea; mas ao modificar os elementos presentes no mundo, em busca de suprir suas necessidades, ele consegue sistematizar aquela ação sendo capaz de reproduzi-la a posteriori, tomando assim consciência de seus atos e de sua existência.

2.1 Trabalho e educação

Educação aqui deve ser entendida como um momento que compõe o ser social, pois ela é a medição entre os homens e por ela os indivíduos se apropriam das habilidades, valores, culturas que, os permitem a sociabilidade com outros indivíduos e se instituir na vida societal. Através do processo educativo são repassados os conhecimentos já produzidos pela humanidade, que possibilitam a reprodução de novos conhecimentos. Sendo assim, necessária uma interação entre a produção do conhecimento para a produção do novo, pois somente com a compreensão das bases existentes pode-se partir em direção ao inédito; e esse inédito está condicionado as materialidades do presente. A educação trabalhada dessa forma apresenta-se nesse contexto como uma necessidade antropológica.

Imagem 5 – A mediação do trabalho e a mediação da educação.



Fonte: Elaborada pelo autor

Nas *comunidades primitivas* o processo educativo ocorria de forma mais orgânica, uma vez que não era destinada a uma pessoa para ação de ensinar, somado a isso, também não se destinava um tempo e nem um espaço determinado para que ele ocorresse. Educação era um processo composto por distintos momentos, diferentes tempos, diversos lugares e pelo coletivo dos sujeitos.

No processo de desenvolvimento social, com o estabelecimento da propriedade privada e da divisão social do trabalho, a sociedade se divide entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores livres que vendem sua força de trabalho. Ocasionalmente a separação entre o trabalho intelectual e manual. Tem-se que essa nova forma de produção impõe ao trabalhador um processo de alienação do trabalho e do produto do trabalho, e acaba por subordiná-lo as forças sociais estranhas, dadas agora pela exploração do homem e submetida ao próprio homem.

O novo tipo de produção racionalizada demandava um novo tipo de homem, capaz de ajustar-se aos novos métodos da produção, para cuja educação eram insuficientes os mecanismos de coerção social; tratava-se de articular novas competências a novos modos de viver, pensar e sentir, adequados aos novos métodos de trabalho caracterizados pela automação, ou seja, pela ausência de mobilização de energias intelectuais e criativas no desempenho do trabalho. O novo tipo de trabalho exigia uma nova concepção de mundo que, fornecesse ao trabalhador uma justificativa para a sua crescente alienação e ao mesmo tempo suprisse as necessidades do capital, com um homem cujos comportamentos e atitudes respondessem às suas demandas de valorização. (KUENZER, 2005, p. 18)

O trabalho agora se apresenta em uma nova configuração. Regido pelas condições sociais e materiais de seu tempo, ou seja, pelo seu atual modo de produção. Independente de sua forma atual, ele continua desempenhando seu papel no processo de humanização do ser social, no entanto apresenta limites para sua efetivação plena, uma vez que no tempo contemporâneo sua aparência (trabalho alienado) desloca-se de sua essência ontológica. A possibilidade do trabalho dada a efetivação do ser social em sua emancipação humana, só poderá ser encontrada com a superação da lógica do capital e por consequência na superação da exploração do homem pelo homem; ultrapassando assim as barreiras do estranhamento humano.

As desigualdades geradas pela divisão do trabalho acabam por condicionar a educação, que agora está subordinada à reprodução ampliada do capital. Tem-se que ela assume uma nova forma e um novo papel na sociedade contemporânea, que também se distancia, embora não deixe de cumprir, da sua essência, ou seja, a mediação entre os indivíduos humanos. Nesse ponto a educação assume a aparência e o conteúdo da nova forma

social originada na modernidade. A mediação entre as pessoas é ditada pela sociabilidade capitalista. Ela agora assume a responsabilidade de proporcionar a igualdade entre os homens, sobre tudo quando reduzida aos processos educacionais⁸. Porém uma igualdade ancorada na farsa do conteúdo da cidadania, isto é, em um discurso que elimina a contradição presente entre capital e trabalho; e dissolve a luta de classe por meio da imposição da igualdade de todos perante o Estado Democrático de Direito; amparado por suas estruturas de poder e velada pelo aprofundamento da democracia burguesa.

No entanto, somente o discurso não se faz suficiente para a manutenção da ordem vigente. A educação encarrega-se de executar a ação de capacitar agora, o cidadão para um ato laboral, que se insira dentro do modo de produção capitalista, por meio da divisão social do trabalho. Prepara-se o atual cidadão, munido por seus direitos, para uma determinada função dentro do processo de trabalho, dando-lhe somente as informações e conhecimentos para e execução do determinado ato. Ou melhor, a educação, agora reduzida ao processo formal, restringiu-se a qualificação de força de trabalho dos cidadãos do mundo contemporâneo.

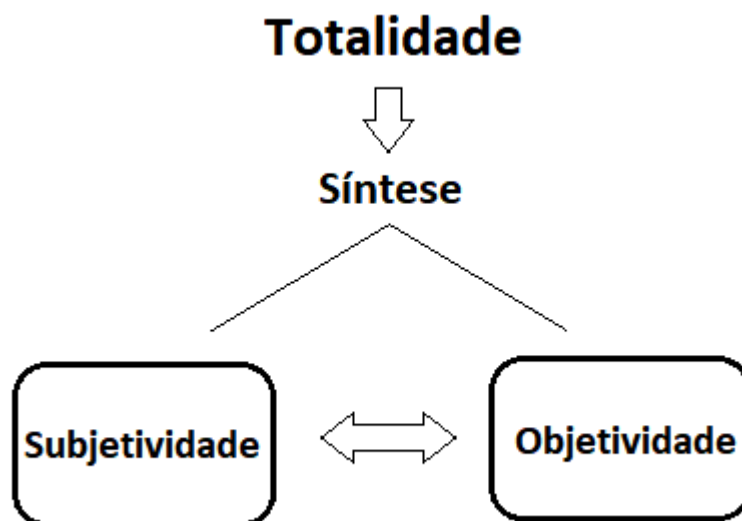
Observa-se então que ela condicionada a atual estrutura social se ostenta na universalização com alcance desigual, que realiza a manutenção da segregação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. No entanto, difícil de ser percebida na sociabilidade capitalista, devido às anuências da democracia burguesa amparada no discurso da igualdade de todos perante o Estado, “elevando” o trabalhador à categoria de cidadão. “Pois, o capital, por sua própria natureza, implica uma relação indissolúvel entre a desigualdade real e a igualdade formal. Que a desigualdade real, gerada na matriz do ser social, que é o trabalho, também é o momento fundante dessa forma de sociabilidade” (TONET 2015, p. 210.)

2.2 Produção do Conhecimento

No processo de produção do conhecimento a subjetividade tem um lugar privilegiado em detrimento a objetividade, isto é, ocorre uma valoração do ser racional, que por vez limita o alcance da observação e análise da totalidade. Pois a realidade social é a síntese da subjetividade e objetividade, é um conjunto de partes articuladas em um processo permanente de constituição em determinações recíprocas, com a centralidade do trabalho.

⁸ Assume-se aqui a diferença entre o processo educativo e processo educacional. O primeiro dado pela sociabilidade e o segundo dado pela educação formal. Ghom (2011)

Imagem 6 – Totalidade como síntese da objetividade e subjetividade.



Fonte: Elaborada pelo autor

Como efeito dessa forma, está colocado o limiar da produção do conhecimento, uma vez que há o afastamento do sujeito racional que conhece e do objeto a ser conhecido, em seus preceitos próprios e sua relação com o mundo. Observa-se que torna impossível conhecer a parte sem capturar seus vínculos e correspondência com a totalidade. O conhecimento produzido dessa maneira é uma ilusão sobre totalidade, arquitetada em uma perspectiva reducionista. Isso diz da pretensão da razão humana em alcançar, ou dar conta do total, por meio de aproximações e análises das partes, dissociadas dos seus conjuntos, ou melhor, de seus complexos. Por vez, assumir tal proposição é não dar conta das contradições e dos encadeamentos das categorias que compõem o mundo. É assumir como absoluta a autonomia presentes nelas. Tem-se aí a exaltação da mente em detrimento do corpo, que nos leva a um caminho de distanciamento do concreto e perda dos sentidos, isto é, a produção do real se dá pela limitada, fantasiada e quimérica capacidade da consciência de produzir o mundo. Negando a objetividade e a importância da imanência para esse processo.

Essa maneira de produzir do conhecimento não diz da real dimensão das coisas, mas produz um pensamento que forçadamente se torna real, e quando questionado pelo mundo lídimo aponta a contradição na realidade social e não no produto da mente. Isso demonstra que “a subjetividade (mundo interno) e a objetividade (mundo externo) não podem ser

pensados de modo separado.” (TONET 2015, p. 211.) Ambos integram de forma indissolúvel esse processo.

A ontologia marxiana considera a precedência das coisas em relação às idéias. Dessa forma garante “a existência de uma lógica própria do objeto, que impede que sujeito do conhecimento lhe atribua uma lógica proveniente de sua própria cabeça” (TONET, 2015, p. 204). Afirma-se a legitimidade das diferentes formas do ser externa ao homem, dadas por suas próprias leis e independente de qualquer pensamento humano, e ainda permite avançar para a compreensão da história por meio do mundo concreto, sujeitos reais na materialidade da vida e não mais por ações de forças obscuras e desconhecidas.

A tentativa de apreender uma categoria, seja ela qual for, no instante em que ela se anuncia de forma isolada e somente pelo esforço do pensamento em organizá-la e sistematizá-la, impõe a esse processo o limite de sua forma ou aparência. Isso nega a ela seu caráter ontológico e só nos permite um alcance relativo ou até mesmo transcendente da mesma. Trata-se de olhar para uma paisagem e assumir como total e real o seu caráter fixo e estático no qual ela se apresenta. Negligencia-se nesse ponto a dimensão processual e relacional que ela detém; assume-se então aquela forma que está exposta naquele instante como a verdade pura e isenta de suas contradições.

Necessita-se aqui fazer uma breve referencia entre as categorias “essência” e “fenômeno” no contexto da obra marxiana, para apresentar as reais possibilidades do processo de investigação para a elaboração do conhecer, a partir da efetividade o mundo.

A leitura atenta da obra marxiana nos proporciona compreender que a essência se apresenta como tendência continua no desenvolvimento da história, sendo que o fenômeno, portanto, a forma ou aparência, possuem uma autonomia relativa no interior de suas relações com a essência. O fenômeno, a forma, a aparência não são simples produtos mecânicos da essência, possuem um campo rico e variado de possibilidades. Não devemos esquecer que na relação essência/fenômeno/forma/aparência há uma interação, em que o mundo do fenômeno, da forma da aparência se constitui em um campo livre, mas cuja liberdade só existe no seu interior; a essência constitui o momento predominante e promotor das ligações necessárias entre estes complexos. O fenômeno, a forma, a aparência, não se constituem uma mera forma da essência, assim como essa última não é simplesmente o seu conteúdo. Cada um desses complexos é, no plano ontológico, por sua natureza, constitutivo do conteúdo próprio a cada um e, conseqüentemente, de sua ligação. O que garante e impõem relações que se apresentam no real (SOUZA JUNIOR, 2015, p. 150)

O processo de abstração no decurso investigativo deve ter sua gênese nas propriedades e características próprias de cada objeto em sua existência real. É uma reprodução ideal do

movimento do objeto real, pois o pensamento só é possível perante a existência do mundo. Todo esse processo tem seu início no primeiro contato com o elemento a ser conhecido, ou seja, com a sua forma, sua aparência, em sua condição na esfera fenomênica. A aparência é o ponto de partida para o processo de produção do conhecimento, sendo esse um momento importante, que compõe a investigação, não podendo ser negligenciado ou reduzido. No entanto faz-se necessário compreender o limite desse momento. Pois a forma, a aparência não diz de toda a estrutura do processo. A aparência do objeto não corresponde a sua essência, isto é, não basta olhar para a forma para se alcançar o seu fundamento. A aparência toca a essência, mas não está sobreposta a ela. Por esse motivo é necessário ir para além da forma, transpor a aparência para alcançar a dinâmica estrutural da coisa.

O sujeito que conhece deve se colocar aberto perante o objeto e com isso deixar que ele se apresente em suas condições e com suas leis. O momento da abstração tem que ocorrer de forma leal, em respeito a posição e o estado da coisa a ser conhecida, pois essa é a única possibilidade de apreender sobre ela. Entretanto o movimento de retorno, isto é, que parte da abstração em direção ao real, se faz fundamental para não dissociar a esfera da abstração (campo teórico) da esfera objetiva (campo prático) e assim assegurar a interdependência e ao mesmo tempo a grau de autonomia existente entre elas.

A apreensão do mundo real se faz importante para conseguir transformá-lo. Caso essa apreensão aconteça sobre uma realidade falseada, produzida exclusivamente pelo ato pensante do ser racional, toda ação de transformação irá se dar sobre essa mistificação e não trará modificações efetivas a natureza factual. Trata-se da tentativa de amolar uma faca utilizando um novelo de lã.

2.3 Teoria do conhecimento e “problema” do conhecimento

Henri Lefebvre ancora-se no referencial teórico do materialismo histórico dialético para realizar seu trabalho acerca da teoria do conhecimento, muito embora tenha sofrido críticas que afirmam que, em determinados momentos de sua obra, algumas passagens tenha confluência para o idealismo hegeliano.

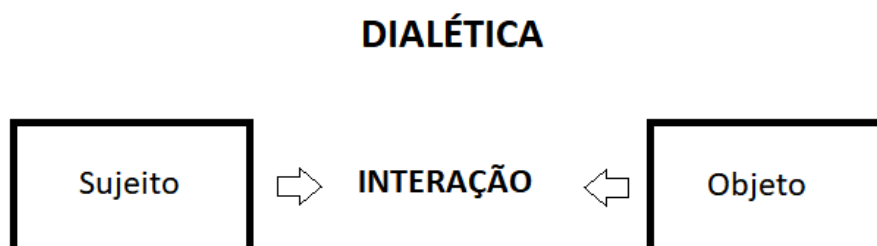
No capítulo I *Teoria do Conhecimento* o autor afirma que “o conhecimento é um fato: desde a vida prática mais imediata e mais simples, nós conhecemos objetos, seres vivos, seres humanos” (LEFEBVRE, 1991, p. 49), que nos permite afirmar sua convergência ao materialismo proposto na inflexão de Marx a Hegel, na qual Karl Marx afirma que, a

objetividade do mundo produz a subjetividade, ou seja, todo o pensar (ação epistêmica) se dá por uma forma mais organizada da matéria subjetivada. Tem-se que na relação entre o sujeito e objeto para conhecê-lo, a regência está no objeto. Somente por essa forma de proceder consegue-se alcançar a realidade. Se realizada de forma contrária, essa ação imprime ao objeto condições pré-estabelecidas. Deslocando-o do seu estatuto ontológico para a esfera da idealização humana realizada sobre o mesmo.

No que diz respeito à problemática da teoria do conhecimento, o autor apresenta a dimensão que

Em termos filosóficos, o sujeito (o pensamento, o homem que conhece) e o objeto (os seres conhecidos) agem e reagem continuamente um sobre o outro; eu ajo sobre as coisas, exploro-as, experimento-as; elas resistem ou cedem à minha ação, revelam-se; eu as conheço e aprendo a conhecê-las. O sujeito e o objeto estão em perpétua interação; essa interação será expressa por nós com uma palavra que designa a relação entre dois objetos opostos e, não obstante, partes de um todo, como numa discussão ou num diálogo; diremos, por definição, que se trata de uma interação dialética (LEFEBVRE, 1991, p. 49).

Imagem 7 – **Dialética como interação entre o sujeito e o objeto.**



Fonte: Elaborada pelo autor

Com esta passagem, pode-se averiguar que ocorre uma interação do objeto com o sujeito, na relação entre os dois, na produção do conhecimento, ou seja, todo conhecimento subjetivado parte da realidade objetiva, sendo assim, ele é algo prático, construído a partir da relação material com o mundo, ou seja, da mediação do homem com a natureza.

Para nosso autor de referência, o conhecimento é imbuído de três características: a) ele é prático; b) ele é social; c) é histórico. A prática do conhecimento se deve ao fato dele começar pela experiência sensível do mundo, antes de se consumir em uma teoria, pois somente a prática pode nos colocar em contato com as realidades objetivas. O ser social entra em contato com o objeto a ser conhecido e no primeiro momento, por meio do sistema sensorial e descobre as características do novo. No ato de tocar, cheirar, ouvir, degustar e

enxergar ele envia essas informações para o sistema nervoso central, que por sua vez, analisa e processa as informações. Assim o homem apreende as propriedades das coisas e toma consciência de si e do outro.

O processo de conhecer, diz no primeiro momento da experimentação do corpo com mundo e de suas reações a ele. É através da experiência na ordem concreta que se origina também as categorias puramente social como o bom e o ruim, ou o certo e errado. É a partir da experiência sensível que nosso corpo reage ao mundo e produz informações sobre ele; tendo assim a capacidade de sistematizar esse produto agora conhecido. Tem-se com isso agora, a possibilidade de intervir e modificar a natureza por meio dessa nova produção dada pela experimentação no âmbito do meio e das condições materiais do tempo em que ela acontece.

O conhecimento é considerado social, pois no decorrer da práxis humana ocorreram e ocorrem interações entre as pessoas, nas quais elas se manifestam e transmitem os conhecimentos produzidos e exercem influências umas sobre as outras, assim estabelecem ações que se efetivam em conjunto, avançando em relações cada vez mais complexas tanto na vida individual, quanto na dinâmica societal. Nesse ponto cabe destacar sem, contudo isolar, a categoria educação como a mediação entre as pessoas. Ela é responsável pela socialização dos conhecimentos produzidos no perpassar da história; e impõe, juntamente com outras categorias, a continuidade e o avanço do e no processo de humanização do ser. Por esse motivo é que não se faz necessário que cada indivíduo humano retome experiências e vivências passadas para adquirir um determinado conhecimento já produzido anteriormente. A educação realiza a mediação entre eles e estabelece o traço processual.

O caráter histórico deve-se ao fato que o esclarecimento é acumulado nos processos da história, na relação ontológica com o ser social, que parte da ignorância até ao conhecimento, com isso, pode-se perceber que a compreensão e o entendimento de algo não é dado, feito e acabado, mas são integrantes de um processo que se estabelece no decorrer da vida humana.

Henri Lefebvre afirma que “o conhecimento em si não é um problema, mas um fato” (LEFEBVRE, 1991, p. 50), ele só irá se metamorfosear em um problema quando se isola o sujeito do objeto, e sua análise equivoca a relação indissolúvel entre os dois elementos necessários para a construção do conhecimento ontologicamente produzido.

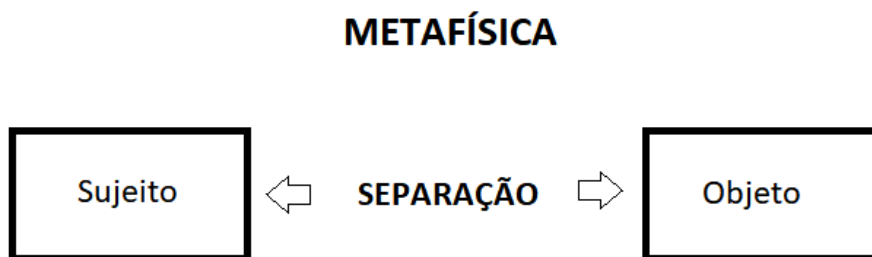
Aquilo que o autor interpreta como problema, é a ausência do caráter dialético na produção do conhecimento, já que se estabelece uma relação equivocada que vai distinguir, separar, aquilo que deveria ser efetivamente ligado. A este equívoco Lefebvre dá o nome de metafísica, ou seja, as elaborações metafísicas negam a iteração entre o sujeito que conhece e o objeto a ser conhecido, suas interações com o todo e seu caráter processual, uma vez que esses seres são trabalhados de maneira isolada. Restringem-se os fluxos em fixos, o dinâmico em estático.

Como relacionar duas realidades assim definidas, ou seja, uma exterior à outra e uma sem a outra? Com esse método metafísico, que define os seres e as idéias fora de suas relações e de suas interações, será muito fácil concluir que o conhecimento é impossível, quando, na verdade, trata-se de um fato. (LEFEBVRE, 1991, p. 50)

Pode-se pensar aqui na relação do homem com a planta para a produção de certo conhecimento acerca desse ser. Se o ser que conhece estabelece características e propriedades a esse objeto sem antes uma mediação com a natureza, tal proposição não diz da realidade da coisa, uma vez que se originou de uma ação exclusivamente epistemologia. O propósito desse conhecimento não entrou em contato com a realidade concreta para poder afirmar dela. Sendo assim, especula-se sobre seu sabor, seu cheiro, sua textura e sobre suas possibilidades farmacológicas, mas como essas formulações se deram somente pelo ato de pensar, ficaram restritas a uma “realidade” idealizada.

Tem-se que a produção do conhecimento metafísico, ao dissociar a relação sujeito e objeto, nega a realidade do mundo e aceita a existência dos objetos como produto da ilusão, pois se entende que o ser social, o indivíduo consciente de si e, portanto fechado em si mesmo não consegue superar essa barreira e, por conseguinte é um ser que não possui a capacidade de conhecer a realidade externa a ele. Esse seria então o limite da capacidade do conhecer humano. Entende-se então que a elaboração metafísica nega a existência de um mundo exterior ao homem; e a realidade do mundo é concebida por sensações, impressões subjetivas e projeções inteiramente ilusórias.

Imagem 8 – Metafísica como a separação entre o sujeito e o objeto.



Fonte: Elaborada pelo autor

A metafísica se apresenta como uma doutrina anti-histórica, pois nega o caráter ontológico do conhecimento. Suas idéias são apresentadas sem nenhuma concepção processual. Elas são dadas como prontas, no entanto, só estão presentes na cabeça de quem as pensou; e desse modo não podem ser verificadas na objetividade do mundo. Essas idéias dizem somente do pensamento de um indivíduo que as formulou e em hora nenhuma tangenciam a materialidade da vida. O que por sua vez causa um antagonismo entre a teoria e a prática no fazer metafísico.

A constituição do ser social deve-se a mediação do homem com a natureza, ou seja, da realização do trabalho humano, pois é por ele que ocorre a transformação do mundo e do próprio homem. O ser social interage com o mundo externo a ele, e em nenhuma hipótese deve ser entendido como um ser racional fechado em si mesmo. “Estamos em relação com o mundo, com objetos, com seres vivos humanos. Essa relação faz parte do nosso próprio *ser*, nosso eu não pode se isolar, não está fechado em si mesmo, fora do mundo e da natureza” (LEFEBVRE, 1991, p. 51). A negação da realidade objetiva é a negação do mundo e do próprio homem.

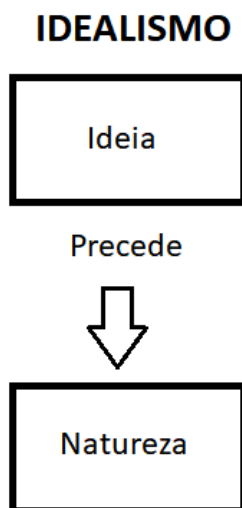
A produção da consciência do ser social não se deve a ações exclusivas e isoladas do pensamento. Ela ocorre perante a mediação do ser consciente com o mundo, que é capaz de tocar, sentir, cheirar, provar, ver e ouvir o mundo; e devido a relação das outras e diferentes formas do existir com o mundo, isto é, um processo de apreensão tardia das determinações concretas por meio de uma relação dialética entre sujeito e objeto.

2.3.1 Questões acerca da metafísica e do idealismo

Ao promover a separação da relação indissolúvel entre sujeito e objeto, a metafísica promove uma inversão no processo de produção social do conhecimento, pois assume que as idéias existem antes mesmo da mediação do homem com o mundo, sendo assim, dissolvem o decurso social e histórico de produção e reprodução do conhecimento e ainda admite a negativa da categoria trabalho como centralidade do processo de formação do ser social. Pois concebe o conhecimento e garante sua existência em si, cabendo ao sujeito apenas alcançá-lo.

Ainda nesta mesma perspectiva, o autor caracteriza os pensamentos dados como absolutos, que se sobrepõem ao homem real, estabelecido somente na ação epistêmica do ser, como sendo uma doutrina idealista, uma vez que ela só se realiza no pensamento e não pode ser encontrado na materialidade do mundo. Ela aceita a existência das idéias separadas e distintas da vida humana, ou melhor, compreende-se o mundo das idéias dado como anterior a natureza concreta. Com isso Lefebvre afirma que “todo idealista é metafísico, mas a recíproca não é verdadeira” (LEFEBVRE, 1991, p. 51), pois existem outras doutrinas metafísicas não idealistas.

Imagem 9 – Idealismo: a ideia precede a natureza.



Fonte: Elaborada pelo autor

A metafísica questiona a realidade, logo não aceita a apreensão dessa e assim a capacidade de conhecê-la. Pois coloca em questão o fato do sujeito encontrar o objeto.

Entende-se aqui a gênese da origem do *problema do conhecimento*. Como já esclarecido pelo autor o conhecimento é um fato. No entanto, os conhecimentos originados das doutrinas metafísicas encontram problemas ao serem defrontados com a objetividade do mundo, pois se alicerçam em especulações; e são produzidos sem a verificação das reais características, propriedades e categorias necessárias para fundá-los. Tem a sua gênese em uma interpretação superficial e simplista da natureza interrompida na apreensão do fenômeno.

Para um melhor entendimento sobre a questão do problema do conhecimento faz-se necessário aprofundar sobre as questões que dizem respeito à *teoria do conhecimento*, entendida aqui como o encadeamento de um conjunto de fatos ou ainda como a história do conhecimento, que por sua vez pode ser subdividida em três etapas sendo a primeira a história da ciência; a segunda a história das formas dos métodos e dos instrumentos do conhecimento; e a última sendo a história social das idéias (LEFEBVRE, 1991)

Observa-se que o processo de produção social do conhecimento pode ser percorrido por dois caminhos distintos. Sendo um deles ancorados nas perspectivas da metafísica, em que o conhecimento produzido não passa de uma ilusão, uma vez que um indivíduo consciente não consegue sair de si para realizar o ato de descobrir e transformar o mundo. O outro, por via do materialismo, sendo esse, de modo geral, uma concepção que considera a natureza como elemento primordial e que reconhece a consciência humana como forma complexa e tardia de subjetivação da realidade objetiva. Tem-se então que toda constituição do mundo se dá pela matéria, sendo esta parte movente ou movida do processo. Considera-se aqui também a elaboração das categorias mais abstratas como resultado da organização e sistematização que passa pelo fenômeno e chega-se a essência.

Traz-se aqui o exemplo da relação do homem com os sentimentos. De forma metafísica tem-se o entendimento que o sentimento é fruto de um pensamento, ou ainda, de algo que está pronto e que deve ser alcançado e experimentado pelos indivíduos, ou seja, entende-se a criação ou a vivência de um sentimento como algo produzido de maneira epistemológica, resultante somente do ato de pensar, ou nos casos mais extremos como uma experiência transcendente. Na abordagem materialista observar-se a sensação de se estar apaixonado como resultados de processos fisiológicos influenciados por categorias sociais.

O amor não é uma experiência metafísica, algo exterior ao homem. Ele se dá por adulteração no comportamento cerebral, dada por alterações metabólicas ocorridas em nossa fisiologia. Os fatores endócrinos, isto é, os hormônios e neurotransmissores sofrem mudanças em seus níveis basais promovendo assim, devido às reações químicas que estabelecem no organismo, a experiências das sensações, sistematizadas e melhor compreendidas como sentimentos. No caso do amor, em seu primeiro momento manifestado pela paixão, caracterizada pela curta duração e alta intensidade, os hormônios da oxitocina, da vasopressina, da dopamina, do cortisol, da seratonina atuam no cérebro em quantidades e intensidades diferentes ao habitual, promovendo um quadro hipermotivacional e de demência temporária comum e presente em todos os apaixonados, com características de stress, obsessão e compulsão (YOUNG & ALEXANDER, 2014). Informa-se que a essa série de reações ocorridas compreende-se socialmente o fenômeno da paixão; Não cabe ao caso reduzir o momento da paixão há uma ocorrência dada exclusivamente pela esfera orgânica, pois as experiências sensíveis respondem também a algumas categorias extrinsecamente sociais como o belo e o feio; o bom e o ruim.

Percebe-se que as questões mais subjetivas do comportamento humano são resultados de processos ocorridos na matéria e pela matéria, e organizados de forma complexa pelo pensamento. Pelo mesmo processo pode ser chegar à concepção do que socialmente é compreendido como alegria, tristeza e depressão. Chega assim à afirmativa que toda forma está subjetiva alicerçada nas objetividades da vida.

O autor da obra ainda afirma que “O materialismo e o idealismo são oposição e incompatibilidade absolutas” (LEFEBVRE, 1991, p. 60), mas compõem dois campos importantes da filosofia, que se encontram em uma disputa constante, uma vez que o primeiro considera a natureza como fato primário e o segundo traz em primeiro plano o espírito.

O que está posto nessa questão é a relação que o pensamento estabelece com o mundo, em vista que, para os idealistas o pensamento precede o mundo, já para o materialista o mundo precede o pensamento, isto é, a existência do mundo independe da ação racional do homem, sem com isso negligenciar a importância da consciência para a transformação da realidade.

Lefebvre aponta os limites da produção do conhecimento idealista ao dialogar com o pensamento de Kant e indica que

Segundo ele, as sensações, os fenômenos, são completamente transformados pelo sujeito que conhece; nosso espírito incapaz de sair de si mesmo, encontra nas coisas tão somente aquilo que nela pôs: sua marca, a *forma* conferida ao conteúdo ou matéria sensível (completamente informe de si mesma) do conhecimento. Onde provem essa forma? De uma atividade inteiramente interior, e de origem misteriosa (metafísica), do nosso espírito. Assim, ao seu realismo empírico, Kant acrescenta um *idealismo transcendental*. Revoga a concessão feita ao *realismo*, à existência do mundo exterior, para se refugiar no idealismo mais sutil (LEFEBVRE, 1991, p. 59)

Demonstra ainda que a produção hegeliana acerca da natureza avança ao romper com o transcendentalismo, mas permanece com barreiras que permitem a assimilação da realidade, pois

De modo mais nítido, Hegel admitia que se encontra na origem do mundo uma existência misteriosa, inteiramente espiritual, a *Ideia*. O mundo real, assim, aparece para Hegel como a encarnação de uma idéia eterna, que o espírito humano descobre e reencontra pouco a pouco, conquistado, por conseguinte, uma consciência verdadeira do mesmo. Os métodos humanos de conhecimento, portanto tem para Hegel um alcance objetivo (LEFEBVRE, 1991, p. 58).

Ao analisar os apontamentos feitos pelo autor esclarece-se que dentro da doutrina idealista é possível dividi-la em duas correntes distintas. São elas o idealismo objetivo e o idealismo subjetivo. Sendo a primeira aquela que reconhecem alguma abrangência dos nossos instrumentos de conhecimento com a realidade objetiva. Considera-se ainda que esses idealistas não negam a experiência e os sentidos como a forma e o proceder para conhecer a verdade, mas aceitam que desse modo as verdades possuem apenas um alcance restrito, sendo elas absolutas e eternas vedadas à nossa consciência. Nesse sentido o conhecer o mundo por meio de sua objetividade se apresenta como um método limitado. A segunda aquela que afirma que todo nosso conhecimento é uma construção artificial, ou seja, negam por completo o mundo material e que o alcance da verdade ocorre somente por meio transcendental.

Faz-se importante destacar que não se destina ao materialismo o dever da apreensão absoluta da totalidade. Tal proposição seria uma exaltação equivocada dessa forma de proceder para conhecer a realidade objetiva, e que necessariamente a transformaria em uma forma transcendente. Pois a totalidade esta em constante metamorfose, incursa em suas contradições e não pode ser contida de forma estática e acabada. Se ela for aceita assim assume a negação do mundo concreto e da dinâmica da natureza.

A resolução do problema exposto acima pelo autor pode ser dada a partir da concepção de que

Para eliminar esse problema insolúvel, basta considerar a relação em questão como um fato, tomando-a tal qual como se apresenta: o sujeito e o objeto, o pensamento e

a natureza, são diferentes, mas ligados, através de um liame que é uma interação incessante (LEFEBVRE, 1991, p. 56).

Durante a história o ser social atravessa experiências práticas que demonstram a existência de diferentes formas de existir, contidas nas esferas do inorgânico, do orgânico e do social, que não podem ser aceitas somente como agrupamentos de sensações individuais, mesmo essas sendo uma parte importante que compõem as construções e elaborações que dizem das particularidades e singularidades existentes na formação de cada sujeito social. A teoria do conhecimento expressada com base no materialismo se ancora nesse fato vivenciado por todos os seres humanos.

O materialismo, para Lefebvre, é o que efetiva o conhecimento, pois, sem o objeto a ser conhecido não existe o produzir conhecimento. Já a construção idealista não parte de algo existente exterior ao homem, é uma ilusão, uma mera determinação especulativa do pensamento; esta falácia permite pensarmos que o conhecimento é possível antes mesmo de existirmos.

Fato é que existe um mundo exterior diante e antes de nós, “a admissão de um mundo exterior, da existência dos objetos fora da nossa consciência e independente dela, é o postulado fundamental do materialismo” (LEFEBVRE, 1991, p. 64). Tal mundo concreto se torna conhecido inicialmente com as ciências da natureza. O cientista, ou seja, aquele que a partir de suas investigações alcança o conhecer, enquanto ser em investigação é um materialista, pois há o entendimento de que a natureza é um elemento primordial. Já no idealismo metafísico não apresenta compatibilidade com as ciências naturais e não aceita a existência de um mundo que precede a experiência humana.

O autor afirma que o materialismo parte de um postulado. É provado apenas por sua coerência interna e por seu conteúdo, por suas conseqüências práticas, por seu acordo com a prática e com os resultados da ciência, o que é bastante suficiente como conjunto de provas.

Aprofundando na discussão em torno do materialismo Lefebvre aponta que o materialismo moderno, em particular, constata a existência – real, efetiva, eficaz – da consciência e do pensamento. Nega apenas que essa realidade possa ser definida isoladamente e destacada da história humana, do organismo humano e da natureza. O espírito é distinto da natureza, mas a ela ligado e isso é um fato. Afirma também que

O materialismo moderno nos restitui a natureza, ou melhor, no-la dá em sua imensidade, em sua potência destrutiva e criadora, em sua fecundidade de formas e

de seres - e isso não como uma existência mística e sagrada, que caberia adorar com humildade (panteísmo), mas como uma realidade que é nosso bem humano, que possuímos (enquanto espécie humana saída de seu seio) pelo poder do trabalho e do conhecimento (LEFEBVRE, 1991, p. 68)

Com isso deve-se apontar a crítica as formas do materialismo que negligenciam ou até mesmo desconsideram o desenvolvimento da consciência como um processo historicamente constituído pelo trabalho humano, sendo esse inclusive o responsável pela gênese da liberdade humana.

O materialismo metafísico reconhece a objetividade do mundo, mas dissocia o sujeito do objeto o que por vez produz explicações especulativas sobre a materialidade, estabelecendo assim uma relação contraditória no processo. “Para explicar como os átomos inertes podem entrar em movimento os atomistas da antiguidade viram-se forçados a complicar a hipótese, atribuindo aos átomos formas variadas e emprestando-lhes uma força misteriosa.” (LEFEBVRE, 1991, p. 65) Observa-se nesse processo a constatação da existência da matéria, no entanto avança por um caminho obscuro e encoberto por especulações, que por sua vez abandona a base material e migra para um proceder transcendente.

Destaca-se também a crítica ao materialismo epifenomenista, pois carrega consigo a afirmativa que, mesmo com a ausência da consciência, o desenvolvimento humano se daria da mesma forma. Que as reações biológicas existentes na esfera orgânica do homem seriam responsáveis por executar as transformações da natureza; e que por meios delas chegaríamos ao estágio de desenvolvimento que a atualidade se encontra.

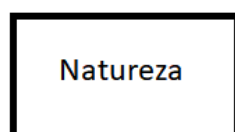
Essa perspectiva admite a inexistência do salto ontológico do orgânico para o ser social; e ainda ofusca a importância da categoria trabalho na centralidade do processo de humanização; retira o caráter histórico do processo; e exalta as mediações epifenomênicas na constituição do ser social. Por esse caminho a diferenciação do ser social para a esfera orgânica se depara em um fim sem respostas. “A única propriedade atribuível filosoficamente (na teoria do conhecimento) à matéria e cuja admissão define o materialismo moderno é o fato de existir fora de nossa consciência, sem nós, antes de nós – qualquer que seja essa existência.” (LEFEBVRE, 1991, p. 67)

O materialismo moderno permite realizar a real distinção entre a aparência e a essências das coisas, permite chegar a identidade do ser através das delimitações do concreto e de

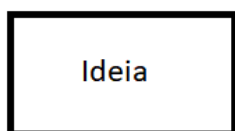
maneira não especulativa. Essa forma de proceder não deposita sobre o objeto a ser conhecido as elaborações idiossincráticas de quem a pensa. “O materialismo coerente não afirma que os objetos são tais como percebemos, ou que nossas representações imediatas e banais coincidam com o real; o materialismo supõe ao contrário, que elas correspondem ao real segundo uma lei, que nos cabe investigar.” (LEFEBVRE, 1991, p. 68)

Imagem 10 – **Materialismo: a natureza precede a ideia.**

MATERIALISMO



Precede



Fonte: Elaborada pelo autor

Embora Henri Lefebvre esclareça que o materialismo e o idealismo são oposições absolutas, mas quando aborda a história das idéias ele estabelece uma relação dialética entre as duas doutrinas, uma vez que assevera que

Diante do ponto de vista da história da idéias o idealismo e o materialismo não se mantiveram diante um do outro; penetraram-se reciprocamente, reagiram entre si numa interação perpétua, umas criticando as outras e esforçando-se para completá-las (LEFEBVRE, 1991, p. 60)

e ainda

Quando se trata desta questão precisa – “qual o exato alcance do nosso meio de conhecer? Qual a relação entre nossas idéias sobre o mundo e o próprio mundo? Nosso pensamento pode conhecer o mundo? Podemos em nossas idéias e concepções do mundo, alcançar uma imagem da realidade? – a oposição entre materialismo e idealismo deixa de ser absoluta. Essa questão faz parte da teoria do conhecimento e se coloca – no que se refere aos métodos empregados no curso das diferentes etapas do desenvolvimento humano – na história do conhecimento. Quanto a esse ponto determinado, existe acordo entre os idealistas objetivos e os materialistas (LEFEBVRE, 1991, p. 60)

Diante desse ponto já não se pode garantir a precedência da ontologia diante da epistemologia na teoria do conhecimento explicitada pelo autor, pois Lefebvre entende que na mesma, as duas categorias se permeiam nas suas relações antagônicas que se fundamentam e se completam. E para além disso, ressalta que “não se pode rejeitar em bloco todos os sistemas idealistas e afirmar que apenas o materialismo responde às exigências do pensamento científico” (LEFEBVRE, 1991, p. 60).

Ao estudar a história do conhecimento, torna-se notável as elaborações dadas por essa corrente, que por vez se destacam sobre as proposições materialistas, tendo em vista que “os instrumentos mais penetrantes do conhecimento foram forjados por idealistas, no seio de doutrinas idealistas.” (LEFEBVRE, 1991, p. 61)

Ainda na argumentação da idéia citada acima Lefebvre ressalta que as construções idealistas foram muito mais argutas que as elaborações oriundas do materialismo, contendo muito mais complexidade e conteúdos vivos. Para elucidar tal proposição o autor aponta que “Descartes com suas contribuições na matemática e na física acreditava na existência objetiva e ao mesmo tempo definia a existência através do puro pensamento e da existência de si.” e que “as críticas de Gassendi (materialista) à Descartes são fundadas, mas as contribuições de Descartes à ciência são muito superior à de Gassendi.” (LEFEBVRE, 1991, p. 60)

Aceitar a distinção e as elaborações das duas correntes de maneira maniqueísta dentro da história do conhecimento resulta no desprezo do próprio processo histórico. Ainda que como método, isto é, como forma de proceder para alcançar a verdade, ambas se apresentem como antagônicas e incompatíveis, no percurso da vida humana, na prática investigativa, ela se complementam em suas disputas e construções, pois nenhuma forma está isenta de suas contradições.

Dados os percursos traçados pela humanidade e a hegemonia do pensamento metafísico idealista na produção social do conhecimento, e os desafios estabelecidos para a sua desconstrução, tem-se que o materialismo moderno não se manifesta em sua feição pura, livre de incoerências do sujeito que a assume. O exercício de retorno a realidade no processo de conhecer o mundo se coloca como o desafio a ser feito, isto é, um processo de depuração das formas, conceitos e categorias estabelecidas previamente ao objeto, por meio da imanência necessária para sua realização.

2.3.2 Questões sobre o positivismo

Henri Lefebvre, na sua empreitada, tece críticas ao Positivismo enquanto uma tentativa de se colocar como teoria do conhecimento. Ele parte da “Lei dos Três Estados” proposta por Augusto Comte, onde este formula que as sociedades, em períodos distintos, estabeleceriam o conhecimento de modo a seguirem um progresso linear. O primeiro estado seria caracterizado por crenças e explicações advindas da magia ou de uma perspectiva teológica, assim, as explicações das questões do mundo seriam dadas prontas por uma divindade ou de uma criação imaginativa exterior ao mundo concreto.

O segundo estado, chamado de metafísico ou abstrato, seria um progresso, um refinamento, das explicações apresentadas no primeiro estado, porém ainda se busca o conhecimento no espaço transcendente ao mundo e as experiências dele. Neste momento as sociedades conseguem romper com a crença – própria das religiões ou devoções – porém, ainda se mantêm a distância entre sujeito e objeto, desconsiderando a relação dialética do materialismo.

Positivo ou científico é o nome que Comte dá ao terceiro e último estágio de desenvolvimento e progresso da humanidade. Neste estado às explicações feitas, o conhecimento adquirido, coloca o ser humano como sendo o sujeito ativo no processo, ou seja, o homem agora é o pólo positivo, isto é, sujeito ativo na relação, já que é a partir dele que o conhecimento poderá ser efetivado, e não de algo que seja transcendente ao mundo físico.

Posto isso, Henri Lefebvre aponta que o Positivismo “se apresenta como uma lei do espírito, como uma espécie de fatalidade que seu autor não explica” (1991, p. 71), é como se fatalmente todas as sociedades humanas chegarão ao progresso, pois o caminho é o mesmo, que elas vão percorrer, além de que o sujeito se torna mero ser figurativo que um dia será o ponto ativo, que será autor e promotor do conhecimento.

O autor apresenta, ainda, o que seria uma incongruência de Comte em relação à sua compreensão do que seria o período metafísico, basta ver que tal período foi o mesmo em que foram inventados e consolidados instrumentos técnico-científicos para pesquisas, ou seja, exatamente a aplicação de uma investigação do e no mundo concreto, o que consolida o fato de que a ciência já tinha se estabelecido a partir do mundo real e concreto na relação do

sujeito com o objeto. Observa-se então que em tal momento já havia atribuído ao mundo sua efetividades e as possibilidades de conhecê-lo.

Outra característica apontada por Lefebvre que refuta a teoria positivista comtiana se baseia no fato de que “nossa época está longe de ser exclusivamente científica” (1991, p. 72), porque, a todo o momento, podemos testemunhar a existência de relação e vivência dos dois outros patamares escalonados por Comte na vida. Verifica-se em alguns meios de sociedades com alto índice de desenvolvimento científico, ainda é possível testemunhar práticas religiosas ou de crenças na explicação e fundamentação do cotidiano.

Na crítica ao pensamento positivista, Lefebvre aponta que Comte não compreendeu a dinâmica estabelecida pelos metafísicos, o que deixa a sua teoria mal fundamentada e desatenta, pois para ele, “o positivismo de Comte, portanto, simplifica exageradamente a história complexa, acidentada, multiforme, do conhecimento. Em particular, subestima a importância do instrumento, do método intelectual forjados pelos metafísicos: a lógica” (1991, p. 74).

2.3.3 Questões sobre a sociologia e filosofia

A Sociologia também se torna vítima das reflexões e desconstruções do pensamento Lefebvreano, pois, ao mesmo tempo em que tal ciência almeja se aproximar da realidade das inter-relações dos homens em sociedade, ela também afasta e distingue, já que ela trata de conceitos específicos como gênero, espécie, etc. Tal fato estabelece uma distinção que fragmenta a sociedade e sua apreensão não mais acontece e efetiva na relação do todo, mas sob uma óptica estreita das generalizações das manifestações individuais elevadas a totalidade.

O que o autor está apontando como equivoco na teoria sociológica é o fato de tal ciência recorrer a um método que transforma o individual em algo diluído no sujeito coletivo, o que acaba por abstrair a relação. Incorre-se no equívoco de construir uma imagem idealizada de um sujeito que é real e concreto; o que se apresenta como perda pelo fato de afastar o sujeito do objeto e perder-se, também, a prática social: “A história do conhecimento não se pode ser relacionada à história abstrata do ‘ser social’, mas a história concreta da prática social”. (LEFEBVRE, 1991, p. 76). Nesse ponto questiona-se as generalizações, as abstrações e as exteriorizações da categoria de análise *fato social*, como método de investigação das ciências sociais.

O homem não é apenas um sujeito abstrato – ou passivo de ser abstraído de sua condição histórica de sujeito – que vive em relação com a natureza; mas, como nos aponta o autor, ele vive em sociedade em uma vivência que é carregada de história e de construção e transformação do mundo e do conhecimento, não apenas natural, mas somado a questão histórica e social.

A partir da Filosofia, o idealismo metafísico apresenta a divisão das atividades humanas, assim, há também a divisão entre teoria e prática, alma e corpo, pensamento e objeto. O desenvolvimento das técnicas especializadas resultara de tal afastamento, o que será positivo para Lefebvre (1991), pois trás consigo o avanço das ciências positivas, que partem de seus métodos de investigação e verificação, com a física, a química e a geometria.

Em contrapartida terá também características negativas por separar aquilo que deveria ser observado junto:

A filosofia metafísica distingue e separa o “problema” teórico, aquele do conhecimento e dos “julgamentos de realidade”, do ‘problema’ prático, aquele da conduta humana e dos “julgamentos de valor”. [...] A filosofia metafísica introduz, portanto, no interior de si mesma a cisão, a dispersão, a situação intolerável a qual deveria por fim. (LEFEBVRE, 1991, p. 78)

Reitera-se aqui a importância do processo investigativo sobre a natureza para a produção social do conhecimento por meio da imanência; estabelecendo um processo dialético na relação entre o sujeito que conhece e o objeto a ser conhecido; partindo das condições materiais (*reais*) nas quais a coisa se apresenta, sem nenhuma forma previamente estabelecida sobre ela.

2.3.4 Sobre a Lógica Formal e Lógica Concreta (Dialética)

Estabelecidas as incongruências que Henri Lefebvre analisa nas pretensas formas de conhecer, ele avança para o entendimento da lógica, método utilizado desde a antiguidade pela Filosofia, que tem uma inserção nas mais variadas ciências como forma de referendar suas conseqüentes teorias. O autor afirma sobre o necessário movimento que vai da lógica formal para a lógica dialética para o alcance efetivo no fazer conhecer a realidade objetiva.

Aqui, então, pode ser entendido que a lógica formal tem um alcance que não se aprofunda, pois não encontra sentido sem a presença do conteúdo, mas obtém sua significação imediata e restrita se observada enquanto forma pura, deslocada ou isolada do seu conteúdo, dissociada de suas inter-relações com o todo e circunscrita fora dos complexos reais. Diante

disso a lógica formal diz do primeiro movimento do identificar objeto, mas não podendo ser restrito a ela.

O conhecimento é dado na construção da relação que os opostos têm entre si, assim, tal lógica capaz de compreender o que dali se efetiva da interação, tem de ser uma lógica dialética; esta será a lógica concreta por ser aquela que trata da inter-relação objetiva que o sujeito e objeto, a teoria e a prática, enfim, que os opostos concretamente atuam um sobre o outro; o pensamento até pode se diferenciar da objetividade e concretude do mundo, porém permanecem ligados, ainda, “o sujeito é distinto do objeto, mas não pode ser separado dele. A forma é sempre forma de um conteúdo, mas o conteúdo determina a forma” (LEFEBVRE, 1991, p. 83). A lógica dialética acrescenta a lógica formal, a captação das transições, dos desenvolvimentos, das ligações internas e necessárias da parte com o todo, ao mesmo tempo mostra a origem imanente das diferenças, indo além da identidade tautológica.

A questão colocada por Lefebvre após percorrer análises e críticas dentro da teoria do conhecimento versa sobre a possibilidade de a lógica ser o modo como se pode conceber que, se alcançou o conhecimento. No caso de uma concepção a partir da lógica o autor encontra duas respostas possíveis.

A primeira delas é a que considera a lógica como sendo algo referente ao subjetivo e ao indivíduo, em que a argumentação lógica focará em um determinado fato e apenas a ele se dedicará. Aqui a lógica não pode ser considerada como o caminho que resulta em conhecimento, pois como já criticado por Lefebvre, esta característica da lógica – formal – não apreende a relação ampliada e geral das coisas do mundo.

Em oposição, a sua segunda resposta afirma que a lógica, considerada dialética, é o *conhecimento do conhecimento*, já que ela leva em consideração a totalidade e o real, sendo observada através de uma ótica imanente do mundo a partir da concretude com que acontece a relação dialética do sujeito e objeto, teoria e prática, forma e conteúdo.

Imagem 11 – A lógica como conhecimento do conhecimento.

A lógica é o conhecimento do “conhecimento”?

Não
se for subjetivo
e individual.

Sim
se for real e total.

Fonte: Elaborada pelo autor

Por fim tenta-se aqui aproximar a interpretação lukacsiana com base na ontologia apresentada por Karl Marx, dos apontamentos realizados por Henri Lefebvre a cerca da produção do conhecimento. Entende-se em ambos, que o primeiro ato do conhecer ocorre pelo contato do sujeito com o objeto. Isso aparece na teoria marxiana com a esfera fenomênica e em Lefebvre é diagnosticada com a lógica formal. No entanto os dois pensamentos avançam para um segundo momento que propõe o entendimento do objeto em sua relação com o todo, inserido em seus complexos. Em Marx esse movimento é dado no alcance da esfera das essências das categorias; na obra lefebriana é descrita como a lógica dialética (*concreta*). Atestam a concretude do mundo e da existência dele independente do pensamento humano, afirma o caráter ontológico na produção e reprodução social do conhecimento. Convergem para denúncia dos limites do conhecer por meio da metafísica, tendo em vista a separação feita entre o sujeito e objeto dissociando uma relação interdependente; e do pensamento idealista, que especula a realidade por meio da transcendência.

3 O TRABALHO

Nesse capítulo propõe-se uma discussão sobre o trabalho com objetivo de esclarecê-lo como uma categoria ontológica e central na formação do ser social, e apontar suas contribuições para o processo de produção e reprodução social do conhecimento a partir das condições materiais do mundo. Para isso realiza-se um diálogo com Karl Marx no recorte do capítulo 5 – *Processo de trabalho e valorização do trabalho* - em seu Livro I de obra *O Capital* e com György Lukács em seu capítulo I – *O trabalho* – de sua obra *Para uma ontologia do ser social II*.

Somente com a categoria trabalho é possível a compreensão do fenômeno originário do ser que estabelece relações sociais. Tal categoria, compreendida como a mediação do homem com a natureza, permite ter a clareza da passagem do ser orgânico para o social. Portanto, o trabalho é visto como modelo, protoforma do ser social como afirma Lukács (2004). Desse modo, essa constatação demonstra com clareza a inflexão apresentada por Marx a Hegel, ao apresentar sua ontologia apreendida sobre as condições materiais de cada época.

O ser social, através da produção e reprodução necessárias as condições da vida, realiza sua manutenção. Primeiro ao conhecer as condições objetivas da natureza e posteriormente aplicando sua capacidade de intervir e transformá-la por meio do trabalho. O ser humano cria novas condições para sua reprodução social, ao acumular o conhecimento historicamente produzido e ao produzir novos conhecimentos (Antunes, 1999). No entanto, essa mediação não ocorre de forma pura, com o caráter substância, pois carrega consigo as contradições impostas pela objetividade do mundo.

O autor francês Henri Lefebvre (1991) afirma que toda vez que o homem altera a natureza com o objetivo de reproduzir e produzir novas condições, a natureza impõe a ele novas barreiras e desafios a serem superados. Pois ao transformar a natureza o homem atua sobre um objeto de trabalho através do processo de trabalho, tendo um fim previamente definido. Ao chegar a esse fim, o produto do trabalho, tem-se algo radicalmente novo que em hipótese alguma tem sua ocorrência naturalmente. No entanto, para que tal processo ocorra faz-se necessário que aquele que trabalha, conheça aquilo que será transformado e a maneira de como proceder para transformá-lo.

A categoria trabalho, entendida dessa forma, diferencia o homem das demais formas do existir. Sua capacidade de pensar o resultado final do processo de trabalho, ou seja, o por

teleológico do trabalho do ser social, rompe com qualquer barreira instintiva dada de forma substancial pela natureza.

Compreendendo o trabalho como centralidade do processo de formação do ser social e ainda o entendimento do salto ontológico do ser orgânico para o ser social, em vista do por teleológico do trabalho é possível apresentar a relação que, a categoria liberdade estabelece com o trabalho.

O quão fundamental é o trabalho para a humanização do homem está também presente no fato de que, sua constituição ontológica forma o ponto de partida genético para uma outra questão vital que afeta profundamente o curso de toda sua história: a questão da liberdade. Sua gênese ontológica também se origina da esfera do trabalho (Lukács, 2004, p. 112).

No entanto, essa liberdade está dependente das condições objetivas de cada tempo histórico, ou seja, “consiste numa decisão concreta entre diferentes possibilidades concretas” (LUKÁCS, 2004, p. 114). Nesse sentido, proposições construídas de forma puramente ideada, sem diálogo com a realidade material, se tratam de uma liberdade falseada, impossível de ocorrer, pois não perpassa pelas condições objetivas e sendo assim, não passa de uma ilusão, de uma realidade posta numa possibilidade fantasiada.

Em síntese, algumas afirmações sobre a categoria trabalho devem ser consideradas. A primeira diz do trabalho como condição humana, pois é através dele que ocorre o processo de humanização do ser. A segunda considera que o trabalho é histórico e social, “histórico porque tudo o que compõe o ser social, inclusive a essência humana é criado ao longo desse processo...” e “social porque tudo o que compõe o ser social é resultado da interatividade humana” (Tonet, 2012, p. 138). A terceira refere-se ao duplo caráter de transformação do trabalho, pois a cada vez que o homem transforma a natureza transforma também a si mesmo. E a quarta diz do trabalho como mediação do homem com a natureza, pois “só ele tem a função social de produzir os bens materiais necessários à existência humana” (TONET, 2012, p. 140).

3.1 Diálogo sobre o trabalho com Karl Marx

Marx no capítulo 5 da sessão III de sua obra O Capital inicia afirmando que devemos “considerar o processo de trabalho independentemente de qualquer forma social determinada” (MARX, 2013, p. 255), pois a primeira forma de incorporação do trabalho na mercadoria é em valor de uso, ou seja, toda e qualquer mercadoria em sua elaboração visa atender inicialmente demandas e necessidades humanas de diferentes naturezas atribuindo a ela o

valor de uso. Podemos pensar como um exemplo a produção de alimentos. Independentemente do tempo histórico, seja ele no período da escravidão da idade antiga, ou na servidão da idade média, ou ainda na contemporaneidade do trabalhador livre dos meios de produção vendendo sua força de trabalho para o capitalista, a produção de alimento tem como objetivo inicial satisfazer a necessidades de alimento da população para realizar a manutenção da vida.

O trabalho é uma categoria atemporal, pois em sua essência é a categoria ontológica de formação do ser social. Embora no passar do tempo tenha se apresentado em diferentes aparências, desde o trabalho primitivo até os dias de hoje com o trabalho assalariado dentro do modo de produção capitalista. Marx aponta que o trabalho é “um processo entre o homem e a natureza, processo este que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2013, p. 255). O trabalho é a ação que o homem exerce na natureza para transformar seres de ocorrência natural e externa a ele, a fim de suprir demandas de algum tipo. De início utilizava seu próprio corpo e posteriormente desenvolveu ferramentas para executar tais ações. Foi pelo trabalho que na antiguidade transformou-se frutos em alimentos, fragmentos de rochas em lâminas, pedaços de madeira em lanças e ainda é pelo trabalho que se realiza a extração do nióbio para confecção de ligas de metais não ferrosos e utiliza-se a ionosfera (*camada da atmosfera*) para a propagação das ondas de rádios para viabilizar os meios de comunicação.

Ao agir e transformar a natureza o homem também transforma a si mesmo, dando assim o duplo caráter de transformação do trabalho. A natureza apresenta causalidades desconhecidas pelo homem e em toda ação de transformação da mesma, ela apresentará novas causalidades e novos desafios. Ao transformar um fragmento de rocha em uma ferramenta de corte ocorre também a transformação do próprio homem que, por vez, no fim do processo de trabalho encontra-se em um estágio mais avançado de consciência, de quando iniciou o processo. Após conhecer as características do fragmento de rocha e ter a consciência da propriedade do corte possível nela, ele se torna capaz de reproduzir tal ação em diferentes fragmentos, em diferentes lugares e em diferentes momentos, pois “agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (MARX, 2013, p. 255).

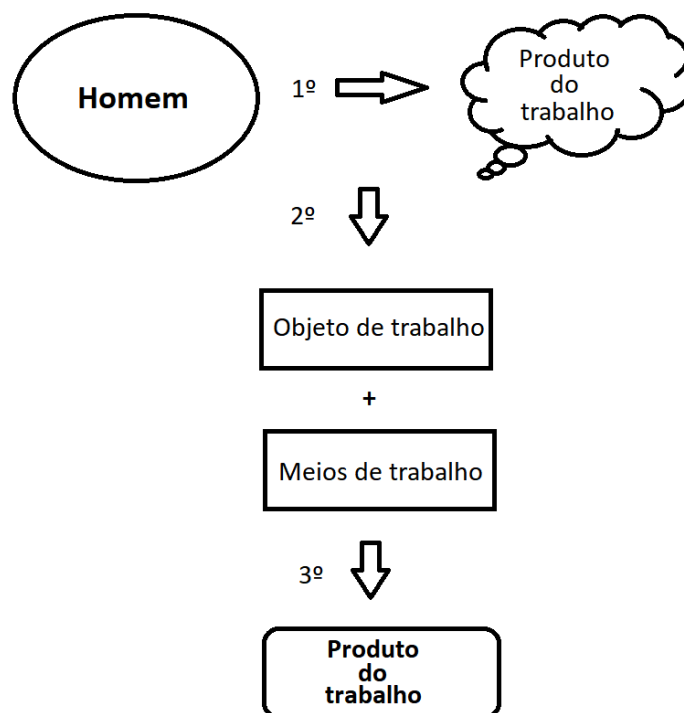
O trabalho é uma categoria que diz respeito unicamente ao homem (MARX, 2013), desse modo tem-se que nenhuma outra forma do ser realiza processo de trabalho. O que

diferencia o ser social dos demais seres orgânicos é o trabalho e a capacidade de idear o resultado final desse trabalho, ou seja, o que configura esse primeiro ser é o resultado do por teleológico do trabalho, rompendo com qualquer forma de resposta aos estímulos internos e externos por reações estritamente instintivas, o que já não ocorre nos demais seres. Marx aponta:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. (MARX, 1974, p. 149-150)

O homem ao iniciar qualquer ação de trabalho carrega consigo de forma idealizada o resultado final do processo desse trabalho, isto é, antes de iniciar sua ação de transformação da natureza, ele já elaborou de forma abstrata, ou seja, no pensamento o como proceder para executar aquela ação, levando em consideração as causalidades postas pela natureza, os meios que utilizará para alcançar de forma satisfatória o resultado final, o produto do trabalho. “os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios” (MARX, 2013, p. 256).

Imagem 12 – O processo de trabalho.



Fonte: Elaborada pelo autor

Um escravo antes de construir uma parede de pedra já tinha em mente a parede finalizada com suas características finais como altura, a espessura e o comprimento que iria construí-la, o objeto final transformado idealizado, o produto final do seu trabalho pensado. E ainda antes de iniciar a construção já era sabido por ele que teria de carregar as pedras e sobrepô-las e que, para exercer essas determinadas ações faria uso de troncos de árvores para transportá-las e utilizá-los como alavanca. Tudo isso levando em conta as causalidades postas pela natureza como o peso de cada pedra e a resistência de cada tronco.

No interior de um feudo, no processo de plantação de milho, o servo antes de iniciar o preparo da terra para receber as sementes, já tinha pronto em sua cabeça a imagem da roça repleta de espigas cobertas pela palha verde do milho. Tinha o conhecimento da necessidade de arar e gradear a terra, do ato de semear, a frequência e a intensidade de irrigar, o tempo necessário para colher e o momento correto que devia empenhar a enxada, a foice e o facão.

Na prática docente atual, um professor elabora sua aula por meio de um plano de aula. Nele ele determina qual será o objetivo a ser alcançado, ou seja, ele seleciona quais as categorias e conceitos que devem ser aprendidas pelos seus alunos, ele determina qual será o produto final do processo de trabalho. Em seu plano de aula o professor ainda estabelece qual a metodologia que será utilizada para alcançar seu objetivo e quais os recursos que ele empregará, seja o livro didático, slides, aula prática entre outros.

A natureza é a fonte primária de todo objeto de trabalho, ou melhor, por mais complexo que seja o produto resultante do trabalho, sua ação primeira foi na mediação homem e natureza. Quando observamos um computador ou um celular de última geração, pode parecer difícil estabelecer uma relação desses produtos finais do processo do trabalho com a natureza, pois tal relação não ocorre de forma clara quanto uma laranja que se retira do pé de laranjeira, em que apenas ocorre a separação da fruta da árvore para que se torne mercadoria. Na produção de computadores são realizadas outras mediações para se alcançar o produto final.

Pensando nos diferentes materiais que compõem os modernos computadores e celulares, como os diversos circuitos, o teclado, os fios e etc..., observa-se que os circuitos são fabricados por metais como ferro e cobre. Esses por sua vez foram extraídos de suas jazidas minerais por um processo de trabalho, por uma mediação entre o homem e a natureza. Quando observamos o teclado constatamos que ele é composto pelo plástico. No entanto, o plástico também tem sua fonte originária na natureza, pois somente pela extração do petróleo

e posteriormente pelo seu beneficiamento na indústria de base chega-se a esse produto. “todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com a totalidade da terra são, por natureza, objetos de trabalho preexistentes” (MARX, 2013, P, 256).

“Os meios de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisa que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e o que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto” (MARX, 2013, P, 256). Desse modo entende-se que os meios de trabalho são os insumos necessários para a transformação de um determinado objeto de trabalho, são os recursos indispensáveis no processo de trabalho para chegar-se ao produto idealizado anteriormente.

Pensando na piscicultura, tendo o peixe como objeto de trabalho, tem-se como meios de trabalho a represa, a água presente na represa, a ração e os medicamentos usados na criação, o maquinário utilizado para oxigenar a água, os tratores e automóveis empenhados no transporte dos animais, as redes para captura e separação e os equipamentos para monitoramento da qualidade da água. Os meios de trabalho nesse caso são todos os fatores que se dão entre o homem e o peixe para realizar o processo de trabalho, ou seja, a criação de peixes.

Durante a história os meios de trabalho passaram por várias transformações, pois para cada tempo os meios de trabalho se apresentavam de acordo com as condições objetivas da época. Para se abrigar do frio na antiguidade, o homem se via obrigado a enfrentar animais selvagens, uma natureza externa a ele, matá-los utilizando muitas vezes suas mãos, braços e pernas como meios de trabalho, ou por vez com o auxílio de pedaços de madeira e pedras (outros meios de trabalho), para esfolá-los e assim conseguir se aquecer com a pele. Já nas corporações de ofício os artesãos utilizavam tesouras para realizar o corte e o tear manual para produção de tecidos para confeccionar agasalhos. Percebe-se aqui uma alteração dos meios de trabalho, um desenvolvimento das forças de trabalho.

No processo da *revolução* industrial do século XVIII o tear manual foi substituído por grandes máquinas a vapor, operadas por inúmeros trabalhadores tendo por consequência o aumento da produção, a perda do controle do processo de trabalho e a alienação do produto do trabalho. Essa transformação dos meios de trabalho traz consigo uma alteração no sistema de produção que, desdobra nas condições de trabalho e no grau de exploração dos proletariados da época.

Independentemente do tempo histórico o homem produziu, produz e produzirá agasalhos para se aquecer durante as estações mais frias do ano. “O que diferencia as épocas econômicas não é o que é produzido, mas como, com que meios de trabalho. Estes não apenas fornecem uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as condições sociais nas quais se trabalha” (MARX, 2013, p. 257).

No entanto, se ainda não se faz claro o porquê os meios de trabalho estão subordinados às condições objetivas de cada época, basta pensar por quais motivos o homem da antiguidade não utilizava as grandes máquinas a vapor da modernidade. Na antiguidade o homem dava os primeiros passos para a domesticação de animais e plantas, iniciava o uso controlado do fogo, residia em abrigos com pouca infraestrutura e sequer conseguia imaginar a utilização da máquina a vapor em tempos futuros. Ele não possuía condições objetivas para tal elaboração, tudo aquilo que eles conheciam do mundo não os davam condições materiais para realizar tamanha obra. Sendo assim apresentam-se os limites ontológicos de cada época para os meios de trabalho e conseqüentemente para o processo de trabalho.

Para construir a máquina a vapor o homem teve que descobrir e conhecer as propriedades do ferro, para que assim pudesse moldá-lo e dar-lhe a forma que desejasse. Teve que dominar as propriedades físicas e químicas do calor para aplicar a termodinâmica e assim utilizá-lo como fonte de energia. “Quando um valor de uso resulta do processo de trabalho como produto, nele estão incorporados, como os meios de produção, outros valores de uso, produtos de processos de trabalhos anteriores” (MARX, 2013, p. 258).

Marx aponta que nem sempre o objeto do trabalho é tido na mediação direta com a natureza, como o exemplo já citado da fruta, que ao ser colhida passa de objeto para produto de trabalho na relação imediata do homem com a natureza. Por vez esse pode ser originado de produtos de trabalhos já acontecidos. Voltamos aqui ao exemplo dos computadores e celulares de última geração que para sua fabricação necessitam de objetos de trabalho oriundos de processos de trabalho anteriores como o plástico e o metal. Nesse exemplo “a matéria-prima, isto é, um objeto de trabalho já filtrado pelo trabalho anterior” (MARX, 2013, p. 259). O plástico e o metal não são o objeto principal do processo de trabalho do computador, apresentam-se como elementos que compõem o computador e que permitem assim sua fabricação. Nesse caso esses dois elementos se aparecem como matéria auxiliar na categoria de Marx.

O plástico e o metal utilizados na fabricação de computadores e celulares podem ter ainda diversas outras aplicações. O mesmo plástico pode ser utilizado em diferentes produtos de trabalho como copos descartáveis, jarros de flores ou revestimento de automóveis. Assim como o metal pode ter seu uso na forja de ferradura ou na confecção de estruturas artísticas, se dispendo a ceder-se a toda abstração que o artista desejar. Tal fato também se aplica aos produtos de trabalho obtidos na mediação imediata com a natureza. A fruta colhida pode ser aplicada no processo de trabalho das mais diversas refeições, ou até mesmo na ornamentação de mesas cerimoniais. Isso porque “como toda coisa possui várias qualidades e, conseqüentemente, é capaz de diferentes aplicações úteis, o mesmo produto pode servir como matéria-prima de processos de trabalho muito distintos” (MARX, 2013, p. 259).

Tem-se que ao se obter o produto final de um processo de trabalho, todos os objetos de trabalho anteriores, ou seja, as matérias auxiliares *desaparecem*. Quando se olha para o teclado do computador, não nos vem ao pensamento que tal plástico foi produto do processo de trabalho da extração do petróleo, ou ao manusear um celular que, os circuitos pertencentes a ele foram resultados do processo de trabalho de sua extração em uma jazida. Deve-se isso porque “ao ingressar como meios de produção em novos processos de trabalho os produtos perdem seu caráter de produtos” (MARX, 2013, p. 260). Tal fato se dá por não termos o esclarecimento dos processos de trabalho necessário para atingir o produto final e assim entendemos o produto final como algo pronto e acabado, que ocorre *naturalmente*. Marx ainda complementa que “ao contrário, é geralmente por suas imperfeições que o meio de produção deixa entrever, no processo de trabalho, seu caráter de produto de trabalhos anteriores” (MARX, 2013, p. 260). Sendo assim ao se ter um teclado quebrado ou um celular defeituoso, ou ainda uma fruta estragada no suco é que se tem a lembrança da maneira de como foram originados.

Ainda sobre a interação entre o objeto de trabalho e seus meios Max explica que “o mesmo produto, pode, no mesmo processo de trabalho, servir de meio de trabalho e de matéria-prima” (MARX, 2013, p. 259). Quando pensamos no exemplo dado do servo em sua plantação de milho, destaca-se aqui que o milho nesse caso é a matéria-prima. Pois é próprio milho o objeto a ser trabalhado, no entanto ao mesmo tempo apresenta-se como meio de trabalho, pois somente na condição de milho é capaz de gerar semente que possibilitarão futuras sementeiras para futuras safras.

Vemos, assim que o fato de um valor de uso aparecer como matéria-prima, meio de trabalho ou produto final é algo que depende inteiramente de sua função determinada

no processo de trabalho, da posição que ele ocupa nesse processo, e com a mudança dessa posição mudam também as determinações desse calor de uso (MARX, 2013, p. 259.).

Pelo fato de que o homem já tem idealizado seu produto ao final do processo de trabalho antes mesmo de iniciá-lo, ao final desse processo obtêm-se o objeto de trabalho transformado como pensado anteriormente, ou seja, ao término do processo de trabalho o homem chega ao produto de trabalho já elaborado de forma abstrata. Para o preparo de uma peça de carne, o homem executa o processo de trabalho de abate, limpeza e corte sobre seu objeto de trabalho que, nesse caso é o gado. Para executar esse processo de trabalho ele utiliza da faca, da água, etc. que são seus meios de trabalho e ao encerrar esse processo ele tem como resultado a peça de carne que, é seu produto de trabalho. No entanto, quando se alcança o resultado final do trabalho, ou seja, o produto do trabalho, os momentos do trabalho (o objeto de trabalho e os meios de trabalho) desaparecem. Tal fato ocorre porque “o trabalho consome seus elementos materiais, seu objeto e seu meio; ele os devora e é, assim, processo de consumo” (MARX, 2013, p. 261).

Marx considera que:

O processo de trabalho, como expusemos em seus momentos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso – apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, perpétua condição universal da vida humana e por conseguinte, independe de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as formas sociais. (MARX, 2013, p. 261.).

Encerra-se essa primeira parte reiterando que a categoria trabalho concerne da mediação do homem com a natureza; que a natureza é a provedora primeira do objeto de trabalho; que o homem é o ser que trabalha e que, o trabalho sempre ocorreu independente da estrutura político-social; que a teleologia do trabalho diferencia o homem dos demais seres; que o trabalho se apresenta na tentativa de suprir demandas necessárias ao homem, incorporando a ele no primeiro momento o valor de uso, e não ao contrário; que no decorrer da história o trabalho mantém sua essência, mas se apresenta em diferentes formas sociais, ou seja, altera sua aparência.

3.2 Diálogo sobre o trabalho com Gyögy Lukács

O ser social, em sua formação, se dá por um complexo de categorias que se interagem, e não se pode reduzir essa complexidade somente a categoria trabalho. Tal movimento não permitiria alcançar a totalidade desse ser e só nos levaria a uma análise simplista de sua

gênese e desenvolvimento a partir da ontologia. “Mesmo um olhar muito superficial ao ser social mostra a inextricável imbricação em que se encontram suas categorias decisivas, como o trabalho, a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho, e mostra que aí surgem novas relações da consciência com a realidade e, por isso, consigo mesma.” (LUKÁCS, 2013, p. 41)

No entanto, o autor demonstra no capítulo I de seu livro *Para uma ontologia do ser social II* que, o trabalho é a categoria central e fundante do ser social. Com estudo pormenorizado dessa categoria é possível compreender o processo de humanização do homem, e de como se deu o salto qualitativo do ser orgânico para o ser social, ou seja, através desse estudo se tem o entendimento das condições necessárias para realizar a diferenciação do homem diante das outras formas do existir.

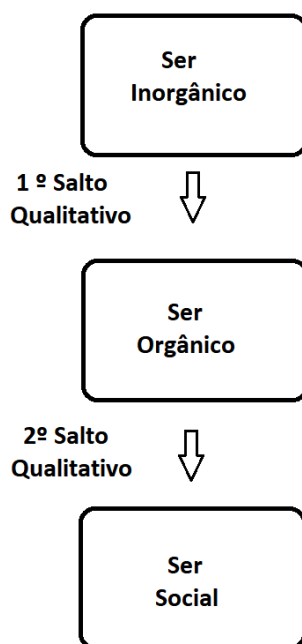
Para realizar tal análise Lukács recorre ao método marxiano das duas vias, partindo da realidade objetiva e concreta observando e analisando as condições materiais dadas por cada tempo histórico, no qual devemos:

Primeiro decompor, pela via analítico-abstrativa, o novo complexo do ser, para poder, então, a partir desse fundamento, retornar (ou avançar rumo) ao complexo do ser social, não somente enquanto dado e, portanto, simplesmente representado, mas agora também compreendido na sua totalidade real (LUKÁCS, 2013, p. 42).

Para alcançar o momento de decomposição o autor expõe a origem do ser inorgânico, e seu salto qualitativo para o ser orgânico e posteriormente aponta o salto qualitativo do ser orgânico para o ser social. Somente dessa forma se consegue demonstrar por meio de condições objetivas a gênese do ser social, ou seja, desse modo é possível compreender os encadeamentos evolutivos que resultaram no processo de humanização do homem por intermédio da tangibilidade do mundo real.

O autor reitera que, “contudo, não seremos capazes de captar sua especificidade se não compreendermos que um ser social só pode surgir e se desenvolver sobre a base de um ser orgânico e que esse último pode fazer o mesmo apenas sobre a base do ser inorgânico” (LUKÁCS, 1978, p.3). Existe um desenvolvimento processual do ser que se origina na forma menos complexa da matéria e evolui por intermédio da continuidade e descontinuidade para sua forma mais complexa.

Imagem 13 – Saltos ontológicos.



Fonte: Elaborada pelo autor

Considerando o desenvolvimento da ciência moderna, em especial os avanços obtidos pelas ciências da natureza conseguem-se elaborar hoje o processo de evolução dos seres partindo-se dos conhecimentos produzidos e acumulados no desenvolver da humanidade e em decorrência disso

Já foram esclarecidas as mais importantes categorias fundamentais das formas de ser mais complexas, enquanto contrapostas àquelas mais simples: a reprodução da vida em contraposição ao simples tornar-se outra coisa; a adaptação ativa, com a modificação consciente do ambiente, em contraposição à adaptação meramente passiva etc. (LUKÁCS, 1978, p.3)

Embora citado os avanços da ciência no que se refere aos estudos sobre a origem das primeiras formas de vida, não se objetiva nesse texto aprofundar sobre as possibilidades de transformação das moléculas de água, dióxido de carbono, hidrogênio, amônia, etc., por meio de descargas elétricas e radiação solar em aminoácidos, proteínas e coacervantes. Por esse motivo esse trabalho não aborda o experimento de Louis Pasteur, a hipótese de Oparin e Haldane, o experimento do químico Stanley L. Miller com a química prébiótica e outras teorias sobre o tema específico.

Ao considerar as contribuições dos professores José Paulo Netto⁹ e Sérgio Lessa¹⁰ sobre o assunto embasado nas obras de Karl Marx e György Lukács, destaca-se que na totalidade do ser, entende-se o mesmo como unitário, no entanto não como identitário, ou seja, o ser geral é uma unidade composta por suas diferenças. Esclarece-se que a ontologia proposta por Lukács denomina três esferas ontológicas substancialmente distintas e substancialmente articuladas. Define-se que o ser inorgânico se apresenta como a matéria inanimada, sem vida, que não se reproduz.

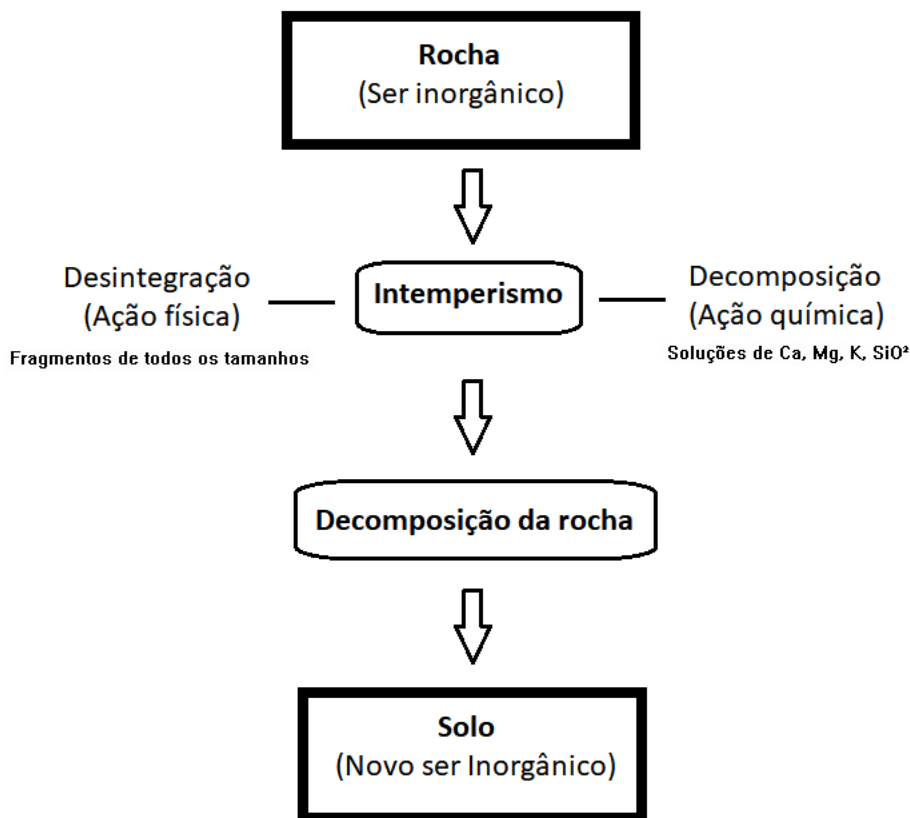
O ser inorgânico é o primeiro ser a se apresentar no mundo e independe das outras formas do existir. Esse apresenta como estatuto ontológico a legalidade de tornar-se outro, está submetido e responde as leis da química e da física. Não apresenta nenhuma reação biológica, sendo assim impossível a constatação da *anima* e por consequência, impossível de ser aceito como organismo. Pode-se aqui pensar no processo de pedogênese, ou seja, no processo de formação de solos originados de um material rochoso ou no processo de formação de nuvens na atmosfera terrestre.

Na formação e evolução de solos (*pedogênese*) se tem como ponto de partida uma estrutura rochosa (*ser inorgânico*), que possui em sua composição dois ou mais minerais no estado sólido da matéria. Essa rocha no passar do tempo geológico sofre ação de processos de intemperismo físico e químico. No intemperismo físico o material sofre uma ação mecânica por desempenho da água, calor, vento ou pressão que resulta na desintegração do material. Já no intemperismo químico a água reage com os componentes minerais das rochas e alteram significativamente sua constituição. A combinação de ambos os processos resulta na decomposição do material originário e consequentemente na formação de solos (*novo ser inorgânico*) (SGARBI 2007).

⁹ Considerações do professor José Paulo Netto sobre o ser inorgânico, o ser orgânico e o ser social em sua palestra intitulada **Introdução ao Método de Marx** disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=D13Yocu-1oI&feature=youtu.be>> Acesso em 09 de julho de 2017

¹⁰ O autor apresenta a discussão sobre as três esferas ontológicas em sua obra **Para Compreender a Ontologia de Lukács** (2015)

Imagem 14 – Processo de pedogênese.



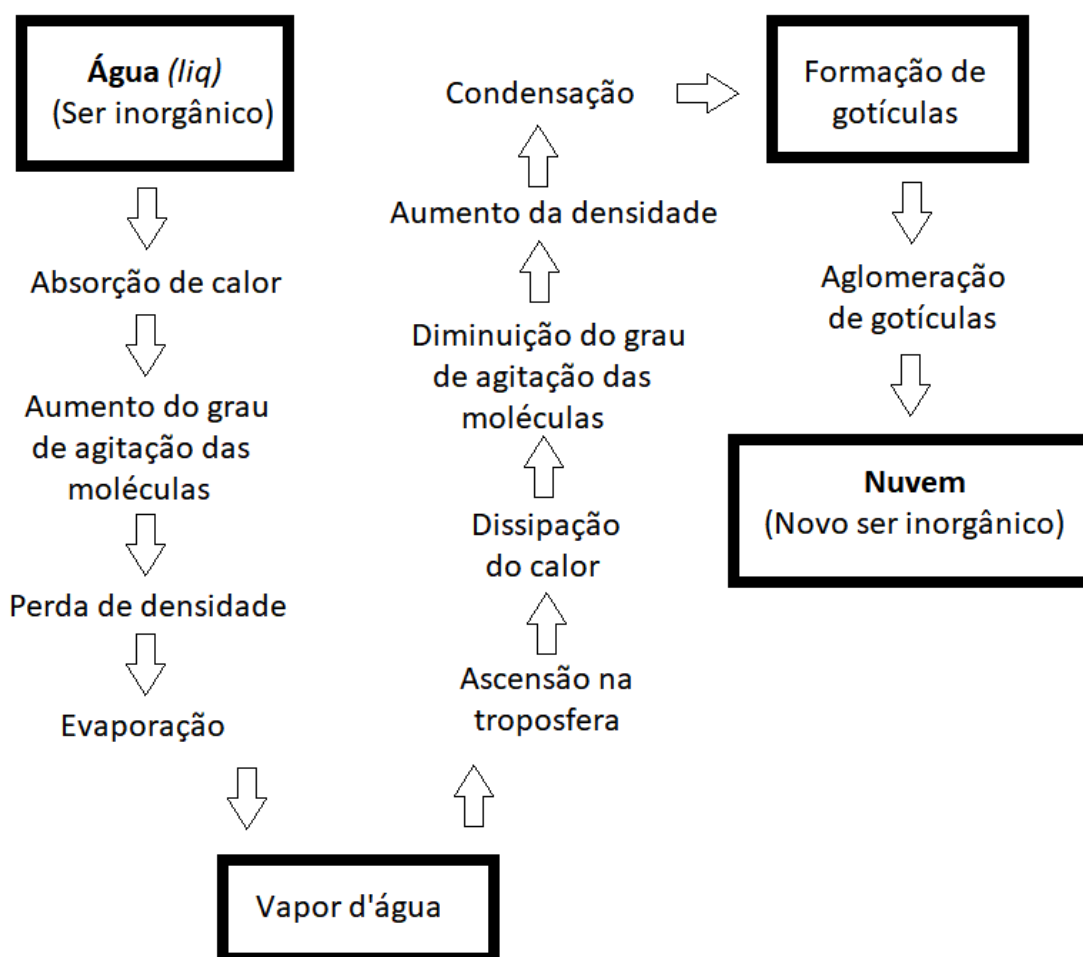
Fonte: Elaborada pelo autor

No processo de formação de nuvens na atmosfera, observa-se inicialmente a disponibilidade hídrica no estado líquido da matéria em um determinado tempo e espaço. A água disponível recebe a radiação proveniente do sol e sofre evaporação, um processo específico de vaporização, ou seja, absorve calor oriundo do sol e daí inicia-se o processo de maior agitação das moléculas em condições naturais, se transformado do estado líquido para o estado gasoso. A água no estado gasoso aumenta seu volume, mas mantém a sua massa, diminuindo assim sua densidade. Esse processo de evaporação ocorre com maior ou menor intensidade devido à quantidade de calor que atinge a matéria e a quantidade de vapor d'água presente na atmosfera (*umidade relativa do ar*).

O vapor d'água com menor densidade sofre ascensão na troposfera (*primeira camada da atmosfera, onde quanto maior a altitude menor a temperatura*). Ao ganhar altitude dissipa o calor armazenado, diminuindo grau de agitação das moléculas, aumentando sua densidade, sofrendo o processo de condensação, voltando assim ao seu estado líquido formando

pequenas gotas de água. As gotículas formadas se aglutinam ocasionando um aglomerado de gotas diminutas em suspensão na atmosfera gerando as nuvens (*novo ser inorgânico*) como apresentado em Teixeira et al (2009).

Imagem 15 – Processo de formação de nuvem.



Fonte: Elaborada pelo autor

Os saltos ontológicos modificam qualitativamente as condições do ser, ou seja, avançam para um novo de maior complexidade se comparado com a sua forma anterior. Porém não cabe reduzir a complexidade da forma antiga. Ao pensar em um fragmento de granito, uma rocha ígnea intrusiva oriunda do resfriamento do magma no interior da terra, pode se observar o quão complexo é sua estrutura molecular e suas formas cristalinas. Todavia a mais simples forma de vida carrega consigo um grau de complexidade enumeravelmente maior. O mesmo se repete quando comparado o ser social ao ser orgânico.

Em síntese entende-se que os seres se diferenciam por suas complexidades e que essas diferenciações ocorrem em virtude dos saltos qualitativos sofridos por eles.

As primeiras formas de vida, ainda que manifestadas em suas formas mais exordiais, somente podem ser compreendidas em sua gênese se observado seu desenvolvimento fundado no ser inorgânico, O salto qualitativo do ser inorgânico para o ser orgânico decorre alicerçado em reações físicas e químicas em um tempo e espaço favorável a esse desenvolvimento, ou seja, são necessárias as condições propícias e específicas para realizar esse salto qualitativo na forma do existir.

A ciência atual já começa a identificar concretamente os vestígios da gênese orgânico a partir do inorgânico e nos diz que, em determinadas circunstâncias (ar, pressão atmosférica, etc.), podem nascer complexos extremamente primitivos, nos quais já estão contidas em germe as características fundamentais do organismo (LUKÁCS, 2013, p. 42).

Esse primeiro salto é responsável por apresentar uma forma inédita na natureza, pois pela primeira vez pode-se falar de um ser que, agora estabelece reações biológicas, capaz de realizar, ainda que de maneira incipiente, sua adaptação ao meio e de se reproduzir. Possuindo as qualidades necessárias para responder de maneira instintiva aos estímulos externos sofridos, com o objetivo de realizar a manutenção da espécie e sua existência no decorrer dos tempos, embora sua condição possa ser efêmera.

Ademais, tornou-se claro que, entre uma forma mais simples de ser (por mais numerosas que sejam as categorias de transição que essa forma produz) e o nascimento real de uma forma mais complexa, verifica-se sempre um salto; essa forma mais complexa é algo qualitativamente novo, cuja gênese não pode jamais ser simplesmente "deduzida" da forma mais simples (LUKÁCS, 1978, p. 3-4)

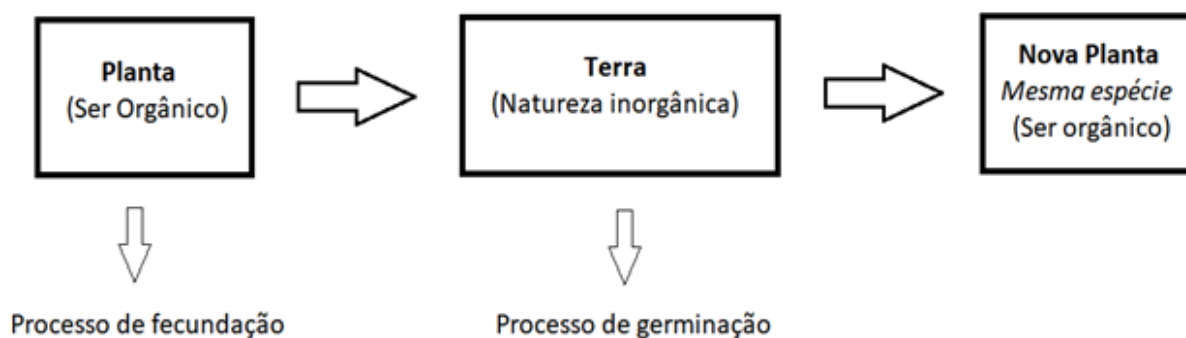
O ser orgânico caracteriza-se pela matéria viva, a biosfera, constituída pelos reinos dos animais e vegetais. Carregam consigo a qualidade de reprodução em si. Seu momento predominante a é a de repor sua própria espécie, é sua reprodução em si, sem com isso, descartar ou negligenciar as adaptações ao meio realizados por esses seres, alcançando seu estágio maior o processo reprodutivo dentro do seio biológico. Nas palavras do autor: “a teoria do desenvolvimento dos organismos nos mostra como gradualmente, de modo bastante contraditório, com muitos becos sem saída, as categorias específicas da reprodução orgânica alcançam a supremacia nos organismos” (LUKÁCS, 2013, p. 41).

Como exemplo pode-se pensar o processo de germinação de uma planta que necessita da natureza inorgânica para realizar sua reprodução, já quando se analisa a reprodução das

espécies no reino animal, elas realizam sua reprodução no interior do próprio organismo, salvo pelas suas exceções, como o exemplo dos ovários.

No processo de germinação de uma planta tem-se como ponto de partida a fecundação de seu ovulo por agentes polinizadores, ocasionando as flores e posteriormente os frutos com suas sementes. As sementes sofrem dispersão e sob as condições necessárias e específicas de água, luz, temperatura e oxigênio para cada espécie do reino, propiciam o processo de germinação. Inicialmente a semente absorve água até o momento de sua saturação, no qual ocorre o rompimento da casca permitindo assim a entrada de oxigênio. Verifica-se que atendidas às exigências necessárias inicia-se o desenvolvimento do embrião que, dará origem à radícula, essa por sua vez se fixa no solo para absorver água e sais minerais necessários para o seu crescimento. Ao fim do ciclo tem-se uma nova planta da mesma espécie.

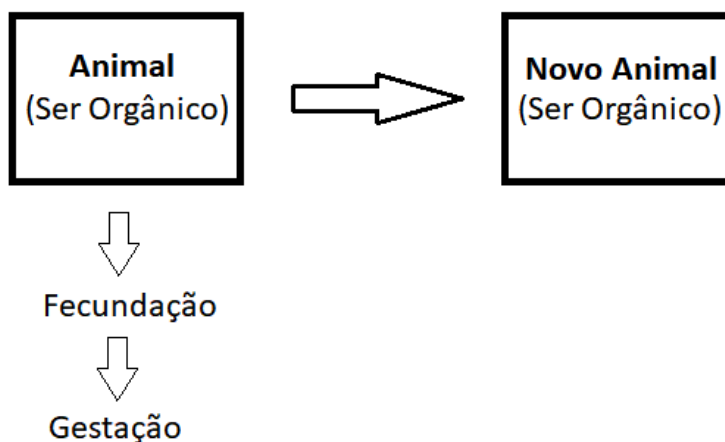
Imagem 16 – Processo de reprodução vegetal.



Fonte: Elaborada pelo autor

Na reprodução animal, descartando as exceções como já citadas, ocorre o acasalamento entre o macho e a fêmea da espécie. O óvulo é fecundado no interior do organismo feminino, sem a necessidade da mediação da natureza inorgânica. Desenvolve-se o embrião durante o tempo determinado para cada espécie e assim dá-se existência a uma nova vida também pertencente a mesma espécie. Destaca-se que na natureza orgânica a dimensão biológica rege a ordem do ser. Nela não se encontra formas evoluídas de sociabilidade. As relações ocorrem de maneira espontânea, ou seja, suas conexões acontecem de forma impensada.

Imagem 17 – Processo de reprodução animal.



Fonte: Elaborada pelo autor

No entanto, existe uma constante relação de dependência entre a esfera inorgânica e orgânica que, transcorre contraditoriamente. Ao se pensar na reprodução vegetal constata-se a necessidade da planta em retirar do meio os sais minerais, nutrientes, água, oxigênio, calor e luz (*natureza inorgânica*) que, sem eles impossibilitaria o desenvolvimento vegetal. O mesmo decorre quando se analisa a reprodução animal. No ato da alimentação o ser orgânico obtém os elementos para o seu funcionamento fisiológico e manutenção de seu organismo, como por exemplo, o oxigênio para realizar sua troca gasosa, ou ainda a necessidade do ferro para a síntese de células vermelhas do sangue.

O contrário pode ser notado na decomposição da matéria viva e no processo de fossilização, como na formação do petróleo e do carvão mineral. Na decomposição o ser orgânico fenece e sofre ação de fungos e bactérias (*agentes decompositores*) que, degrada-os em nutrientes (*ser inorgânico*) que, são restituídos ao meio (*natureza inorgânica*). Na formação do petróleo e carvão mineral a matéria orgânica é depositada e coberta por sedimentos. Submetida a alta pressão e elevadas temperaturas durante milhares de anos se fossilizam, ou seja, perdem suas qualidades orgânicas e transformam-se em seres inorgânicos.

Com os exemplos citados observa-se uma interdependência entre as esferas ontológicas do ser, no qual o ser inorgânico apresenta uma “independência” em relação ao ser orgânico, mas que o contrário não pode ser verificado. Em contra partida, o ser orgânico mostra-se com maior complexidade devido ao salto qualitativo dado pelo processo evolutivo, mas que não se esgota em si, pois apresenta uma dependência com a esfera anterior.

Já o ser social diz respeito a matéria humana, do ser que estabelece relações sócias e por consequência vive em sociedade, diz do fazer e pensar do homem, da práxis humana. Essa diferenciação qualitativa do orgânico para o ser social também se dá por um salto ontológico, cuja centralidade desse processo ocorre por meio do trabalho, e dessa forma permite o desenvolvimento social categorizado em Marx como o *afastamento da barreira natural*. Distinto do salto do inorgânico para o orgânico, esse salto não pode ser representado por recursos experimentais, pois carrega consigo suas características históricas do desenvolvimento social. “É exatamente a penetrante irreversibilidade do caráter histórico do ser social que nos impede de reconstruir, por meio de experiências, o *hic et nunc* [agora ou nunca] social desse estágio de transição” (LUKÁCS, 2013, p. 42).

Quando se analisa a gênese humana por meio do processo evolutivo observando suas ancestralidades nas suas diferentes fases, ou seja, em suas mensurações cranianas, posturas e desenvolvimentos fisiológicos no decorrer do tempo histórico, constatam-se suas diferentes formas que confirmam suas novas etapas. Entretanto para uma mais profunda compreensão do ser social se faz necessário entender esse processo também pelo desdobramento social. “Indicamos que a descrição das diferenças psicofísicas entre o homem e o animal, que mais precisa que seja, passará longe do fato ontológico do salto enquanto não puder explicar a gênese dessas propriedades do homem a partir do seu ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 43).

Referenciando em Marx, o trabalho é compreendido como condição unívoca de resposta às necessidades a partir da transformação da natureza pelo próprio homem que transforma a si mesmo. É uma “necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza” (Marx, 1980, p. 50), pois por intermédio do trabalho o homem consegue realizar sua manutenção da vida. “A essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos seus estágios são produtos de suas auto-atividades” (LUKÁCS, 2013, p. 43).

Lukács enfatiza o trabalho como a protoforma do ser social e salienta essa categoria como originária do ser social. Contudo aponta que não se pode reduzir a compreensão da totalidade humana a essa categoria.

Considerando que nos ocupamos do complexo concreto da socialidade como forma de ser, poder-se-ia legitimamente perguntar por que, ao tratar desse complexo, colocamos o acento exatamente no trabalho e lhe atribuímos um lugar tão privilegiado no processo e no salto da gênese do ser social. A resposta em termos ontológicos, é mais simples que se possa parecer a primeira vista: todas as outras categorias dessa forma de ser tem já, em essência, um caráter puramente social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já acontecido. Somente o

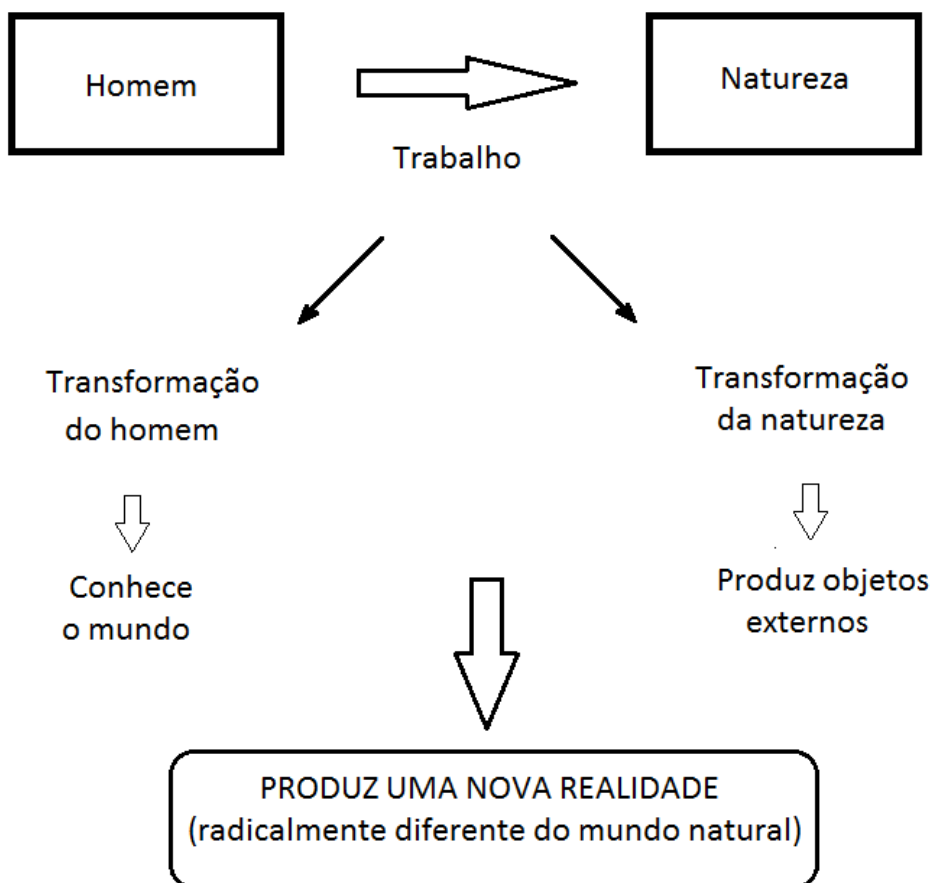
trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição; ele é, essencialmente, uma inter-relação entre o homem (sociedade) e a natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (LUKÁCS, 2013, p. 44).

A capacidade humana de trabalhar não pode ser vista de forma semelhante na natureza orgânica. Pode-se aqui pensar novamente no exemplo dado por Marx entre a abelha e o arquiteto. Por mais complexo que seja a estruturação de uma colméia, ela ocorre por uma relação de adaptação ao meio e manutenção da vida da abelha. Com a ausência da liberdade de fazê-la. Já na elaboração de um arquiteto, ao pensar uma casa está presente em primeiro lugar o resultado do produto do trabalho, de maneira idealizada, antes mesmo de iniciar sua execução. Em segundo lugar a liberdade (*dentro das possibilidades reais e materiais*), como por exemplo, as possibilidades das formas, cores, tamanhos, etc.

Essa diferenciação ocorre devido ao salto realizado do orgânico ao ser social. Ele não se dá somente pela evolução dos fatores psicomotores, como por exemplo, o desenvolvimento do polegar opositor e do cerebelo. Se não o analisar por intermédio do trabalho entra-se em beco sem saída. Pois a mão de um homem produz operações que o macaco não pode imitar, embora ambos possuam anatomias semelhantes como o número de articulações e disposições musculares, ou seja, a diferenciação apresentada entre os dois não pode ser compreendida por essa análise. Apesar do ser social está contido na natureza orgânica, ele não se limita a ela, ao contrário, ele carrega uma superação qualitativa e ontológica (Lukács 2013).

Isso porque o trabalho está dotado de seu duplo caráter de transformação. Ambos ocorrem na mediação do homem com a natureza. O primeiro se dá no ato do homem com a natureza alterando-a e modificando-a. O segundo na transformação do próprio homem que ao executar essa mediação se humaniza. Tem-se então que ao transformar a natureza o homem transforma a si mesmo. Deste modo, o homem não produz apenas os objetos externos, mas também produz a si mesmo e às suas relações sociais

Imagem 18 – Duplo caráter de transformação do trabalho.



Fonte: Elaborada pelo autor

É na mediação do homem com natureza, ou seja, no trabalho humano que, ele conhece o mundo. Somente pelo trabalho o homem conhece as propriedades dos elementos da natureza, e nesse processo quem rege a produção desse conhecimento é o objeto. Pensar esse processo no sentido contrário, ou seja, no qual o homem produz o conhecimento do mundo pelo seu pensamento e posteriormente executa sua ação no objeto, é aceitar uma realidade mistificada e conceber como fato uma ilusão do mundo.

Entende-se que o salto ontológico do ser orgânico para o ser social se dá pelo por teleológico do trabalho, ou seja, pela capacidade de projetar suas ações de forma consciente antes de executá-la. Somente o ser social tem em si essa valência e é por ela que nos afastamos da espontaneidade da natureza orgânica, sem negar estar contido nela. Essa capacidade previa de ideação não se repete em nenhum outro animal, ou seja, na esfera meramente biológica. “Desse modo é enunciada a categoria ontológica do trabalho: através

dele realiza-se, no âmbito do ser material, um por teleológico enquanto surgimento de uma nova objetividade” (LUKÁCS, 2013, p. 47).

Reconhece aqui os acertos de Aristóteles e Hegel ao expor o caráter ontológico do trabalho, no entanto se tem um problema quando esses autores o convertem a uma cosmologia universal. Observa-se que somente na categoria trabalho pode-se demonstrar ontologicamente a posição teleológica como momento efetivo da realidade material. Sendo assim a teleologia é uma categoria pertencente exclusivamente ao trabalho humano e por consequência ao ser social, sendo impossível consenti-la na natureza. Pois:

Conceber teleologicamente a natureza e a história implica não somente que ambas possuem um caráter de finalidade, que estão voltadas para um fim, mas também que sua existência, seu movimento, seu conjunto e nos detalhes devem ter um autor consciente (Lukács, 2013, p. 48).

Percebe-se esse equívoco ao pensar, por exemplo, no processo reprodutivo de animais e vegetais. No ato da reprodução esses seres não possuem a liberdade da escolha de seus parceiros por empatia, padrões de beleza, ou ainda pensando em constituir uma relação familiar (*sendo todas essas categorias estritamente sociais*). Esse ato ocorre devido à necessidade de permanência das espécies que, embora suas condições efêmeras objetivam a eternidade, e por desse modo ocorrem espontaneamente, ou seja, sem nenhum predicado racional e tão pouco social.

Esse equívoco permanece se atribuir a teleologia a história. Sendo a história detentora de um por teleológico, necessariamente retira-se da humanidade sua liberdade e autonomia perante o mundo. Entregam-se assim os feitos da humanidade a algo ou alguém externo ao homem, e diante disso o ser social obrigatoriamente deixa de ser sujeito de sua história, e passa a exercer um papel de marionete no tempo histórico, ou seja, somente executa ações já predestinadas por forças ocultas.

Só se pode entender a gênese do ser social tomando o trabalho como a categoria originária, levando em conta suas relações com o mundo material e observando as reais condições de como procedê-lo. Diante desse fato o trabalho carrega consigo um vínculo inerente entre teleologia e causalidade. Nas palavras do autor “Só podemos falar racionalmente do ser social quando concebemos que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, seu tornar-se autônomo baseiam-se no trabalho, isto é, nas contínuas posições teleológicas” e ainda “a teleologia é reconhecida como uma categoria realmente operante

apenas no trabalho tem-se inevitavelmente uma coexistência concreta, real e necessária entre causalidade e teologia” (LUKÁCS, 2013, p. 52).

Lukács em diálogo com Hartmann apresenta as contribuições do segundo autor na investigação do processo do trabalho. Esse pode ser entendido em dois momentos: a investigação dos meios de trabalho (causalidade) e o pôr do fim (teleologia). Entende-se que para realização de qualquer processo e trabalho o homem deve conhecer as propriedades do objeto de trabalho, para assim idear sua ação e transformá-lo. Tem-se que somente após desvendar as características de um determinado objeto, obtêm-se a capacidade de transformá-lo em algo substancialmente novo.

A elaboração de uma faca através da modelagem de uma pedra tem contida em seu processo, etapas anteriores que, sem ela não seria possível chegar a esse resultado. Fez-se necessário que em algum momento o homem ao manusear um fragmento de pedra se cortasse, e descobrisse assim, a possibilidade do corte presente nas rochas. Posteriormente a investigação das características da pedra e como ela se apresentava no mundo, ou seja, sua forma, textura, peso, etc... Diante da aquisição desse conhecimento, ele agora pode reproduzi-lo em pedras que apresente as condições semelhantes e necessárias para adquirir o fio para o corte.

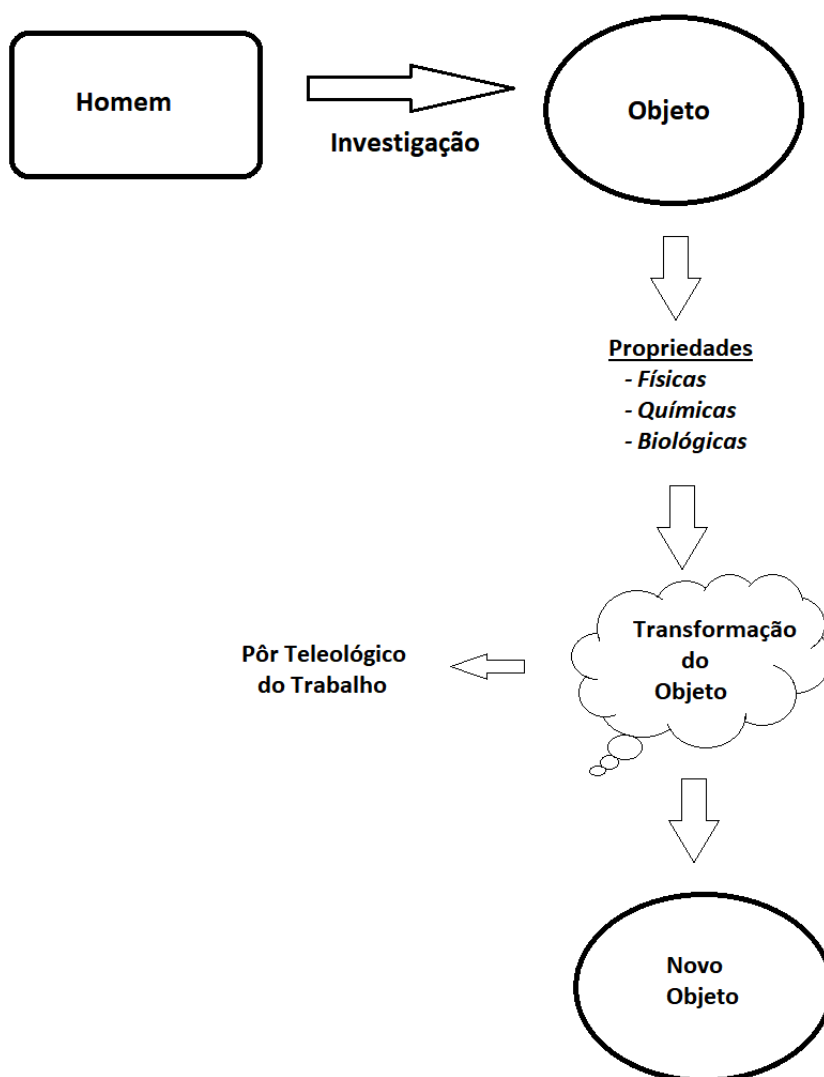
A causalidade aqui então é compreendida como as barreiras naturais que estão postas ao homem e a teleologia entendida como a capacidade racional do ser social, em pensar as ações fundamentais para sua transfiguração, na busca de respostas para as necessidades humanas e sociais. Dessa forma pode-se afirmar que o por teleológico do trabalho é o elemento central que funda o ser social, responsável pelo desenvolvimento da consciência humana e assim, essa consciência o afasta dos fenômenos naturais presentes na natureza orgânica. Pois já não mais se trata de uma adaptação ao meio em que se vive, mas uma ação agora autogovernada.

Natureza e trabalho, meio e fim chegam, desse modo, a algo que é em si homogêneo: o processo de trabalho e, ao final, o produto do trabalho. No entanto, a superação das heterogeneidades mediante a unitariedade e a homogeneidade do pôr tem seus limites claramente determinados. Não nos referimos, porém, aquelas situações óbvias, já esclarecidas, na qual a homogeneização pressupõe o reconhecimento concreto dos nexos causais não homogêneos da realidade. Se houver erros deles no processo de investigação, nem se quer pode chegar a ser – em sentido ontológico - postos; continuam a operar de modo natural e o por teleológico se suprime por si mesmo. Uma vez que, não sendo realizável, se reduz a um fato de consciência que se tornou impotente diante da natureza. Aqui se torna palpável a diferença entre o pôr em sentido ontológico e em sentido gnosiológico. Neste último sentido, um por ao qual se falte o próprio objeto permanece um pôr, embora o juízo de valor que se fará ao seu respeito

deva ser de falsidade ou apenas de incompletude. Ao contrário, quando se põe ontologicamente a causalidade no complexo constituído por um pôr teleológico, este deve captar corretamente seu objeto, senão não é – nesse contexto – um pôr. É preciso, porém, delimitar dialeticamente essa constatação para que, dado o exagero, não se converta em algo não verdadeiro (LUKÁCS, 2013, p. 44).

Constata-se então que o processo de trabalho decorre das determinações da realidade e não das determinações do pensamento, ou seja, o trabalho humano se faz real em meio às condições objetivas do mundo de realizá-lo. Quaisquer outras ações previamente idealizadas, que não encontrem na materialidade da vida condições de serem executadas permanecerão somente como uma fabulosa idéia.

Imagem 19 – Processo de investigação para realização do trabalho.



Fonte: Elaborada pelo autor

Por meio do trabalho o homem conhece o mundo e o transforma. Através da investigação dos objetos de trabalho ele aprende suas características produzindo desse modo um conhecimento acerca da natureza. A partir da apreensão correta desses objetos têm-se alternativas de transformação, por intermédio dos meios de trabalho, e desse modo tem-se a gênese da liberdade. “Com efeito, é nessa alternativa que aparece pela primeira vez, sob a figura claramente delineada, o fenômeno da liberdade, que é completamente estranha a natureza” (LUKÁCS, 2013, p. 138). A liberdade se origina na categoria trabalho e sendo ele uma categoria essencialmente do ser social, logo a liberdade também carrega consigo essa característica, ou seja, ela não se manifesta na natureza inorgânica e nem mesmo na natureza orgânica, apresentando-se assim como uma liberdade humana.

Na esfera inorgânica ao se pensar nas arrebentações das ondas ocorridas no mar verifica-se a ausência da liberdade. Esse fenômeno acontece de acordo com o ordenamento e com a dinâmica marítima. As formações das ondas estão condicionadas aos ventos que atingem aquela determinada região. Ao soprar os ventos transferem sua energia para a superfície da água formando as primeiras ondulações, logo, quando maior a velocidade dos ventos maiores serão as formações de ondas. Sua arrebentação depende da profundidade, ou seja, da distância entre o assoalho marítimo e a lâmina d’água que, decresce com a proximidade com a praia, podendo haver descontinuidade pela presença de recifes e ou bancos de areias. Entende-se que o comportamento das ondas na praia está determinado por leis naturais. Essas leis também regem sobre os processos erosivos das rochas, o ciclo da água, etc., não encontrando nesses processos nenhuma alternativa racional, ou seja, nenhum ato consciente, retirando assim qualquer possibilidade de outra forma de proceder, isto é, processos com ausência de liberdade.

Na esfera orgânica também se constata essa ausência. Ao observar o florescer das plantas (*em condições naturais*) tem-se que esse fenômeno ocorre em determinada época do ano, em que elas encontram as condições necessárias de umidade, temperatura e pressão para a realização dessa ação. Não dependendo assim de uma *vontade* das espécies vegetais, nas quais não são capazes de escolher o momento que desprenderão suas flores. Essa liberdade não está presente no reino vegetal. O mesmo ocorre quando se analisa a migração das aves, a piracema nos rios, a reprodução nos mamíferos. Todos esses fenômenos ocorrem espontaneamente subordinados as determinações da natureza, sem alguma teleologia, ou seja, sem nenhum fim posto anterior a ação construída por um pensamento

A liberdade originada pelo avanço da consciência das características reais e concretas do mundo, deve ser entendida como as possibilidades objetivas de transformação da realidade e que, de maneira nenhuma pode fugir a essa regra. Quanto maior for o acúmulo dos conhecimentos das propriedades dos objetos, maiores serão as alternativas de transformações que poderão ser aplicadas. Esse acúmulo ocorre no decorrer do tempo histórico diante do desenvolvimento da sociedade. Tendo em vista que a produção do conhecimento está alicerçada na história, entende-se a liberdade como uma categoria ontológica.

Pois em primeiro lugar, o fundamento da liberdade consiste, se pretendemos falar racionalmente dela como um momento da realidade, em uma decisão concreta entre diversas possibilidades concretas; se a questão da escolha é posta num nível mais alto de abstração que a separa inteiramente do concreto, ela perde toda sua relação com a realidade e se torna uma especulação vazia. Em segundo lugar a liberdade é - em - última instância - um querer transformar a realidade (o que, em determinadas circunstâncias, inclui a conservação das coisas como estão), o que significa que a realidade, enquanto finalidade da transformação, não pode deixar de estar presente mesmo na abstração mais ampla (LUKÁCS, 2013, p. 138).

No momento em que a tentativa de apreensão da realidade ocorre de maneira especulativa, às possibilidades de sua transformação somente podem ocorrer no campo de pensamento, sendo impossível sua efetivação. Ao se imaginar a possibilidade das árvores começarem a voar, tal ação ocorrerá única e exclusivamente na ideia de quem a pensou, sendo impossível a comprovação desse fenômeno na vida objetiva, pois tal desejo ou sonho não ocorre na natureza.

Ainda que o trabalho ideado encontre condição de se efetivar na concretude, ele só poderá ocorrer em primeiro lugar se a apreensão das propriedades da realidade a ser transformada acontecer de forma não ilusória. Em segundo lugar se as escolhas dos meios de trabalho obtiverem condições de efetivá-lo. Somente será possível a transformação da madeira em lança se conhecer as características da madeira e elaborando as alternativas viáveis para alcançá-la, caso contrário o produto trabalho nunca se realizará. Trata-se da tentativa de chegar à lança por meio da madeira utilizando-se de um chumaço de plumas ou algodão para tentar esculpi-la.

4 O PARTIDO, O MLB E A COMUNIDADE ELIANA SILVA

Para o melhor entendimento sobre as questões que dizem respeito ao Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas, faz-se necessário decorrer um pouco sobre a organização que centraliza tal movimento. Neste capítulo será realizado um levantamento histórico e descritivo do Partido Comunista Revolucionário (PCR); da proposição da Unidade Popular (UP) (*partido pensado pelos militantes do PCR que visa se regularizar para a disputa eleitoral*); dos movimentos centralizados pelo partido como a União da Juventude e Rebelião (UJR), que visa à organização dos jovens para a luta política; o Movimento Luta de Classe (MLC), que desenvolve a luta sindical junto à classe trabalhadora; o Movimento de Mulheres Olga Benário (MOB), responsável pela luta contra a violência à mulher; e o Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB), que se dedica a organização das famílias sem-teto na luta pela Reforma Urbana. Para isso foi realizada uma pesquisa documental acerca das produções desenvolvidas pelo partido e suas frentes de atuação, com objetivo de trazer o entendimento das estruturas, organização e princípios presentes nos movimentos.

As informações trabalhadas nesse capítulo foram extraídas da análise de documentos disponíveis nos sites oficiais de cada entidade, e do jornal *A Verdade* produzido pelos próprios militantes dessas organizações tendo como referência a estrutura apresentada abaixo:

Partido Comunista Revolucionário

- Carta de apresentação
- Estatuto

PARTIDO COMUNISTAREVOLUCIONÁRIO. **Carta de apresentação.** Disponível em: <<http://pcrbrasil.org/>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO. **Estatuto.** Disponível em: <<http://pcrbrasil.org/>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

Movimento de mulheres Olga Benário

- Carta de apresentação

MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO. **Carta de apresentação.** Disponível

em: <<http://movimentodemulheresolgabenario.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

Movimento Luta de Classe

- Carta de apresentação

MOVIMENTO LUTA DE CLASSE. **Carta de apresentação**. Disponível em: <<http://www.lutadeclasses.org/>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas

- Carta de apresentação
- Teses do 2º Congresso Nacional do MLB
- Teses do 3º Congresso Nacional do MLB
- Teses do 4º Congresso Nacional do MLB
- Artigo: Mina Casa, Mina Vida
- Artigo: O Preço dos Alugueis
- Artigo: O MLB e a Autogestão

MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIRROS, VILAS E FAVELAS. **Carta de apresentação**. Disponível em: <<https://www.mlbbrazil.org/>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIRROS, VILAS E FAVELAS. • **teses do 2º congresso nacional do mlb**. Disponível em: <<https://www.mlbbrazil.org/>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIRROS, VILAS E FAVELAS. • **teses do 3º congresso nacional do mlb**. Disponível em: <<https://www.mlbbrazil.org/>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIRROS, VILAS E FAVELAS. **Teses do 4º congresso nacional do mlb**. Disponível em: <<https://www.mlbbrazil.org/>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIRROS, VILAS E FAVELAS. • **artigo: mina casa, mina vida**. Disponível em: <<https://www.mlbbrazil.org/>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIRROS, VILAS E FAVELAS. • **artigo: o preço dos alugueis.** Disponível em: <<https://www.mlbbrazil.org/>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIRROS, VILAS E FAVELAS. • **artigo: o mlb e a autogestão.** Disponível em: <<https://www.mlbbrazil.org/>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

Ocupação Eliana Silva

- *Registros diários no blog*

OCUPAÇÃO ELIANA SILVA. • **registros diários.** Disponível em: <<http://ocupacaoelianasilva.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

Unidade Popular pelo Socialismo

- Unidade Popular pelo Socialismo: é necessário o poder político nas mãos dos trabalhadores
- Programa da Unidade Popular (UP)

JORNAL A VERDADE. • unidade popular pelo socialismo: é necessário o poder político nas mãos dos trabalhadores. Disponível em: <<http://averdade.org.br/2014/12/unidade-popular-pelo-socialismo-e-necessario-o-poder-politico-nas-maos-dos-trabalhadores/>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

UNIDADE POPULAR PELO SOCIALISMO. • **programa da unidade popular (up).** Disponível em: <<http://unidadepopular.org.br/>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

4.1 O Partido Comunista Revolucionário

O Partido Comunista Revolucionário emerge no contexto de um importante enfrentamento político do país, pois seu surgimento ocorre dois anos após o golpe e a implantação da ditadura civil-militar de 1964. Sua fundação data de 1966, na cidade de Recife, capital do estado de Pernambuco. Organizado por militantes egressos do Partido Comunista do Brasil, que apresentavam divergência com as proposições apresentadas na sexta Conferência Nacional do PCdoB. Nesse momento rompem com o partido os setores que

defendiam o início imediato da guerrilha urbana no enfrentamento contra regime ditatorial instalado no Brasil.

Já nos primeiros momentos de sua fundação o Partido Comunista Revolucionário entende enfrentar as contradições colocadas pelos desvios do leninismo no movimento comunista internacional. Em sua formulação traça como princípio a independência financeira e política perante as demais organizações, e se propõe a fazer uma formação com os comunistas revolucionários, vetando a intervenção e influência de organizações revisionistas e oportunistas, no processo de construção e consolidação da entidade.

Sua criação ocorre em virtude da articulação política entre Amaro Luiz de Carvalho, Manoel Lisboa de Moura, Selma Bandeira Valmir Costa e Ricardo Zarattini. Ainda no primeiro ano de partido, eles lançam o documento intitulado *carta de 12 pontos aos comunistas revolucionários*, documento no qual defendem a classe operária como vanguarda da revolução socialista brasileira e a ditadura do proletariado.

O partido se afirma em dois princípios do marxismo-leninismo presente em seu documento de apresentação. O primeiro no qual o seu objetivo central é a revolução, ancorado pelo reconhecimento da vanguarda do partido. Nesse sentido aponta o partido como uma necessidade e uma resposta histórica da classe operária a exploração sofrida pela burguesia. O segundo abarca o princípio do centralismo democrático, ou seja, disciplina igual para todos os seus membros e da subordinação da minoria à maioria.

No início dos anos de 1960 o PCR esteve presente nos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte com atuação na luta e resistência armada à ditadura militar. No final dos anos 60, em especial após 1968, com aumento da ofensiva do regime ditatorial no Brasil, expressa nas suas diferentes formas como a repressão, a perseguição, a tortura e a execução de militantes de esquerda, a organização sofre importantes perdas, como o assassinato do líder camponês Mauro Luiz de Carvalho, em 22 de agosto de 1971. Posteriormente a prisão e execução de Amaro Félix Pereira, Manoel Lisboa de Moura, Emanuel Bezerra dos Santos e Manuel Aleixo, importantes quadros do partido. Inicia-se então um processo de desarticulação política por dentro da organização.

Durante a década de 1970 o PCR tem importantes atuações dentro movimento estudantil, sobretudo em sua militância nos diretórios centrais das universidades nas cidades do nordeste brasileiro, na mobilização e na disputa pela reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE). Nos anos 80, na busca por melhor articulação política nacional e na

tentativa de construção da unidade para luta com outras organizações de esquerda no Brasil, o partido opta pela fusão com Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Essa parceria durou alguns anos, no entanto, no decorrer do tempo o partido avalia que, a organização aliada se afastava dos princípios revolucionários e da proposta de um partido leninista de organização popular. Diante disso ocorre o distanciamento entre as duas.

Em fevereiro de 1995, após muitas disputas internas põe-se um fim nos laços entre o Partido Comunista Revolucionário e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro e inicia-se o processo de refundação da organização. Paralelo a esse andamento, constitui-se pela primeira vez na organização, uma frente voltada para a juventude, denominada União da Juventude Rebelião (UJR). Em 1998 o PCR realiza seu Segundo Congresso que avança na análise da política econômica nacional. Aponta-se nele, via suas teses, as contradições fundamentais da sociedade. Em primeiro lugar a relação dada entre o capital e o trabalho, ou seja, entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores livres que vendem sua força de trabalho, e em segundo lugar a contradição dada entre a nação brasileira e o imperialismo norte-americano. Reafirma ainda que, somente por meio de uma revolução socialista é possível por fim a essas contradições, pois só assim será possível acabar com o fim da exploração do trabalho e avançar para conquista da verdadeira liberdade. Contudo lança também o veículo de comunicação do partido denominado jornal *A Verdade*, responsável por estabelecer o diálogo entre a organização e a sociedade e também por realizar o trabalho de agitação, propaganda e mobilização da classe trabalhadora.

Em 2003 realiza o terceiro congresso onde ocorre a reformulação de parte do estatuto e reafirma sua linha revolucionária marxista-leninista. No ano seguinte (2004) passa a representar o Brasil na Conferência Internacional de Partidos e Organizações Marxistas-Leninistas (CIPOML), uma coalizão internacional de partidos comunistas, que se reúne periodicamente para discutir a atividade revolucionária do proletariado internacional.

Nos anos atuais o partido desenvolve um importante trabalho na esfera nacional por meio dos seus diferentes movimentos, frentes de lutas e rede de apoiadores para fundação de um novo partido denominado Unidade Popular pelo Socialismo (UP), que visa se estabelecer no âmbito legal junto à justiça eleitoral, para apresentar candidaturas para as casas do legislativo e executivo. A idéia de criar uma organização para as disputas eleitorais, segundo entrevista da coordenação ao jornal *A Verdade*, surge no final da década de 1990 tendo em vista que, em suas análises, uma boa parte da população já não mais se sente representada

pelas formas e organizações existentes. Ela aponta isso atualmente através do repúdio e desprezo do povo pela pauta política nacional. Consta que se torna mais evidente ao resgatar o processo ocorrido no ano de 2013, no qual uma representativa parte da população sai às ruas para manifestar contrária a realização da Copa do Mundo no Brasil e reivindicar seus direitos como saúde, transporte, educação e moradia. Nesse contexto, segundo o PCR, faz-se ainda mais a necessidade de criar uma organização de para dar respostas a essas demandas.

A construção da UP foi colocada como tarefa para organização, que conta com o apoio de todas as frentes de lutas do partido, que saem às ruas realizando a coleta de assinaturas necessárias para o de cadastramento e reconhecimento legal do novo partido. A nova entidade surge em alinhamento aos princípios do PCR e apresenta como principais bandeiras expressas em seu programa político: a reforma agrária e urbana popular; a nacionalização das riquezas naturais; nacionalização dos sistemas bancários; controle popular do sistema financeiro controle social de todos os monopólios, dos consórcios capitalistas, dos meios de produção nos setores estratégicos da economia e a reestatização das empresas estatais privatizadas no nosso país.

4.2 O Movimento de Mulheres Olga Benário

O Movimento de Mulheres Olga Benário (MOB) tem seu surgimento diante Conferência Mundial de Mulheres de Base, no ano de 2011, na cidade de Carrancas, capital venezuelana. Para a representação brasileira nesse encontro foi tirada uma delegação composta vinte e uma mulheres, representando oito estados brasileiros sendo eles: Ceará, Pará, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Essas mulheres ao retornar se organizam para a construção do movimento. Apresenta-se como objetivo central a organização das mulheres brasileiras para lutar contra a violência, a opressão e a exploração das mulheres; as injustiças existentes em nossa sociedade; para conquistar o direito da mulher e pelo fim do injusto sistema patriarcal capitalista, segundo a cartilha do movimento.

No ano de 2014 a militância do MOB se organiza para a construção do Primeiro Encontro Nacional do Movimento Olga Benário, que ocorreu na capital do estado de Pernambuco, com a participação de aproximadamente trezentas mulheres, de todas as partes do Brasil. Ainda nesse congresso foi tirada a coordenação nacional do movimento visando garantir em sua composição a maior representatividade dos estados brasileiros.

Em Belo Horizonte, na data de 8 de março de 2016, dia internacional da mulher, o MOB em parceria com a Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas realizou a ocupação da antiga Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais, imóvel abandonado a mais de 10 anos, localizado no centro da cidade mineira. A ocupação recebeu o nome de Tinas Martins e durou oitenta e sete dias. Nesse processo de luta abriu-se a negociação com o governo federal e estadual. Como resultado o movimento recebeu uma nova sede, situado na Rua Paraíba 641, no bairro de Lourdes, onde se encontra até hoje. Na Casa de Referência a Mulher Tina Martins é realizado o trabalho acolhimento e assistência as mulheres vítimas da violência e opressão. A casa possui uma coordenação autônoma, com parceria com a Rede de Enfretamento de Violência Contra a Mulher e realiza esse trabalho durante todo o ano.

4.3 Movimento Luta de Classe

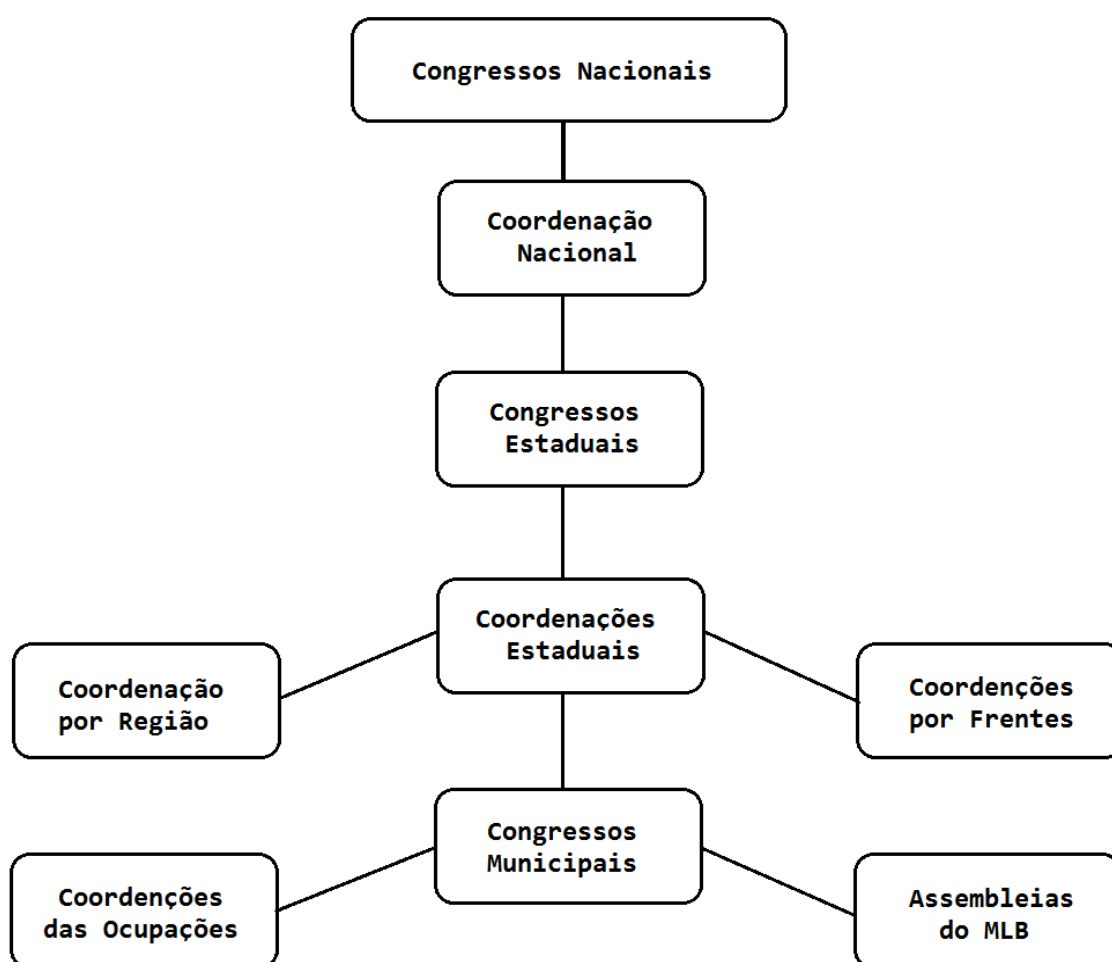
O Movimento Luta de Classe (MLC) foi fundado em 2005 por um grupo de sindicalistas, com objetivo de responder aos avanços do capital e a conseqüente perda de direito da classe trabalhadora, junto aos processos de proletarização e precarização do trabalho. Eles propõem a construção de um sindicalismo classista comprometido com os interesses da classe operária, na elaboração de um projeto socialista para o país visando assim, alcançar uma sociedade mais justa e igualitária, com o fim da exploração na relação capital-trabalho e por conseqüência pelo fim da exploração do homem pelo homem, assim expresso em seu estatuto.

Esse movimento sindical entende que, somente com a união do campo e a cidade na organização dos trabalhadores em greves e em suas mobilizações, é possível alcançar na transformação da realidade, em busca de melhores salários, trabalhos e por conseqüência melhores condições de vida. O MLC tem desenvolvido e intensificado seus trabalhos nas lutas nos sindicatos do país. Destaca-se o trabalho no Rio de Janeiro, com o Sindicato dos Servidores Públicos Federais (SINTRASEF); em Pernambuco com o Sindicato da Construção Civil de Caruaru; e no (SINDILIMP) Sindicato dos Trabalhadores de Limpeza Urbana em Recife; estendendo a sua atuação para os estados de Alagoas, Paraíba, colocando o nordeste como seu maior campo de atuação nos dias de hoje.

4.4 Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas

O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) foi fundado em 1999 na cidade de Recife. Formado por famílias de sem-teto espoliados e expropriados de suas residências em função da especulação imobiliária presentes hoje, na produção do espaço urbano. Embora sua fundação date do último ano da década de 90, o primeiro movimento de ocupação dirigido pelo MLB ocorre no ano de 2002, na região metropolitana de Recife e recebe o nome de Mércia de Albuquerque. Hoje o movimento está presente em 13 estados do país, sendo eles: Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pará, Paraná, Piauí e Rio Grande do Sul e estrutura-se nacionalmente da seguinte maneira:

Imagem 20 – Estrutura Nacional do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas



Fonte: Elaborada pelo autor

A organização é filiada à Central de Movimentos Populares (CMP), integra o Fórum Nacional da Reforma Urbana (FMRU), compõe o Conselho Nacional das Cidades, Conselhos Municipais e Estaduais das Cidades, a Conferência da Mulher e os Conselhos Municipais de Habitação e Saúde.

O movimento norteia-se pelo princípio da luta pela Reforma Urbana e pelo Socialismo, com objetivo de se fazer cumprir a função social da propriedade e a superação da ordem capitalista. Afirma que, a luta pela moradia é o motor principal da luta pela Reforma Urbana, pois através dela mobiliza milhares de pessoas para o enfrentamento contra os governos e denuncia os problemas enfrentados pelo povo pobre nas grandes cidades.

O MLB atua na organização de famílias pobres, em diferentes regiões do Brasil, com o propósito de garantir o acesso a terra e à moradia digna, para todos os trabalhadores e trabalhadoras despossuídos de um lar, ou que residem em habitações em condições precárias. Para alcançar o objetivo o movimento opta pelo caminho da luta por meio de ocupações de terrenos e edificações, pois entende que essa via é um importante instrumento na luta pela Reforma Urbana. Esse movimento de ocupação possibilita a experiências das famílias a um processo de construção e formação política, que se inicia desde o primeiro contato com o movimento e que não termina com a vitória da regularização fundiária.

Ao decorrer sobre esse processo de ação direta o MLB aponta que o processo de ocupação permite em primeiro lugar, o acesso à moradia atendendo demanda imediata das famílias ocupantes, no entanto, carrega consigo também uma experiência política importante, uma vez que possibilita o reconhecimento do sujeito ocupante na contradição presente na relação entre o capital e o trabalho; no processo de exploração homem pelo próprio homem; nas contradições envolvidas na reprodução do capital no processo de gentrificação do espaço, e por consequência na exclusão das famílias pobres; no processo de criminalização e marginalização das periferias; e na tomada da consciência de classe para superação da lógica capitalista, por meio da implementação do socialismo como transição, com o objetivo de alcançar uma sociedade mais justa.

Ele afirma que o movimento de ocupação não se reduz somente ao acesso à terra, mas almeja um processo mais amplo de superação da ordem vigente, na busca de justiça e igualdade social, porém, se faz evidente que o processo não ocorre de forma pura e livre de suas contradições. As manifestações para manutenção da ordem burguesa ocorrem em diferentes espaços, com diferentes contextos e estão presentes nas relações que tangenciam o

acesso a saúde; a cidade; a educação; as construções familiares, as informações vinculadas a grande mídia que, por vezes ocasionam uma disputa desigual na formação dessas pessoas. No entanto o processo de ocupação deve proporcionar o acúmulo de experiências revolucionárias e contra hegemônicas, que visa combater a estrutura de privilégios posta pelo sistema capitalista. Tal tarefa impõe diferentes desafios que devem ser encarados pelas famílias e pela entidade segundo seu estatuto.

O documento *O MLB e autogestão* descreve que, o processo de ocupação decorre em três momentos, sendo o primeiro deles a organização, que se constitui das reuniões periódicas com as famílias, com objetivo de esclarecer pontos referentes a essa ação direta, e construir uma maior organicidade entre elas, o movimento e a luta. Conta também com a escolha do terreno ou edificação a ser ocupada, em que são priorizados aqueles que não estejam cumprindo o princípio da função social da propriedade, podendo ser tanto terrenos públicos, quanto terrenos privados. Pois perante o fato citado, a ocupação permanece dentro dos procedimentos legais, uma vez que as propriedades que não cumprem sua função social devem ser destinadas a desapropriação, entregues as famílias de sem-teto para que possam estabelecer suas moradias.

Outro importante ponto deste momento é a elaboração do projeto urbanístico da ocupação, pois nele está presente elementos como a divisão e o tamanho dos lotes, o mapa de arruamento, as áreas destinadas a interesses comuns, com hortas, escola, biblioteca, sede comunitária, as áreas verdes, a rede de saneamento básico e luz entre outros.

O segundo momento é da mobilização, em que se buscam as condições políticas e materiais para realizar a ocupação, com o apoio externo de outros movimentos, coletivos, universidades e demais grupos sociais. Inclui também a logística e financiamento dos serviços necessários para sua realização.

O terceiro momento é a execução, ou seja, a entrada no terreno ou prédio com as famílias, dando início ao processo de construção da ocupação. Esse desenvolvimento da construção da nova comunidade caminha junto com o processo de formação política dessas famílias ocupantes. Nos primeiros instantes da nova empreitada, ou seja, na entrada na propriedade abandonada, são tiradas as comissões, que desempenham importantes papéis na estruturação da ocupação, como as comissões de limpeza, segurança, alimentação, cuidado das crianças, mobilização, comunicação e outras. Nesse momento cada sujeito ocupante assume uma tarefa a ser desempenhada para contribuir com o trabalho do coletivo, isso os

coloca como sujeito em um processo importante de suas vidas e germina a identidade com o espaço auto-construído.

Diariamente são realizadas assembleias, instância máxima de deliberação da ocupação, nela são encaminhadas as propostas para promover a agitação e propaganda política da luta, e solucionar questões existentes no interior do processo. Esse espaço traz à tona novamente o ocupante como sujeito dos processos presentes na conquista da terra. A assembleia compõe a primeira experiência das famílias ao centralismo democrático, princípio sustentado pelo MLB, em que a vontade da maioria prevalece sobre a vontade da minoria.

O movimento realiza os seus congressos para socializar as pautas e lutas ocorridas em âmbito nacional, reafirmar os princípios que balizam a entidade e aprofundar os estudos acerca da questão urbana. Desde sua formação até os dias atuais foram realizados quatro congressos. O primeiro coincide com a fundação do MLB em 1999.

4.4.1 O Segundo Congresso Nacional do MLB

O Segundo Congresso Nacional da entidade ocorreu na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, no dias 12, 13, 14 de setembro de 2008. Dele se originam a tese do movimento que apresentam a análise de conjuntura do momento, na qual denuncia a situação dos trabalhadores e trabalhadoras diante do desemprego estrutural; a falta de assistência à saúde; de acesso moradia; e ainda se deparam com o aumento do custo de vida. Delata a concentração da riqueza na mão de poucos no país; o processo de exploração dos trabalhadores e empobrecimento da maioria da população. Decorre ainda da necessidade da superação da ordem capitalista pelo socialismo visando alcançar uma sociedade mais justa.

Faz um balanço do movimento e destacam as principais ocupações ocorridas no período da fundação da organização até o ano de 2008, data do congresso. Enfatiza a participação em encontros e congressos populares que tratam do tema da moradia e da reforma urbana. Ressalta a necessidade de vencer a falta de planejamento da organização em alguns trabalhos realizados nas vilas e favelas.

Decorre também acerca da reforma urbana e socialismo trazendo os dados da situação de 7,9 milhões de famílias pobres brasileiras excluídas do acesso à moradia digna. Apresenta o relatório da Organização das Nações Unidas, no qual afirma que 83 milhões de pessoas não são atendidas por sistema de esgoto, 45 milhões de brasileiros não tem acesso a água potável e 16 milhões não são atendidos pelo sistema de coleta de lixo. Ao mesmo tempo a tese revela

a contradição na produção do urbano ao apresentar em contraponto os dados sobre o aumento de 55% no número de domicílios vagos no Brasil, no intervalo dos anos de 1991 a 2000. Para mais, enfatiza que para uma verdadeira e completa reforma urbana é imprescindível acastelar o fim do capitalismo através de sua superação pelo socialismo, pois a reforma urbana contida no seio da sociedade capitalista apresenta seus limites, em vista do reformismo, do revisionismo e do oportunismo das classes dominantes.

O Congresso reflete sobre os vários desafios presentes nos trabalhos desempenhados nos bairros vilas e favelas, tendo como o principal deles possibilitar a tomada da consciência de classe dos trabalhadores e trabalhadoras ocupantes. Conjuga que para isso, se faz necessário mostrar o verdadeiro caráter dos governos capitalistas, a importância da luta para a garantia dos direitos e para a transformação da sociedade, na qual não mais exista a exploração do homem pelo homem. Notabiliza-se a importância e o papel da organização esses alcançar esses objetivos.

A tese destaca a participação das mulheres nas lutas desenvolvidas por esses pelo movimento e a importância de desenvolver um trabalho entre as mulheres, diante das necessidades de denunciar e combater a dupla exploração sofrida por elas, tanto no lar, quanto no trabalho. Ressalta a prevalência das mulheres nos cargos de liderança dentro das comunidades e exaltam a força e disposição para realizar os enfrentamentos e para impulsionar a luta em todos os pontos que tangem a ocupação.

O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas vincula a luta pela moradia à luta pela saúde pública, pois traz além do entendimento da garantia do atendimento do serviço único de saúde para todos, independente da idade, sexo e origem social, que saúde pública diz respeito às condições sociais de acesso à terra, condições de potabilidade da água, do consumo de alimentos saudáveis, aquisição a habitação digna, direito ao transporte público de qualidade, garantia a energia elétrica e o direito ao lazer.

Assinala a importância de valorizar a cultura popular, tendo como intenção incentivar todas as manifestações culturais existentes nos bairros, vilas e favelas do país, que se colocam ao lado da luta popular. Saliencia a importância do trabalho a ser desenvolvido com a juventude e denuncia a sua exclusão da cidade, uma vez que a maioria dos jovens brasileiros não desfruta de museus, atividades culturais em espaço público, livros, cinemas, teatros e outros. No que diz respeito ao processo de formação a tese desse congresso aponta para a necessidade garantir o processo de alfabetização e escolarização assegurando o direito à

educação de qualidade, negada pelo capitalismo, acompanhados pela elucidação das questões referentes à reforma urbana e ao socialismo.

Para fomentar o debate político, o Segundo Congresso aponta a realidade como ponto de partida, e afirma a potencialidade de explorar os problemas enfrentados pelas famílias pobres e pela classe trabalhadora no país. Coloca da necessidade de cada membro da organização realizar a leitura e divulgação do jornal *A Verdade*, construído e editado pelo Partido Comunista Revolucionário, para ter acesso às denúncias, crimes e injustiças cometidas sobre a classe trabalhadora e o povo pobre. Ao mesmo ter ciência das conquistas e vitórias na conjuntura nacional e mundial da luta de classe. E ainda importância de garantir autonomia financeira do movimento para financiar as lutas por todo o país. Para isso afirma ser necessário planejar e organizar todas as ações de luta; arrecadar as contribuições individuais dos militantes, amigos e aliados do movimento e elaborar projetos com esse fim. Nas suas últimas linhas a tese desse congresso traz a declaração de princípios do Movimento de Luta em Bairros Vilas e Favelas, na qual expressa o compromisso com a luta da classe trabalhadora por meio da reforma urbana e a superação do capitalismo

4.4.2 O Terceiro Congresso Nacional do MLB

O Terceiro Congresso Nacional do Movimento de Lutas em Bairros, Vilas e Favelas ocorreu nos dias 13, 14 e 15 de outubro de 2011, em Brasília e apresentou como tema: *morar dignamente é um direito humano*.

A tese nele elaborada inicia-se com uma análise conjuntural da crise no ano de ocorrência do congresso, avaliando endividamento e de perda de autonomia os estados nacionais e por consequência a perda da soberania nacional. Vincula esse processo a intensificação da precarização e proletarização do trabalho e o avanço da exploração sobre a classe trabalhadora. No entanto ressalta a importante capacidade de resistência popular, que se manifestam por meio das greves, passeatas, atos públicos e manifestações com diferentes graus de radicalidades. Neste contexto o movimento se situa na responsabilidade de mobilizar para a luta pela reforma urbana e pelo socialismo, para superar as desigualdades e os abusos cometidos sobre a classe trabalhadora.

Sobre a análise da questão da moradia no Brasil, aponta-se a criação dos programas habitacionais no país pelo Governo Federal como Minha Casa Minha Vida, porém destaca a permanência do problema da falta de moradia no Brasil, trazendo os dados presentes nos

estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que afirmam que 80% dos municípios brasileiros sofrem com a falta de moradia e ainda revelam que, uma a cada quatro pessoas reside em vilas e favelas hoje no Brasil. A tese apresenta a denúncia dos cortes de verbas para os programas relacionados às questões habitacionais e as consequências resultantes dessa ação para as famílias pobres, que tem a possibilidade de acesso a casa própria mais distante. O movimento avalia que a política habitacional do Brasil sempre foi centrada na oferta de crédito para obtenção da propriedade privada sem que, os reais interesses do povo brasileiro fossem atendidos.

Retoma-se o acúmulo das discussões do fórum Nacional da Reforma Urbana nas quais apontam que, para suprir o déficit de habitação no país se faz necessário a articulação entre a construção de novas moradias e o aproveitamento dos imóveis públicos vazios e subutilizados, juntamente com a adoção de novos regimes de propriedades imobiliárias e o aprimoramento das modalidades de financiamento de serviços habitacionais. Ainda no Terceiro Congresso o movimento expõe um acúmulo maior sobre o processo de ocupação. No primeiro momento apresenta os limites das negociações entre as organizações populares e governo para solucionar a questão da moradia, uma vez que essa relação diz de uma perda de autonomia política por parte o movimento que, acaba ficando refém e a reboque das proposições governamentais. Sobre essa questão avança no entendimento da necessidade de organizar as famílias de forma autônoma para realizar ocupações terrenos, a fim de garantir o direito à moradia. Com isso retoma a necessidade de progredir nas formas de organização e planejamento do MLB em suas ações. Destaca a participação das coordenações nesse processo e a necessidade de um contínuo processo de formação dos militantes junto a divulgação das lutas do povo pelo jornal *A Verdade*.

4.4.3 O Quarto Congresso Nacional do MLB.

O Quarto Congresso Nacional do MLB ocorrido em 22, 23 e 24 de agosto de 2014, em São Bernardo dos Campos, interior do estado de São Paulo, traz consigo um aprofundamento do debate teórico e político sobre as questões que se relacionam com o processo da urbanização brasileira e a pauta da reforma urbana. No início da tese produzida nesse congresso é apresentado um levantamento histórico do processo de urbanização no Brasil, no recorte do início do século XX até os dias atuais, a partir do intenso adensamento dos centros urbanos, devido ao processo de êxodo rural. Aponta-se que na década de 1950 o país se torna

urbano, ou seja, com mais de 50% de sua população residindo nas cidades, isso ocorre em consequência do processo de migração das famílias camponesas, na busca de melhores condições de vida, em virtude à diminuição dos pontos de trabalho na agricultura, por decorrência da modernização e mecanização do trabalho agrícola e a concentração de terras nas mãos dos latifundiários.

Nesse Congresso o movimento aprofunda seus estudos acerca da reforma urbana. Descreve que a luta pela reforma urbana inicia-se na década de 60 do século XX, por meio da mobilização popular das chamadas reformas de base do governo João Goulart. No entanto, o golpe civil-militar de 1964 põe em fim a esse processo. Denuncia a política habitacional imposta pelo regime militar, como a criação do Banco Nacional de Habitação, sendo uma proposta elitista, que intensifica o processo de periferização das famílias pobres e aumenta a especulação imobiliária nas grandes cidades. Com o fim da ditadura militar foi criado o Movimento Nacional pela Reforma Urbana propondo-se ao enfrentamento as formas de produção espaço nos centros urbanos, destinados a reprodução ampliada do capital e por implicação, as contradições presentes do e no espaço da cidade.

O MLB descreve que no ano de 1988 o Movimento Nacional da Reforma Urbana encaminha uma proposta de emenda constitucional que, discutia e contemplava a questão da moradia na Carta Magna. Após esse processo é fundado o Fórum Nacional da Reforma Urbana, com proposta de tencionar o governo para regulamentar o capítulo, que trata da política urbana na carta constitucional aprovada no mesmo ano. No ano de 2001 então é aprovada a lei federal do Estatuto da Cidade, que regulamenta o capítulo da política urbana da Constituição de 1988. Essa lei define as diretrizes gerais, que devem ser observados pela união e pelos estados e municípios para promoção da política urbana.

Na década de 1990 com acentuação das políticas neoliberais assumidas pelos governos do período, há um enorme crescimento do déficit habitacional no país e intensifica-se o processo de favelização nas grandes cidades. Com a entrada do Partido dos Trabalhadores em 2002 no governo federal, partes das reivindicações apresentadas pelo FRNU são atendidas. Entre elas estão à criação do ministério das cidades; a implementação do Conselho das Cidades; a realização das Conferências das Cidades; a elaboração dos Planos Diretores Participativos; o sancionamento do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social; e uma maior integração nas políticas habitacionais com outras políticas públicas como saneamento, mobilidade, infra-estruturas de água e luz.

No entanto, essas reivindicações foram entendidas vinculadas aos interesses do grande capital, em especial ao que se refere aos interesses das grandes empreiteiras do setor imobiliário, na produção do espaço da cidade. Por consequência os resultados práticos não dizem da melhora na vida das famílias de baixa renda, acentuando o processo de concentração das riquezas nas mãos das elites urbanas. O MLB denuncia na tese que, o déficit habitacional brasileiro ultrapassa 6,9 milhões de unidades segundo o levantamento da Fundação João Pinheiro (*dados do Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010*), sendo 5,8 milhões encontram-se nas cidades.. Afirma ainda que segundo o relatório do Programa Habitat, órgão ligado a Organizações das Nações Unidas, 52,3 milhões de brasileiros vivem nas mais de 16.000 favelas do país, e cerca de quase 30% dos domicílios do país não possuem a serviços de saneamento básico e iluminação, segundo os dados a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do IBGE.

A tese produzida no Quarto Congresso afirma da necessidade de democratizar a propriedade da terra e acabar com a especulação imobiliária, trazendo o esclarecimento que, a terra deve ser entendida como um bem da natureza a serviço de toda a sociedade, ou seja, um bem coletivo para atender as necessidades coletivas. Mas pela contradição capitalista, o espaço urbano tem sido alvo dos proprietários fundiários ligados ao setor imobiliário, o que por vez, transforma esse espaço geográfico em uma mercadoria, intensificando o processo de criminalização e marginalização dos grupos sociais excluídos, ditos responsáveis pelos processos de favelização.

Denuncia o processo de reestruturação da cidade, chamado pelos atuais governos de requalificação ou revitalização do espaço, no qual há a implementação de novos aparelhos urbanos como praças, reformas de edificações, pavimentações e arruamentos agravam o problema de acesso a terra e habitação para as famílias pobres, uma vez que oneram os custos de vida na região, ocasionando a expulsão desses grupos para regiões mais distantes, denominadas periferias da periferia.

O MLB sustenta a necessidade de mudar a forma de se produzir moradia tendo em vista que, as construções de residências populares visam garantir os lucros das grandes empresas do setor, ligadas a construção civil. Por esse motivo defende a *construção social da moradia*, através da ação participativa autogestionada por associações e cooperativas habitacionais populares.

Apresenta que a construção de moradias popular tem se realizado de duas formas no Brasil. A primeira delas por meio do governo e a segunda pela própria população, através da autoconstrução. Diante do quadro supracitado o movimento desenvolve a proposta de produção social da moradia, na qual a construção se dá com a gestão dos recursos públicos e obras pelos movimentos populares. Essa forma de produção do espaço propõe garantir a moradia digna para as famílias pobres; estabelecer o processo de formação política e tomada de consciência por parte da comunidade; e estabelecer a propriedade social no processo de ocupação, isto é, incorporar uma forma jurídica de propriedade que privilegia a posse em detrimento a propriedade individual. Desse modo a propriedade das moradias e a titularidade do financiamento não seriam dos indivíduos, mas da associação ou cooperativa.

Na quarta tese a entidade afirma que para superar o problema da moradia e zerar o déficit habitacional existente no país faz-se necessário, para além da construção de novas moradias, englobar outras medidas importantes como o controle dos preços dos aluguéis, uma vez que os elevados valores de aluguéis dos imóveis da cidade, limita o acesso de milhares de famílias as moradias, desalojando-as para regiões mais distantes do centro, reforçando o processo de periferização da pobreza. Por isso necessita-se de um rigoroso controle dos preços dos aluguéis por parte do Estado, juntamente com o fim da cobrança do IPTU para famílias de baixa renda e aplicação do IPTU progressivo.

Outra medida importante é a política de requalificação do espaço, com intuito de atender as demandas de moradias, ou seja, a destinação dos imóveis públicos e privados vazios para atender a demanda de moradia popular, dispondo-os ao cumprimento de sua função social. Para garantir o acesso a moradia às famílias de sem tetos é imprescindível a articulação desses três recursos: a produção social da moradia; o aproveitamento de imóveis abandonados, ambos submetidos à propriedade social da moradia; e o controle rigoroso dos aluguéis.

Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas assegura que as ocupações devem ser espaços reais de poder popular, onde todos os assuntos relativos à vida comunitária devem ser tratados e resolvidos coletivamente em assembléia, garantida a participação de todos e todas. Esse espaço deve possibilitar a formação política de cada sujeito ocupante a partir das discussões propostas e do respeito às deliberações tomadas pela maioria dos presentes, com base no princípio estabelecido pelo centralismo democrático.

A tese finaliza trazendo a necessidade da superação do atual modelo econômico para mudar as cidades. Pois as cidades carregam consigo as contradições presentes no e do espaço. De forma mais evidente pode-se observar na profunda separação existente nos centros urbanos, uma separação de classe, que diz não só da forma, mas do conteúdo da cidade. Averigua-se que os bairros de pessoas com maior poder aquisitivo são atendidos por todos os tipos de serviços como escolas de qualidade, segurança permanente, abastecimento de água e esgoto, atendimento elétrico, serviços de limpeza urbana, equipamentos urbanos destinado ao lazer com praças; enquanto a população pobre está submetida à violência do tráfico e da polícia, é obrigada a viver em péssimas condições, sem água potável, coleta de lixo, ruas não pavimentadas e moradias precárias com ineficiência dos serviços públicos e de mobilidade urbana. A cidade assim se revela como um espaço contraditório imerso na segregação socioespacial.

As causas dos problemas e injustiças supracitados, segundo o movimento, derivam do atual sistema econômico e político existente no país, pois o capitalismo se apropria das riquezas produzidas pelos trabalhadores e trabalhadoras e a destina para as elites urbanas. Nesse sentido o MLB afirma que para superar esse problema e conquistar o direito à cidade é necessário pôr fim ao atual sistema econômico. Para isso se faz imprescindível destinar as terras, fábricas e meios de produção para as mãos da classe trabalhadora, e construir uma nova sociedade a partir do socialismo. O movimento atesta que a luta pela reforma urbana e pelo direito à cidade é um instrumento da luta pelo socialismo, que objetiva a construção de uma cidade e de uma sociedade onde todos caibam.

4.5 Eliana Silva

A ocupação Eliana Silva foi formada no dia 21 de abril de 2012, com cerca de duzentas famílias, organizadas pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), em um terreno devoluto localizado na região do Barreiro, na cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais. A ocupação foi a resposta encontrada pelas famílias ao déficit habitacional que naquele momento ultrapassava 115 mil moradias na metrópole belorizontina. Ao mesmo tempo propunham se colocar no enfrentamento com a gestão municipal, que na época, estava nas mãos do prefeito Marcio Lacerda, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), com o objetivo de pautar as políticas habitacionais no município.

O nome da ocupação foi dado em homenagem à militante Eliana Silva, que dedicou sua vida a luta pelo direito à moradia em Belo Horizonte, especial na Vila Columbiara, no ano de 1996, onde realizou um grande trabalho de resistência e embate para garantir a conquista de residências para famílias de sem-teto da região. Sua luta se fez permanente até contrair um câncer que a levou a morte prematura no ano de 2009. Eliana Silva deixou a todos os ensinamentos de uma luta verdadeira pelos direitos dos pobres a moradia, pela dignidade humana, contra as injustiças e as desigualdades sociais.

Na primeira semana de luta, outras famílias se somam a ocupação, os barracos de lona foram erguidos, é construída uma cozinha comunitária responsável pela alimentação dos ocupantes e uma pequena creche para o cuidado das crianças da ocupação. No entanto ao mesmo tempo a prefeitura de Belo Horizonte inicia o processo na justiça, reivindicando a desapropriação do terreno, que por vez coloca a ocupação na eminência do despejo, aumentando o grau de tensão das famílias. Inicia-se uma grande mobilização e são realizadas reuniões com a rede de apoiadores para tentar uma interlocução com a gestão municipal. Apesar dos esforços o gestor do município se manifesta contrária ao diálogo

No dia 24 do mesmo mês, a juíza¹¹ da 6ª vara, ordena a reintegração de posse de forma imediata, alegando que o autor do processo, ou seja, a prefeitura de Belo Horizonte solicitara o terreno para construção de uma unidade de conservação ambiental. O movimento promove uma reunião com a comissão de direitos humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Embora mesmo com toda articulação, que contava com uma ampla rede de apoio composta por outros movimentos, parlamentares, estudantes, universidade, sindicatos e coletivos, a ocupação Eliana Silva não consegue acumular forças para barrar o despejo. No dia 11 de maio de 2012 ocorre o processo de retirada das famílias do terreno de forma truculenta e sem respeito aos trabalhadores e trabalhadoras que ali residiam. O despejo avaliado como injusto e ilegal aconteceu sem que, a prefeitura comprovasse ser proprietária do terreno, sem aviso prévio, sem instituir a comissão de negociação prevista em lei estadual, e sem avaliação do recurso apresentado pelos advogados das famílias. A operação contou com aproximadamente quatrocentos policiais amparados por helicópteros, cavalaria, canil e dois blindados, para a execução da ordem judicial.

No dia 29 de maio é realizada uma audiência pública na Câmara Municipal de Belo Horizonte, para tratar das questões referentes à violação dos direitos humanos na ação de

¹¹ Dra Luzia Divina de Paula Peixoto

reintegração de posse, e da averiguação dos pertences das famílias ocupantes levados pela Polícia Militar de Minas Gerais. Após o término da audiência os duzentos e cinquenta representantes da comunidade Eliana Silva decidem por unanimidade ocupar o plenário da câmara, para forçar uma reunião com o então Prefeito Marcio Lacerda, na tentativa de abrir o dialogo para encaminhar propostas, que buscassem solucionar a situação das trezentas e cinquenta famílias despejadas da ocupação Eliana Silva. Ainda assim o prefeito não recebe as famílias e se mantém alheio perante aos fatos.

Em 13 de Junho de 2012, em torno de cinquenta pessoas, participantes da comunidade, ocupam pela manhã a escadaria da entrada principal da prefeitura de Belo Horizonte, forçando mais uma vez a reunião para solucionar a situação das famílias. A guarda municipal tenta retirar as famílias do prédio da gestão municipal, no entanto elas resistem e cobram uma audiência para abrir uma mesa de negociação. A prefeitura de Belo Horizonte se nega a negociar e mantém sua postura omissa diante da situação dos desabrigados.

Após três meses de manifestações e sem nenhuma resposta por parte da prefeitura de Belo Horizonte, e do Governo do Estado de Minas Gerais, o MLB junto as famílias da ocupação Eliana Silva fazem uma nova investida. No dia 22 de agosto de 2012, ocupam outro terreno na mesma região do Barreiro, próximo a área ocupada anteriormente, com o objetivo de pautar a gestão municipal e estadual quanto a situação das famílias sem-teto despejadas na ação passada, e quanto a inexistência de um programa habitacional que dê conta do problema deficitário de moradias na metrópole de Belo Horizonte.

Já nos primeiros momentos de ocupação as famílias se instalam em barracos de lona e constroem uma estrutura básica necessária para o seu convívio cotidiano como a cozinha comunitária e instalações sanitárias. A rede de apoio realiza paralelamente o trabalho de levantamento topográfico e a análise do zoneamento urbano, em conformidade com a lei de uso e ocupação do solo, para a elaboração do projeto urbanístico da comunidade. Esse projeto estabelece a divisão dos lotes com a mesma área para cada família; os intervalos para os arruamentos; os caminhos para instalação de iluminação pública e esgotamento sanitário; junto com as áreas comunais e áreas de preservação ambiental.

Após a entrada no terreno, a Polícia Militar de Minas Gerais efetua um cerco as famílias, alegando o exercício da defesa da propriedade privada. Os advogados da ocupação tentam estabelecer uma mediação do conflito, no entanto recebem voz de prisão. A coordenação da ocupação por vez também é ameaçada junto com as famílias. A rede de apoio

comparece massivamente ao local e fortalece a resistência em solidariedade a luta pela moradia digna.

Estabelece-se novamente a tentativa de negociação junto aos órgãos públicos para dar início ao processo de regularização fundiária e titulação das propriedades. Mas novamente o poder público se mantém omissos perante a situação. Para dar continuidade ao processo de fortalecimento e impulsionar a luta, no mesmo ano Eliana Silva inaugura a sua biblioteca comunitária, realiza eventos culturais como a festa junina, o dia das crianças e o Natal comunitário. Nos anos que se seguiram foi dada seqüência a luta da ocupação para o processo de urbanização, mediante ao encorajamento das famílias para saírem da lona e levantar as casas de alvenaria. Em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em especial qual Faculdade de Arquitetura, se estabelece um sistema alternativo de esgotamento sanitário altamente eficaz para as casas, que consegue suprir a demanda de toda a comunidade. Avançam para delimitar e zelar pela conservação da área de proteção ambiental, em virtude das nascentes presentes na região, como previsto no projeto urbanístico.

Realizam reuniões com a Secretaria Regional do município e ocupam novamente a prefeitura para reivindicar a regularização das ruas e numeração da ocupação. Avançam na luta para a conquista da ligação da rede de água e esgoto ação pública. Para isso realizam atos públicos e ocupam a sede da companhia energética de Minas Gerais (CEMIG) e estabelecem diálogos com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA). No ano de 2017 realizam a reforma da creche tia Carminha que atende crianças da comunidade e do seu entorno.

As famílias que hoje residem na comunidade Eliana Silva, junto com a coordenação do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas realizam outras ocupações, avançando no processo de construção de moradia, garantindo habitação digna a outras centenas de famílias sem-teto, e ainda desempenham o trabalho de acompanhamento de outras comunidades já existentes, consolidando o processo de coordenação e formação política das famílias nesses locais.

5 TRABALHO DE CAMPO: OBSERVAÇÕES E ENTREVISTAS

5.1 As Observações para Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada em dois movimentos distintos, como descritos na parte introdutória desse trabalho. A primeira desenvolvida via observação e a posteriori foram efetuadas entrevistas com um pequeno grupo, selecionado pelo critério de relevância.

O primeiro movimento, ou seja, o processo de observação se desdobra ainda em dois momentos distintos e complementares. Inicialmente é dado por uma observação feita pelo autor em um período que antecede pesquisa propriamente dita, por consequência do acompanhamento realizado desde os primeiros momentos do processo da ocupação, nos quais o pesquisador participou do processo de luta em decorrência da sua atuação na Associação de Geógrafos Brasileiros. Essa observação buscava uma melhor compreensão da luta pela moradia, do direito à cidade, da reforma urbana e detém um caráter mais processual, tendo em vista que, no passar dos mais de cinco anos foram feitas inúmeras visitas a comunidade, participações em diferentes reuniões e assembleias, composições em mesa de audiências públicas e atuação em diversos atos.

Já no segundo momento, após o início da pesquisa, as observações em campo, tinham como objetivo, a compreensão dos espaços e tempos que compunham o processo de formação das coordenadoras e coordenadores da Comunidade Eliana Silva. Com isso os olhares buscavam analisar as relações que os sujeitos da coordenação estabeleciam com as diferentes situações e diferentes territórios, dada as possibilidades de produção e reprodução social do conhecimento.

Para isso foram estabelecidos espaços no qual o processo de formação ocorre de maneira mais evidente. Deste modo podemos listar: as reuniões de núcleo de famílias, as assembleias da comunidade, as audiências públicas, as manifestações públicas, processo de luta das ocupações mais recentes, ocorridas posteriormente a Eliana Silva, que envolveu toda a sua coordenação e as reuniões de informação da Coordenação estadual.

5.1.1 As Assembleias

As assembleias devem ser entendidas neste trabalho como uma reunião de moradores da ocupação com o objetivo de discutir e deliberar sobre temas previamente determinados ou ainda inclusos no início da atividade. Para sua realização a coordenação do movimento

elabora uma pauta com os pontos a serem discutidos durante a sua ocorrência. Em seguida toda comunidade é comunicada do horário e local onde será realizada por meio de uma convocação.

Este espaço visa à participação de todas e todos os ocupantes, por se tratar de um momento importante de encaminhamentos da luta e de deliberação coletiva. Na maioria das vezes a mediação da discussão é realizada pela coordenação local do movimento.

No início da tomada do território, ou seja, após a entrada no terreno, as assembléias ocorreram de forma periódica, com a frequência de uma vez por semana com o teor ordinário, podendo haver sessões extraordinárias de acordo com a necessidade da comunidade e eventualidades no processo da luta. Atualmente, com o processo de consolidação da comunidade mais avançado, as reuniões acontecem com o surgimento da demanda originada pelos moradores ou pela coordenação em meio aos avanços da luta pela regularização fundiária, conquista de infraestrutura urbanas, elaborações de projetos sobre diversos temas e mediações de conflitos entre vizinhos.

Durante o processo de observação foi possível analisar a importância desse espaço para o processo de formação, tanto dos moradores quanto para coordenação, pois as pautas discutidas partem de situações reais originárias dentro e fora da comunidade e que tangem a vida dos ocupantes e de todas as coordenadoras e coordenadores. A partir do diálogo estabelecido referente temas propostos, o MLB consegue apresentar seus princípios e suas estratégias para garantir a moradia em decorrência da luta pela reforma urbana, e ainda tenta avançar nas problematizações em torno do sistema capitalista e sua possível superação por meio da transição socialista em busca de uma sociedade mais justa.

Na tentativa de identificar a importância desse momento para a formação, faz-se aqui o recorte de três pontos trabalhados em assembleia. O primeiro deles, os limites do Estado de caráter e essências burguesas para atender as demandas populares. A todo o momento aponta-se para as famílias a estrema das negociações com o Estado, evidenciando o seu caráter burguês, em que assume a posição colaborativa frente aos avanços capitalistas, em detrimento dos interesses do povo pobre e dos trabalhadores e trabalhadoras sem casa. Ao mesmo tempo incentivado o processo de autogestão e autoconstrução de forma a garantir princípio revolucionário do movimento, para que não haja a perda de sua autonomia.

O segundo deles é impulsionar os mutirões para construção da comunidade evidenciando a troca de trabalho, propondo assim, outra forma de organização, que coloca em

foco a superação da sociabilidade capitalista. Nesse ponto ainda ocorre à tentativa de destacar a importância da solidariedade na luta, com o objetivo de fundo de alicerçar o caráter classista da luta dos trabalhadores e das trabalhadoras.

O terceiro ponto decorre das discussões sobre os avanços da luta na ocupação, em que são discutidas as estratégias para a aquisição e garantia de equipamentos urbanos, como instalação de luz elétrica, instalação de rede sanitária, asfaltamento das vias e questões que decorrem da convivência cotidiana como o combate à violência à mulher, a educação das crianças, jovens e adultos da ocupação, o direito à cidade e o combate à criminalização dos movimentos sociais.

Esses processos atingem as famílias e a coordenação de diferentes formas. Algumas famílias se apresentam de forma mais enfática como sujeitos nesse processo apontando contribuições e contrapontos aos temas debatidos, já outras compõem as assembleias de maneiras mais apáticas, com menor participação nas discussões, nas deliberações e encaminhamentos.

O processo de formação da coordenação nas assembleias apresenta dois processos diferentes e integrantes. O primeiro deles é a formação quanto ao conteúdo, ou seja, quanto aos princípios do movimento, pois é necessário que ocorra um movimento de maior apreensão desse conhecimento, de forma que possa ser sistematizado para ser apresentado no debate, proporcionando ao sujeito coordenador uma relação mais estreita entre a ação prática e embasamento teórico que, compõem esses princípios. O segundo é o processo de formação de liderança, pois a condição de coordenador ou coordenadora coloca-os em um lugar diferente dos moradores, porque no processo da luta a comunidade elabora referências sobre essas pessoas que ocupam a coordenação. No entanto, este processo acontece permeado por inúmeras contradições uma vez que, algumas famílias apresentam resistências a esses sujeitos e aos conteúdos, somado ao fato que a coordenação não é um bloco único e homogêneo e cada coordenador e coordenadora carrega consigo infinitas singularidades que, os colocam de diferentes modos nos processos.

Nos momentos finais das assembleias são sistematizadas as propostas de encaminhamentos e levadas para votação da comunidade. O momento da votação também compõe uma instância importante para o processo de formação, pois nela são deliberadas as decisões de acordo com a maioria quando não há o consenso. Este processo é feito por meio do contraste visual, e quando não é possível é realizada a contagem dos votos. Todo o

processo da assembleia é registrado em ata para que haja a documentação e memória da atividade.

5.1.2 A reunião do núcleo de famílias

A reunião do núcleo de famílias é o primeiro contato dos indivíduos externos, isto é, das famílias com o Movimento de Luta dos Bairros, Vilas e Favelas. Elas são convidadas a participar por meio de um processo de divulgação realizado pela coordenação do movimento nas comunidades, com objetivo de alcançar os trabalhadores e trabalhadoras que vivem de favor em residências ou que não detém a casa própria e vivem reféns dos aluguéis.

Mediante ao diálogo, essas famílias são convidadas a participar de uma reunião para discutir o problema e conhecer as propostas do movimento. Na primeira reunião o MLB apresenta a luta pela conquista da casa própria por meio do processo de ocupação, discorrendo sobre as ocupações como um caminho legítimo da luta do povo pobre. Nela também é realizado o cadastro das famílias que participaram deste primeiro momento e demonstraram interesse em compor a luta.

A partir deste primeiro momento tem-se o início processo de formação do núcleo de famílias, através de reuniões periódicas em que são identificados e socializados os perfis dos sujeitos que integram esse espaço. São problematizadas as questões sobre a moradia e do acesso à terra nas grandes cidades, e iniciado o diálogo sobre as questões referentes a reforma urbana e o direito à cidade. Durante as conversas nas reuniões o movimento faz a tentativa de ampliar o problema do acesso à moradia, partindo da demanda particular de cada família, para uma questão estrutural na produção espacial dentro da sociedade capitalista, com o destaque para os centros urbanos e metrópoles. Este processo visa esclarecer todas as questões referentes à luta, e ao mesmo tempo estabelecer de uma organicidade entre as famílias e o movimento. Ao final desse processo ocorre o planejamento junto a esses sujeitos para a entrada no terreno ou edificação, dando continuidade ao processo de ocupação e a luta pelo acesso a casa própria. Todas as reuniões são mediadas pelas coordenações já existentes no movimento que, se responsabilizam por organizar as reuniões, prestar os esclarecimentos solicitados e manifestar os princípios que norteiam a luta.

Esse processo é importante para a formação da coordenação e pode ser analisado em dois recortes. O primeiro refere-se ao esclarecimento do modo basilar do progresso contraditório do capital, pois ao entrar em contato com as demandas de outras famílias e de

outras localidades, reforça-se o caráter social da luta, pois ao se perceber que o problema não é pontual, momentâneo e restrito a comunidade a qual participa, promove-se assim maior alinhamento e uma relação mais orgânica das coordenadoras e dos coordenadores com os princípios do MLB. Corrobora com o entendimento do desenvolvimento desigual do capitalismo e sua produção das segregações socioespaciais, e com as demandas da classe trabalhadora frente a essa questão, e frisa a necessidade da organização popular para enfrentar essas contradições.

O segundo diz da condição da coordenação inserida no desenvolvimento das ações do movimento, uma vez que a reunião de formação de núcleo de famílias a coloca em contato com outro desconhecido, no qual já se apresenta como uma referência e lhe é cobrada essa referência. Sobre ela é lançado um olhar de esperança que ao mesmo tempo demandada uma posição coerente e segura que endosse a feição formativa do momento.

5.1.3 A tomada da terra

A entrada de um terreno ou edificação é realizada pelas famílias recrutadas nas reuniões de núcleo, junto à coordenação do movimento e rede de apoio. Esse primeiro momento proporciona às famílias a primeira ação direta nesse processo de luta organizada pela moradia. Trata-se para além da resposta a demanda da casa própria, do enfrentamento frente as questões referentes a economia política do espaço da cidade, alicerçado na propriedade privada e nos interesses do grande capital, em que se afronta de forma imediata os agentes fundiários, o setor imobiliário, a especulação fundiária e o Estado. No entanto, é importante evidenciar que a força que impulsiona essa luta se encontra na demanda concreta da conquista da moradia pelas famílias.

Esse momento é marcado pelo tensionamento dos interesses particulares e legítimos dos sujeitos ocupantes, com o processo mais amplo da luta pela reforma urbana e das possibilidades da superação do capitalismo por via da transição de uma sociedade socialista. Essa etapa é permeada por contradições presentes no cotidiano da própria ocupação e conteúdos idiossincráticos a cada indivíduo. Nela são estabelecidos conflitos, no entanto, carrega a possibilidade de um diálogo para formação através da mediação entre a teoria e a práticas no horizonte do processo de ocupação, a viabilidade da interação entre a luta reivindicativa e a luta pelo poder e do salto do individual para o social. Essa mediação é o desafio posto a coordenação em seu processo de formação na comunidade.

A ocupação enfrenta logo nos seus primeiros momentos a ofensiva do Estado por meio do seu aparato repressor, na defesa dos interesses dos setores ligados ao capital imobiliário e o capital fundiário. Diante desse acontecimento é possível realizar a denúncia do caráter burguês do Estado, ao assumir uma posição combativa frente o processo de luta, ao passo que também se evidencia a importância da organização popular para o fortalecimento da resistência perante os ataques dessas organizações.

Em paralelo a resistência ocorre o avanço da luta através da autoconstrução e autogestão do espaço ocupado. São propostas experiências comunitárias edificadas na solidariedade entre os ocupantes e a troca de trabalho. A primeira delas é a construção de uma cozinha comum a ocupação, responsável pela alimentação de todos os indivíduos pertencentes ao processo, em seguida a elaboração de uma creche para atender as crianças presentes na comunidade. Esse processo avança por instrumento dos mutirões populares, para abertura de ruas, instalações sanitárias, construção das casas, para a garantia de uma infraestrutura mínima e necessária para as famílias nesses primeiros instantes.

No processo inicial da luta o Movimento de Luta dos Bairros, Vilas e Favelas consegue garantir o poder político, se estabelecendo como uma referência e centralidade perante as famílias. Os princípios propostos pela coordenação, nos quais são vetadas as vendas de lotes, aluguéis de casa e o comércio na comunidade são efetivados e assumidos dentro deste espaço autogestionado. A fala da coordenação alcança quase todas as famílias e em conjunto conseguem incitar a luta política com opositores. As coordenadoras e coordenadores integram-se de diferentes formas e em diferentes tempos, mas apresentam um maior alinhamento com o movimento nessa fase em que os objetivos a serem alcançados são mais claros.

No processo de consolidação da ocupação, marcado principalmente pela divisão dos lotes ocorre uma perda significativa das proposições mais coletivas originadas no primeiro momento. Verifica-se um processo de individualização das famílias ao acessar a propriedade privada da terra, e em decorrência a isso transcorre também uma perda centralidade política do movimento. Outros atores aparecem como referências para essas famílias. Como exemplo, pontua-se a ascensão das entidades neopentecostais, com suas formas de amparo aos anseios imediatos e cotidianos dos sujeitos concretos da ocupação. Essas entidades conseguem “alcançar” demandas singulares, como problemas de doença, brigas e vícios na família, apertos financeiros e dificuldades pessoais de diferentes ordens, de forma muito mais rápida e

significativa para as famílias. A coordenação apresenta limites a essas solicitações, tendo em vista que o processo de luta considera o indivíduo, mas não se restringe a ele esse, faz-se inverossímil penetrar todo esse universo.

Deve-se ainda considerar no processo da luta, os enfrentamentos realizados com grupos ligados ao tráfico de drogas que, disputam o poder político e a liderança na comunidade. Em resposta o MLB junto à coordenação impulsiona a luta pela reforma urbana e o direito à cidade, por meio de demandas concretas para as famílias, apresentando à necessidade de se organizar para garantir infraestruturas urbanas como a água, a luz, a regularização fundiária. Estabelece reuniões de formação com as famílias em parceria com entidades apoiadoras, sobre a questão da mulher, a da exploração do trabalho. Elabora projetos para juventude como a educação de jovens e adultos e a creche para atender a educação infantil na comunidade. Associadamente promove formações relativas: ao Partido Comunista Revolucionário que, centraliza as ações do movimento; ligadas à legalização e regularização da Unidade Popular pelo Socialismo¹²; de apoio a outras frentes de lutas e a outras ocupações do Movimento de Luta dos Bairros, Vilas e Favelas e outras organizações.

A coordenação vivencia esse processo com intensidade, pois cada nova ocupação traz consigo novas questões e novos desafios, no entanto, as experiências acumuladas em processos anteriores produzem conhecimentos que, são aplicados e norteiam as suas ações de trabalho. Esses conhecimentos são reafirmados e questionados em suas práticas, ao lidar com as contradições da vida cotidiana da ocupação. Isso permite um salto qualitativo de um estágio da sua formação para outro, por via de uma aproximação entre a teoria e as práticas, ou seja, a práxis da coordenação é em si um processo de produção e reprodução do conhecimento perante a mediação com o mundo. É no processo de ocupação que também são recrutados e recrutadas novas coordenadoras, essa seleção é realizada perante a observação dos sujeitos ocupantes no desenvolvimento das atividades. Aqueles e aquelas que revelam maior engajamento nas dinâmicas do movimento são convidados a compor o corpo da coordenação e vinculados ao processo formativo.

5.1.4 Manifestações públicas

A manifestação pública para além de um direito garantido pela constituição, ela é exercida pelos movimentos sociais em vista de solucionar suas necessidades. Trata-se de uma

¹² Partido descrito no capítulo anterior

atividade coletiva realizada no espaço público que, objetiva a denúncia, defesa ou reivindicações de interesses comuns de um determinado grupo. É uma importante ferramenta para tentar estabelecer um diálogo entre o grupo de interesse e o Estado, e ainda por meio dela se estabelece a disputa da sociedade por intermédio da luta política.

A manifestação pública é um importante instrumento na luta pela moradia, pois consegue trazer para cena cotidiana, pautas marginalizadas e criminalizadas que, dizem respeito à vida dos trabalhadores e trabalhadoras sem teto como a adversidade do déficit habitacional das grandes cidades, da violência policial contra as periferias e do acesso à cidade.

Para que essas questões sejam apresentadas a cidade, faz-se o uso da ocupação de estruturas ligadas ao governo, fechamento de vias, atos culturais, entre outros. As manifestações públicas visam protagonizar os sujeitos expropriados da terra e moradia, em sua luta para a conquista da casa própria e a abertura dos diálogos, para encaminhar e deliberar propostas que respondam às questões apresentadas nesse processo de luta. Tem-se como exemplo ocupação da CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais, realizada pelo movimento em 2017, para garantir o acesso à iluminação pública as famílias da ocupação Eliana Silva; o ato realizado no mesmo ano na da Liberdade com fechamento das ruas de acesso, para forçar o governo de estado a receber a comissão de negociação das ocupações; a ocupação do prédio da prefeitura de Belo Horizonte nos anos de 2015 e 2016, para questionar governo Municipal quanto ao processo de regularização fundiária; os atos realizados na Cidade Administrativa de Minas Gerais nos anos de 2014 e 2015 para exigir do governo do estado, medidas contra a violenta ação policial nas ocupações urbanas do município e região metropolitana; e o apoio e solidariedade em outras diversas manifestações em defesa do direito da classe trabalhadora.

As manifestações públicas realizadas pelo MLB e por outras entidades de luta popular enfrentam um severo processo de criminalização por parte do Estado. Usualmente o poder público, de início, questiona a legitimidade dessa ação, com a alegação da perturbação da ordem pública, e em sequência, mobiliza de forma extremamente violenta toda sua estrutura de repressão, com a justificativa de devolver e garantir a normalidade da cidade em sua forma e conteúdo.

Os atos descritos compõem um importante momento do processo formativo, pois evidenciam a importância do enfrentamento, e da ação direta como alternativa real das

famílias para conquistar seus direitos. Pontua a necessidade de questionar o funcionamento e ordenamento da cidade, sua lógica excludente e de segregação socioespacial. Aponta a manifestação como um momento importante da luta política. Sobreleva a importância da organização popular na luta social, uma vez que encoraja os sujeitos participantes aos enfrentamentos das estruturas vistas como sólidas do capital. E por meio da unidade popular afasta o medo em face da unidade para luta.

A coordenação está presente em todos os momentos das manifestações, desde a mobilização viabilizando transporte e alimentação, até as questões de organização do ato e orientações necessárias, para garantir a vitória e cumprir o objetivo da ação.

Essa forma de luta impõe a coordenação dois distintos movimentos. O primeiro deles a relação com os indivíduos parceiros da luta, isto é, com as famílias da ocupação, em que além de salvaguardar a segurança dessas pessoas durante o ato, pelo planejamento das estratégias e táticas a serem seguidas, ela se apresenta como referência diante do processo, ao passo que uma formulação especulada em torno da prática, pode comprometer toda a ação, uma vez que, naquele momento a luta ocorre de maneira imediata com o mundo concreto.

O segundo é a relação estabelecida com os indivíduos externos, seja eles representantes do poder público, ou a própria população, na qual se faz necessário assumir o caráter coerente e alinhado com os princípios da luta, de modo que minimizem as lacunas utilizadas pelos oportunistas, para falsear argumentações e criminalizar o movimento, e ao mesmo tempo realizar a luta política, elucidando os motivos substanciais que legitimam a luta pelos direitos do povo pobre. Faz-se saber que a coordenação é composta por indivíduos em processo de formação e singularmente distintos que, nesse momento também se comportam propriamente diferentes, com maior ou menor organicidade.

5.1.5 As audiências públicas

As audiências públicas são espaços de debate entre a população e a esfera pública, com o objetivo de buscar soluções para problemas sociais. Elas não possuem um caráter deliberativo e restringe-se apenas ao momento consultivo, ou seja, é um espaço onde o poder público visa debater questões referentes a demandas populares, se propondo a ouvir os sujeitos envolvidos.

Elas podem acontecer nas comunidades quando solicitadas, no entanto em sua expressiva maioria ocorre nas casas legislativas, tanto estaduais, quanto municipais. O

Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas já participou e ainda participa de audiências públicas na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Os debates são destinados a Assembleia Legislativa quando o assunto a ser debatido é de competência do Governo do Estado de Minas Gerais; e remetidos à Câmara Municipal quando os temas abordados estão na ordem da prefeitura de Belo Horizonte.

O MLB recorre às audiências públicas para tratar questões como as ações de reintegração de posse, o processo de regularização fundiária, averiguação da violação dos Direitos Humanos dos ocupantes das comunidades, para debater a conquista e garantia de infraestrutura de energia e saneamento básico. A apresentação das pautas e o início dos debates das audiências são realizados por instrumento de uma mesa, composta pelas partes interessadas e mediada pelos parlamentares. Em observância ao movimento, sua participação é sempre garantida pela coordenação e moradores que, experimentaram de forma imane a questão a ser debatida, a fim de assegurar a propriedade na fala, elaborada pelas determinações da realidade.

Após a discussão iniciada pela mesa, ocorre abertura da fala para o plenário. Nesse momento as famílias participam de forma efetiva, denunciando o descaso do poder público, as ofensivas ações de criminalização e marginalização dessas famílias nas comunidades, em decorrência das medidas tomadas ou negligenciadas pelo judiciário, legislativo e executivo. Cita-se as ações de reiteração de posse, a indiferença perante a luta da moradia e as execuções das ações de despejo, em que todas elas ferem a dignidade e a integridade dos trabalhadores e trabalhadoras sem teto.

A audiência pública integra o significativo espaço para formação, tanto das famílias, quanto da coordenação, pois nela se estabelece diálogo da ocupação com o estado. Esse momento proporciona uma interlocução da coordenação e das famílias com um ente externo a ocupação. Problematisa as questões referentes ao Estado e revela o caráter contraditório dos interesses de quem ele aprende, uma vez que acolhe as demandas do grande capital em detrimento das necessidades do povo sem teto. Evidencia ainda as possibilidades e os limites do Estado de encampar a luta popular e o enfrentamento às grandes corporações produtoras e reprodutoras do espaço da cidade como os agentes imobiliários, proprietários fundiários e os donos dos meios de produção.

A abertura da fala para o plenário proporcionar às famílias o momento de realizar as denúncias e suas reivindicações, isso permite que, os moradores, moradoras e coordenação se

apresentem enquanto sujeitos das falas e do processo da luta, ao mesmo tempo o promove o auto-reconhecimento enquanto desses sujeitos ocupantes. A externalização através da fala é um momento importante de organização sistematização das ideias que, contribuem para esse processo de produção e reprodução do conhecimento na formação dessas pessoas.

É possível perceber que a coordenação em sua fala, apresenta uma estrutura diferente em relação às famílias. Esses sujeitos conseguem organizar uma fala mais técnica e politicamente mais articulada. As falas a coordenação trazem consigo a característica de avançar da particularidade e da singularidade do cotidiano, para categorias mais universais que, abrangem a demanda da comunidade e de outras ocupações. Evidente que essa estrutura está presente em diferentes estágios nas e nos componentes da coordenação, salientando as variadas percepções e os distintos desenvolvimentos desses sujeitos na produção do conhecimento, de modo que, não se pode atestar o conjunto de coordenadores e coordenadoras como um bloco homogêneo, com o mesmo grau de organicidade e de elaboração. No entanto, um fator aproxima todas as falas. Todas elas, tanto das famílias, quanto as da coordenação partem de questões concretas, presentes no desenvolvimento contraditório do capitalismo e vivenciado pelos sem teto em luta.

5.1.6 Reunião de formação de coordenadores

A reunião de formação da coordenação é um momento do processo formativo dedicado ao estudo de conteúdo, dentro do referencial teórico do marxismo ou mesmo da obra marxiana. Ela segue uma programação de forma periódica, com uma frequência mensal. Os encontros abrangem as coordenadoras e coordenadores de todas as ocupações do MLB de Belo Horizonte e também demais ocupações, onde movimento iniciou um trabalho na região metropolitana. Na reunião os conteúdos trabalhados são organizados, sistematizados e apresentados pela coordenação nacional e estadual, para proporcionar sua apreensão por parte da coordenação local. Com isso se estabelece uma relação de ensino e aprendizagem com a teleologia viabilizar os entendimentos de categorias universais e abstratas, na tentativa de avançar sobre a esfera fenomênica e alcançar a essência das categorias.

Nas reuniões de formações já foram pautados temas como a relação capital e trabalho, a mais-valia, o Estado e a especulação imobiliária, isto é, assuntos e questões que perpassam a vida dessas pessoas, enquanto trabalhadoras, trabalhadores; moradoras e moradores de ocupação. Tem como objetivo promover a interseção entre a teoria e a prática revolucionária e

permitir a práxis no processo de luta. A formação é dividida em dois momentos. O primeiro deles acontece pela manhã e tem como finalidade decorrer sobre o estudo teórico que, viabilize a compreensão de elementos substanciais da sociedade capitalista, por meio de uma referência marxista¹³. Apresentadas de forma expositiva com auxílio de data show pelos coordenadores formadores, as categorias são interpeladas e impulsionam o debate, buscando o diálogo com o mundo real e suas relações com a vida concreta, na investida de não esvaziá-las pelo idealismo e pela transcendência. Isto é, estabelecer a necessária relação entre sujeito e objeto e sua interdependência dialética.

No período da tarde o grupo retorna para realizar discussões referentes às questões a cada ocupação, para avaliar as ações propostas, encaminhadas e deliberadas em assembleias das comunidades, em reuniões da coordenação e das demandas originadas durante o processo da luta. Esse momento carrega consigo a pretensão de socializar as experiências dos distintos tempos e espaços da luta pela moradia, de pensar de forma coletiva respostas as demandas apresentadas e maneiras de impulsionar o trabalho pela reforma urbana no cotidiano desses espaços

A reunião de coordenação se caracteriza por um processo muito distinto dos já mencionados neste trabalho. Nos processos descritos anteriormente como as audiências públicas; as assembleias da comunidade; as manifestações públicas; o processo de ocupação de terra; as reuniões os núcleos de famílias, as ações são propostas em função de demandas concretas e imediatas presentes nas vidas dos sujeitos ocupantes. O contato com essas experiências compõem o processo formativo das coordenadoras e dos coordenadores do movimento, por meio dos desdobramentos da prática com interlocução com a teoria. Já nesse momento da formação o processo percorre um cominho inverso, no qual o recorte teórico tenta ir de encontro à realidade desses indivíduos, ou seja, seu ponto de partida são as categorias clássicas do marxismo que, em vista de uma exposição dialógica e problematizada esforça-se para se constatar na objetividade do mundo.

Faz-se necessário destacar a importância desse momento para a formação da coordenação, quando se observa a relevância do desenvolvimento da teoria para esse processo. Os alcances das categorias abstratas permitem a compreensão de processos para

¹³ Para isso são ilustradas algumas categorias trabalhadas por Vladimir Ilitch Ulianov (Lênin), **Josef Stalin**, Karl Marx Olga Benário, Raquel Rolnik, dentre outros.

além de sua existência pontual e momentânea, por via da superação das particularidades e singularidades.

A formação apresenta para esses indivíduos um recorte teórico sobre uma nova linguagem que, possibilita a transformação da curiosidade em um método de investigação que parte do saber para o conhecimento científico. Desta maneira possibilita novas formas de produção do conhecimento, sem restringir e delimitar a preferência a própria periferia, por meio da redução da linguagem e das experiências do cotidiano.

No entanto esse processo evidencia um limite mais perceptível quando comparado as outras instâncias de formação, pois se diferencia por ser pensando e proposto com o diálogo com categorias universais, que por vez parecem não dizer da vida concreta para alguns membros da coordenação. Parte das coordenadoras e dos coordenadores presentes na formação apresenta dificuldade em avançar do mundo concreto para as categorias abstratas e chegar assim às categorias universais. Esse movimento do pensamento que, remete ao processo de produção de um determinado conhecimento, encontra barreiras nas particularidades e singularidades deste desenvolvimento. A universalidade, dessa forma, passa a ser algo externo é estranho ao conjunto da coordenação. Isso nos infere um entendimento que dissocia a teoria da prática e adiciona um distanciamento de uma para outra afastando o alcance da práxis dos sujeitos da coordenação.

Na reunião de formação de coordenação é possível constatar uma grande mobilidade das coordenadoras e dos coordenadores entre as ocupações. Eles realizam o trabalho de coordenação em sua comunidade, mas também contribuem com a luta em outras ocupações que, lhes permitem vivências em outros tempos e outros espaços, ou seja, em outras ambiências. Essas diferentes experiências são manifestadas nas reuniões de formação e por vez proporciona um caminho viável para o salto da particularidade para universalidade

Vale destacar que o conjunto da coordenação é majoritariamente por mulheres. Isso evidencia o caráter feminino e feminista da luta pela moradia. Esse apontamento trás consigo desdobramentos expressivos no cotidiano das comunidades, tanto no enfretamento contra a estrutura machista fundada no patriarcalismo da sociedade contemporânea, quanto no papel da mulher na coordenação e na luta pela reforma urbana.

5.2 As Entrevistas para Coleta de Dados

Para realizar o processo de entrevista foram elaboradas categorias prévias que, derivaram perguntas reveladas na parte introdutória desse trabalho a respeito do tema. O universo de amostragem totalizou sete indivíduos, sendo seis deles membros da coordenação local e um membro nacional. Para o procedimento de entrevista, no primeiro momento, pretendia-se alcançar o número de dez entrevistados, mas por consequência das intempéries ocorridas durante a pesquisa, sobretudo no que diz respeito aos tempos e cumprimento de prazos, foi inevitável a redução de três membros no universo amostral.

Os indivíduos entrevistados foram selecionados segundo critério de amostragem intencional¹⁴, com objetivo de buscar a compreensão das categorias *coordenação* e *formação*. Dentre eles se apresentam entrevistados de diferentes faixas etárias, diferentes gêneros, diferentes tempos de residência na ocupação, distintos processos de inserção no movimento e de experiência na coordenação. No entanto, todos os entrevistados residem em ocupação, pois todo o corpo da coordenação é originado in loco.

Todas as identidades foram preservadas com base em dois motivos. O primeiro deles de zelar pela segurança dos entrevistados, observado que as coordenadoras e coordenadores do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas são pessoas que exercem influência na comunidade e no cenário político da cidade, e por consequência sofrem com processo de marginalização e criminalização por parte do poder público, que se efetivam com assédios e ameaças. O segundo proporcionar um diálogo mais aberto, na tentativa de estabelecer uma relação mais confortável para a conversa com os entrevistados. Em razão disso todas e todos os coordenadores participantes das entrevistas foram tratados como *ENTREVISTADO*.

Esses diálogos ocorreram de diferentes formas, se moldando as necessidades para viabilizar o estudo, feitas três entrevistas individuais e uma entrevista em grupo com quatro indivíduos. O motivo por optar por diferentes maneiras de realizar esta coleta de dados, foi em virtude da adequação a demanda, pois o tempo da pesquisa e da produção acadêmica, que por vez se encontrava limitado pelo empenho do trabalho docente em dois turnos na rede estadual de educação de Minas Gerais por parte do autor desse trabalho, se faz de forma distinta do tempo do movimento, uma vez que os membros da coordenação não dispõem de muitos momentos ociosos em decorrência militância em diferentes espaços,

¹⁴ Critério descrito por Thiollent e apresentado no capítulo inicial desse trabalho

As entrevistas individuais se fizeram possível em decorrência das intercessões das agendas das coordenadoras e coordenadores com a agenda do entrevistador. Já a entrevista em grupo tornou-se imprescindível para otimizar a coleta de dados, por resultância das disponibilidades dos indivíduos, que se encontravam reunidos na ocupação Maria Carolina de Jesus, após uma atividade do MLB, e não dispunham de tempo para fazê-la de maneira individual em função do avançar da hora perante a noite.

Tabela 2 – Relação entrevistado com a coordenação e a forma de entrevista

ENTREVISTADO	COORDENAÇÃO	ENTREVISTA
Entrevistado 1	Nacional	Individual
Entrevistado 2	Local	Grupo
Entrevistado 3	Local	Grupo
Entrevistado 4	Local	Grupo
Entrevistado 5	Local	Grupo
Entrevistado 6	Local	Individual
Entrevistado 7	Local	Individual

Fonte: Elaborada pelo autor

Não foi possível verificar se a mudança do formato individual para o formato em grupo das entrevistas se apresentou como um ponto positivo ou negativo para o desenvolvimento da pesquisa. Nota-se que nas entrevistas individuais alguns entrevistados demonstraram inibição no diálogo a dois, e um distanciamento ao terem que assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Na entrevista em grupo as pessoas se dispuseram de forma mais a vontade, no entanto ocorreu uma predominância da fala pelos sujeitos mais experientes da coordenação, em detrimento dos recém iniciados no processo. Destaca-se ainda o limite dessa forma de coleta de dados ao considerar que as perguntas feitas pelo entrevistador já delimitam o campo que fala dos entrevistados, reduzindo as possibilidades de apontamentos mais amplos que tangem o processo formativo.

Para análise das entrevistas foi necessário realizar uma adequação das categorias previamente estabelecidas, na tentativa de respeitar o caráter imanente do diálogo com os entrevistados instaurado no trabalho de campo. Sendo agora reelaboradas as categorias:

- A Proposta do Processo Formativo da Coordenação

- O Recrutamento para a Coordenação
- Processo de Formação das Coordenadoras e Coordenadores no Movimento
- A Relação entre a Teoria e a Prática no Processo Formativo da Coordenação

5.2.1 A Proposta do Processo Formativo da Coordenação

Nessa categoria foram concentradas as falas que abordam as reflexões a cerca da proposta de formação da coordenação do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, com o foco na Comunidade Eliana Silva. Na tentativa de proporcionar uma melhora análise essa categoria foi subdividida em cinco subitens.

Importância de um espaço e de um tempo para a formação

Os nos trechos abaixo relatados pelo **entrevistado 1** enfatiza-se a importância do processo de formação de coordenadores para consolidar e impulsionar o trabalho em diferentes lugares.

ENTREVISTADO 1 *“Acho que qualquer trabalho, para ele começar a dar resultado, ele tem que ter uma espécie de banker, que é um lugar que você forma várias lideranças, você prioriza durante o momento. Então você fica... Dá impressão que seu trabalho não está crescendo, mas na verdade você está desenvolvendo em um lugar, para depois ter condições de estender para outros.”*

ENTREVISTADO 1 *“Então a gente tem uma leitura que antes de você ter muitas ocupações é preciso ter boas. Em especial uma boa pelo menos, a partir dela você possa irradiar para outras.”*

Destaca-se a necessidade de estabelecer um local de formação para construir uma base sólida, que consiga estabelecer uma organicidade entre os indivíduos e o movimento, para possibilitar a expansão dos trabalhos em novas comunidades e ocupações.

MLB como estratégia de diálogo e mobilização da classe trabalhadora

Nas passagens seguintes o **entrevistado 1** aborda o papel do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, como um importante instrumento para a mobilização da classe trabalhadora.

ENTREVISTADO 1 “A classe trabalhadora é a imensa maioria da população e dificilmente depois que ela tome consciência de classe, existe alguma força na sociedade que vai conseguir detê-la de seus objetivos. Essa é a nossa leitura de centro, mas ao mesmo tempo a gente não deixa de considerar que os revolucionários no momento atual, precisa ter condição de dialogar com essa classe. Nem sempre eles vão ter só por meio dos sindicatos e pelo movimento sindical operário histórico, que vai ser possível chegar a esses setores. Por isso a organização do ML., Porque o MLB é um movimento que vai conseguir chegar a uma parcela considerável dos trabalhadores, não com a pretensão de organizar enquanto classe para a revolução propriamente dita, mas despertar parte desses trabalhadores, inclusive para eles atuarem no centro nervoso, que é o mundo do trabalho a favor da luta revolucionária.”

ENTREVISTADO 1 “Organizar setores produtivo é fundamental, porque daí você desperta muita gente que vai contribuir com essa luta de classes central, vai acabar sendo uma força auxiliar do movimento operário, porque também a gente se considera isso. Uma força auxiliar”.

Na sua primeira e segunda fala, o **entrevistado 1** reconhece a importância da mobilização da classe trabalhadora para a transformação da sociedade. Aponta-se a possibilidade do MLB alcançar essa parcela da população, por meio da mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras sem teto na luta pela moradia. Expressando o movimento como uma força auxiliar para a luta de classe.

ENTREVISTADO 1 “É necessário que organize o trabalhador fora da empresa dele por causa da pressão dos patrões. Então você reunir ele na casa dele, no bairro dele, na região, onde que ele mora, você vai ter melhores condições inclusive de atuar na coisa central. É nesse contexto que a gente faz o trabalho na Eliana Silva.”

ENTREVISTADO 1 “Entendemos a ocupação como a greve do movimento sem teto. A greve tem tamanha importância para o movimento dos trabalhadores assim como tem a ocupação para o movimento sem teto na leitura do MLB”

Tem-se nos trecho acima, o recorte da fala do **entrevistado 1**, afirmando a relevância da mobilização dos trabalhadores para além do ambiente de trabalho, cujas possibilidades podem ser ampliadas. Observa-se o movimento de ocupação para a luta dos sem teto estabelecendo uma comparação com o processo de greve da luta dos trabalhadores e trabalhadoras a fim de revelar seu valor.

Diálogo a partir da mediação com o mundo, das contradições do desenvolvimento do capitalismo, com as necessidades imediatas

Em suas três falas o **entrevistado 1** relata a relação que o movimento e o processo de luta estabelecem com o mundo material e com os sujeitos concretos. Considera importante atender às demandas imediatas da classe trabalhadora para que, consiga estabelecer um diálogo sobre as contradições presentes na sociedade capitalista.

ENTREVISTADO 1 *”Despertar uma parcela da população, colocando ela em movimento, no enfrentamento principalmente com a grande propriedade privada, através das ocupações, atendendo o interesse imediato que essas pessoas tem que é a moradia.”*

ENTREVISTADO 1 *“Tudo que nós fazemos aqui, embora tenha uma importância muito grande que é consolidar o bairro. Então gente buscou e busca fazer isso o tempo todo, se não você perde o apoio dessas pessoas. Porque elas vêm por suas necessidades imediatas. Nós não vamos mobilizar as pessoas pela revolução socialista no momento atual, vamos mobilizar elas para a casa que elas precisam, aí no processo você vai conscientizando.”*

ENTREVISTADO 1 *“O que mais mobiliza pessoas, inclusive sou capaz até de dizer que é uma das lutas que mais mobiliza gente hoje, é a luta pela moradia. Então não é uma vontade, é baseado na realidade. Se aqui mais mobiliza, ele (o movimento) precisa tá ali. Você vai juntar gente para o processo de luta e isso lhe dá força.”*

Entende-se aqui, que a classe trabalhadora não se encontra pronta para o processo revolucionário, quê se faz necessário um trabalho de formação para tomada de uma consciência de classe, por meio do diálogo com a materialidade da vida.

Trabalho de fortalecimento da coordenação para o processo de formação na ocupação.

ENTREVISTADO 1 *“E foi justamente o que a gente fez. Um bom exemplo de trabalho na Eliana Silva. Aí permite a gente ter exemplo moral junto a outros trabalhadores e trabalhadoras, que nunca tinham feito ocupação, ou que já tinham feito junto a outros movimentos e se decepcionaram, que a gente pode virar um certo ponto de atração. Tanto que a gente fez a Eliana Silva em 2012 e foi fazer outra ocupação só em maio de 2015, ou seja, só três anos depois que a gente foi fazer a Paulo Freire. Durante esse período nós ficamos acumulando trabalho. Já a Paulo Freire acontece em outro contexto. Você já tem*

lideranças daqui da Eliana Silva que já tem trabalho de coordenador estadual do MLB e alguns até trabalho de coordenador nacional do MLB.”

Nesse trecho da fala do **entrevistado 1** percebe-se a relevância da consolidação de uma coordenação e o tempo necessário para fazê-la, com o objetivo de impulsionar a luta e estabelecer referências para a mobilização das famílias de sem tetos, e assim alcançar a organização e formação desses indivíduos expropriados de terras.

ENTREVISTADO 7 *“A gente passa a ser referência dentro de uma ocupação, igual à Eliana Silva com quase quatrocentos moradores. Tem aqueles moradores ainda aqui, que depende da gente para resolver várias coisas e respeita principalmente o movimento. Eles entendem que ali tem um movimento, e que o movimento ali para ajudar, para resolver os problemas. Então a gente passa a ser referência, sem dúvida, e não é só na Eliana Silva não, passa-se a referência no MLB.”*

Em sua primeira fala, o **entrevistado 7** reafirma a coordenação como referência para a comunidade e para o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas. Demonstra novamente o papel desempenhado pela coordenação no processo de luta na orientação das famílias.

ENTREVISTADO 7 *“A gente começou a ter reunião de coordenação, formação também porque o MLB, ele preocupa com os coordenadores né! E vai chegando um certo nível que aí também vem o partido, enfim... Porque na verdade a gente tem o MLB, a gente tem isso tudo, mas o principal é o partido. E aí nesse meio tempo você vai participar da reunião de célula que é uma formação também.”*

Em seu segundo trecho ele relata a preocupação do MLB na formação e consolidação das coordenações das ocupações e o alinhamento do movimento com o Partido Comunista Revolucionário. Traz-se o entendimento do partido como a entidade principal perante todo o processo, responsável por centralizar as lutas e indicar a linha política.

ENTREVISTADO 1 *“Em 2015 que nós montamos a Paulo Freire que é outro momento ímpar, importantíssimo! E aí a gente desenvolve. Dali pra frente a gente passa a ter condições de fazer pelo menos uma ocupação por ano, que é o que a gente projeta naquele momento. Aí... essa ocupação por ano permite a gente fazer outras coisas, fazer seminário quer coisa que a gente não fazia. Fazer congresso que é coisa que também a gente não conseguia fazer antes. A gente consegue fazer reuniões em mais de um lugar, montar mais de um núcleo de famílias sem-teto que ainda estavam se preparando para ir. Então a Paulo*

Freire já é resultado disso, que são alguns núcleos de sem-teto com a formação melhor do que a gente tinha na Eliana Silva que dá origem a ocupação.”

O **entrevistado 1** aponta que a partir da consolidação da coordenação foi possível realizar outros trabalhos de formação, por meio do planejamento de ações que anteriormente não se faziam possível. Destaca-se a importância da coordenação para constituir um processo formativo tanto das famílias quanto do próprio corpo de coordenador.

Autonomia política nas ações de luta respeitando os princípios do MLB

O **entrevistado 1** fala do princípio do movimento quanto a autonomia política em relação ao estado, e afirma a luta como o caminho para a conquista dos direitos e da moradia aos trabalhadores e trabalhadoras em tetos.

ENTREVISTADO 1 *“Tudo foi luta que nós fizemos sem depender praticamente de nenhum parlamentar até então. Hoje até nós temos relação, sempre tivemos, mas não precisou de nenhum, até porque não tinha na época nenhuma ou nenhum que assumisse a luta. Então foi basicamente no enfrentamento e ocupação. Literalmente na porrada. Seguindo a nossa linha revolucionária de não ter medo de lutar e ir para o enfrentamento mais consequente com a massa evidentemente. Porque o revolucionário pode ser bom quando ele for, mas sozinho ele não vale nada. Nós só temos alguma força com o povo mobilizado.”*

Com a análise dessa primeira categoria, que diz respeito à proposta de formação da coordenação, é possível considerar que a construção dos sujeitos coordenadores na comunidade da Eliana Silva inicia-se com um pequeno núcleo, que se mobiliza para a luta pela moradia. Durante a ocupação consegue-se estabelecer um núcleo orgânico ao movimento perante um processo de formação de aproximadamente três anos. Posteriormente amplia-se a luta realizando outras ocupações, contando com esse núcleo de coordenadores já consolidados para propulsar o trabalho com as famílias e com as novas coordenações.

Analisa-se a importância da luta pela moradia, a partir das demandas das famílias de sem-tetos, que vivem de aluguel ou morando de favor na casa de amigos ou familiares, como uma estratégia mobilização da classe trabalhadora para o processo de formação e tomada da consciência de classe. Ressalta-se a coordenação do movimento como um fator indispensável a este trabalho.

Entende-se que o princípio de autonomia política em relação ao estado proposto pelo movimento se faz importante no processo de formação da coordenação, para a construção da

subjetividade dos sujeitos trabalhadores. Dessa forma não se deposita a responsabilidade e capacidade de resolução dos problemas sociais decorrentes da contradição capital e trabalho e da segregação sócio-espaciais na produção do espaço das cidades nas mãos do Estado. Avança ao demonstrar a capacidade das conquistas dos trabalhadores e das trabalhadoras por meio da luta e organização popular.

5.2.2 O Recrutamento para a Coordenação

A proposição para integrar a coordenação

A chamada para compor a coordenação é realizada mediante um diálogo com alguns moradores e moradoras da ocupação, como podem ser observado nas falas dos **entrevistados 3, 4 e 6**, quando questionados sobre suas entradas ao corpo de coordenadores.

ENTREVISTADO 3 *“O meu mesmo foi convite”*

ENTREVISTADO 4 *“Todo mundo aqui praticamente foi um convite. Um convite que se torna uma vida”*

ENTREVISTADO 6 *“O movimento fez essa proposta de participar da coordenação, mas eu falei com ele assim, eu trabalho não posso ficar muito à frente. Aí assim..., mas tudo que eu puder ajudar e contribuir pode contar comigo e sempre foi assim. As horas que tenho livre para ajudar o movimento.”*

Seleção dos coordenadores pelos critérios de interesse, participação e organicidade

Os critérios para a escolha dos moradores se relacionam com a participação, organicidade e interesse de cada indivíduo diante do processo de luta pela moradia. No presente recorte se pauta na experiência da ocupação Eliana Silva, como expresso na fala do **entrevistado 5**.

ENTREVISTADO 5 *“Acho que vai mais pelo interesse. Todo mundo que foi convidado..., porque quem convidou viu em nós um interesse maior das coisas. É igual tem alguma coisa para fazer, você vai lá lhe oferecer ajuda, tá querendo ajudar, tá querendo fazer as coisas...”*

O **entrevistado 1** aborda a constituição do primeiro quadro de coordenadores da comunidade, que ao mesmo tempo, compõe paralelamente o processo de rearticulação do MLB após a perda da militante Eliana Silva, considerada por ele, uma pessoa de importância histórica na mobilização das famílias sem-teto e na luta do movimento.

ENTREVISTADO 1 “A Eliana Silva surge em um momento muito especial para o MLB, porque é o momento de reorganização do movimento. Porque depois do que já se viu aí, que a liderança nossa principal que era a Eliana Silva faleceu com câncer de mama em 2009..., janeiro de 2009. O movimento padeceu por muitos problemas. Ficou bastante desorganizado, vive uma crise grande em 2009, 2010 de 2011. Aí foi proposto aqui algumas lideranças que ainda atuava no movimento estudantil pudesse transferir sua militância para o trabalho do MLB. E eu sou uma dessas lideranças. A experiência que eu tinha até então, era uma experiência de movimento estudantil, sobretudo secundarista e universitário. E o que eu tinha visto era uma atuação prática do MLB na época da Eliana Silva lá na vila Columbiara.”

A necessidade da luta para a conquista de direitos como parte do processo de seleção

O **entrevistado 7** considera que o recrutamento para compor a coordenação ocorre em consequência do processo de luta. Ao se deparar com as necessidades das famílias e avançar para o entendimento do déficit habitacional, como um problema estrutural na sociedade contemporânea.

ENTREVISTADO 7 “O principal do recrutamento é a luta, quando você vai ver o tamanho da precisão da luta, você já tá...!”

ENTREVISTADO 7 “Aí o movimento veio e trocou uma idéia, aí eu fui ver o tamanho da precisão, que não era só eu. Tinha mais gente.”

Diante das falas sobre o recrutamento para a coordenação é notório a escolha criteriosa por parte do movimento sobre seus futuros membros, tendo em consideração os seus vínculos e atitudes diante dos trabalhos realizados no cotidiano da ocupação. Por meio dessa pesquisa não foi possível diagnosticar quais os fatores fundantes presente nos indivíduos para seus destacamentos nas atividades. No entanto, pode-se inferir que os sujeitos selecionados para coordenação são oriundos do conflito produzido, ou seja, aqueles que são despossuídos da moradia e encampam uma luta por necessidades.

5.2.3 Processo de Formação das Coordenadoras e Coordenadores do Movimento

A importância das reuniões de coordenação para o processo formativo

As falas transcritas abaixo dos **entrevistados 2, 5 e 6**, dizem da importância das reuniões de coordenação para a formação da coordenação. Elas proporcionam aos sujeitos o

alinhamento e a organicidade necessária para garantir o processo da luta em consonância com os princípios do MLB.

ENTREVISTADO 2 *“Eu acho que principalmente as reuniões, porque vamos dizer, tipo, vamos decidir se a gente vai fazer um ato hoje aqui na porta da ocupação. Aí depois, de qualquer maneira, tem que sentar pelo menos para avaliar como é que foi essa manifestação. E aí a gente vê o que tá certo, vê que tá errado e vai acumulando para os processos futuros. Para mim a reunião é o espaço mais significativo.”*

ENTREVISTADO 6 *“A coordenação é importantíssima para instruir. Tanto é que ela recebe uma formação diferenciada daquelas outras pessoas que estão indo nas reuniões. Porque tem as reuniões hoje pra todo mundo e tem as reuniões só de coordenação. Então a pessoa é preparada, por exemplo, na hora da assembleia, ela fica atenta para ver se a pessoa está escutando, se as pessoas estão entendendo ou se está tudo disperso.”*

ENTREVISTADO 6 *“As formações são essenciais. Eu acho que é tudo. Deveria começar pela formação.”*

ENTREVISTADO 6 *“Tem que fazer. Tem que formar sempre. Antes de colocar a pessoa ali, pra ela saber distinguir e não deixar subir para cabeça. Eu acho que é formação essencial. Pra mim foi ótimo! Eu acho que o conhecimento sempre é bom. Então assim..., eu acredito que tem que formar, tem que fazer isso tudo, tem que mostrar para pessoa tudo bonitinho antes de colocar ela ali.”*

ENTREVISTADO 6 *“Nas reuniões... A gente sempre faz reunião de coordenadores. Nessa a gente é instruído. Então assim...essa instrução é para você poder enxergar o problema e também trazer uma solução para ele.”*

ENTREVISTADO 5 *“É a formação! É a formação que o movimento dá dentro da linha dele, as regras do movimento. A gente tem formação importantes para saber o que movimento segue, que o movimento pensa. Então a gente alinha ao movimento e aplica essas regras.”*

As falas destacadas acima revelam a importância da reunião de formação como uma ferramenta para a instrução dos coordenadores. É possível observar que essa formação é responsável também pela construção do sujeito coordenador, que carrega consigo parte do movimento em sua composição, ou seja, as ações objetivas de formação são responsáveis pela construção de uma identidade subjetiva.

Importância das ações do movimento para o processo formativo

Os **entrevistados 6 e 7** fazem uma reflexão a respeito das outras atividades, como as audiências públicas, as assembleias e as manifestações, como parte importante do processo formativo das coordenadoras e dos coordenadores.

ENTREVISTADO 6 *“As manifestações e audiências contribui! Como você pode ver, a maioria das pessoas não estão inseridas nelas. Aí você só levando a pessoa lá e ela participando, consegue... você acaba inserindo ela naquele contexto. Ela acaba descobrindo qual que é o papel dela como cidadã. Isso é importantíssimo. O próprio MLB é essa formação, que tanto as reuniões antes da ocupação são para formar, são para instruir as pessoas sobre seus direitos e deveres.”*

O **entrevistado 6** afirma a importância da participação nas e assembleias e audiências para reconhecimento e exercício da cidadania. Faz-se necessário o destaque desta fala, pois demonstra um limite desses espaços em vista da proposta e do princípio do MLB, de autonomia política do movimento, da construção da consciência de classe e da denúncia da essência do Estado burguês. Ao mesmo tempo pondera-se que por meio de uma fala não se pode denotar ao relato o caráter totalizante, pois é sabido que esse integra uma parte singular dentro de um universo. Mas em paralelo apontam-se as contradições envolvidas e o caráter processual da formação.

ENTREVISTADO 7 *“Então na hora que eu fui ver, eu virei coordenador sem ver. Então eu topo, vamos ocupar! vamos!... E aí isso... quando você vai ver, você já tá no meio, sem você perceber já tá no meio, e a luta vai te puxando pelas necessidades da situação né.”*

As falas do **entrevistado 7** enfatizam que a formação é composta por distintos momentos e por diferentes trabalhos realizados pelo movimento.

ENTREVISTADO 7 *“Assembleia é uma formação também. Aí você tá ali no meio de outros camaradas na Assembleia. Você fica olhando para eles assim... Pou velho! Esses caras são falam bem! E aí na hora que você vai ver você também tá no processo.”*

ENTREVISTADO 7 *“O mais importante acho que ir para as ruas. Manifestação! Até hoje é assim... O espaço que eu mais gosto são as manifestações. É ir para rua para lutar pelos meus direitos. É ocupar!”*

Destaca-se nas falas acima as considerações tecidas sobre as assembleias da comunidade, as manifestações de rua e seu caráter formativo. A interpretação da ocupação como uma resposta de luta às necessidades concretas das famílias sem-teto.

Importância do cotidiano para o processo formativo

As falas a seguir demonstram a importância do dia a dia para acumular experiências de luta e maturar os sujeitos coordenadores por meio da vivência na ocupação.

ENTREVISTADO 4 *“Eu enxergo aqui que o tempo todo é formação. O tempo todo está formando. Dia a dia e vai indo.”*

ENTREVISTADO 7 *“Porque na verdade o dia a dia da gente é uma formação. Para a gente que mora na ocupação a formação é constante né. Você levanta a cara e você não tem um asfalto. Você tem que lutar pela água, pela luz, pelo esgoto. Aí nesse processo de luta, isso tudo é uma formação.”*

ENTREVISTADO 7 *“Então a gente nunca toma decisão sozinho... Ahhh e se eu tiver só você? Aí meu amigo nós vamos lá, vamos tomar decisão, se não tiver jeito de correr, vamos lá, vamos tentar tomar a melhor decisão possível, não visando eu, visando o espaço de todos. E aí depois nós vamos para reunião e avaliar se foi certo, ou se foi errado.”*

ENTREVISTADO 2 *“Além de ter essa formação, de tá antenado com a tese do movimento, com os documentos de formação, mas também com as experiências dos companheiros mais antigos. Isso possibilita a gente acumular para tomar decisões e em determinados momentos quando não é possível esperar um espaço coletivo para tomar uma decisão. Aí é seguir essa experiência que você acumulou nas reuniões né! A tendência é cada vez mais você ter a capacidade de formular as respostas de acordo com sua experiência acumulada.”*

As falas dos **entrevistados 2, 4 e 7** ressaltam o cotidiano como uma categoria importante para o processo formativo, em vista a sua capacidade proporcionar e acumular situações que possibilitem a produção e desenvolvimento de conhecimentos originados pelas práticas vividas.

O **entrevistado 7** realiza um contraponto ao abordar os limites de suas ações enquanto coordenador, ao ter que dividir sua atuação na coordenação com o mundo do trabalho. Ressalta que o tempo é um dificultador para os trabalhos de formação dentro da comunidade.

ENTREVISTADO 7 *“Eu acho que assim...A gente não tem tempo de tá vendo a ocupação, de viver pelo movimento. Nesse sentido assim financeiro. Fazer os corre da gente que é*

trabalhar, que é cuidar da casa... E aí por isso toma-se mais tempo. E aí aquele tempo a gente podia tá dedicando no dia-a-dia de tá ali fazendo a luta política com o companheiro.”

O processo de produção de conhecimento e o avanço da consciência

O conjunto de falas abaixo remete as possibilidades de produção e reprodução do conhecimento e do avanço da consciência diante o processo de formação da coordenação.

A fala do **entrevistado 6** remete ao desenvolvimento da consciência cidadã amparada pelos instrumentos jurídicos e legislativos do Estado. Pode-se deduzir na análise da entrevista a transferência do sujeito político para os parlamentares, por intermédio da democracia representativa. Isso pode distanciar a tomada da consciência de classe em vista das barreiras colocadas pelo discurso da cidadania, no qual eleva todas as classes sociais a categoria de cidadãos, ou seja, transfiguram todos e todas em pessoas de direitos, na tentativa de dissolver as contradições existentes na sociedade do capital.

ENTREVISTADO 6 *“Na coordenação eu aprendi que ocupar não é crime né! Aprende a olhar tudo ali. Me desenvolveu muito como cidadã, como pessoa que precisa está votando, não simplesmente para ir lá e cumprir a sua obrigação, mas sim escolher representantes, está vendo se realmente ele está fazendo o trabalho dele da campanha.”*

Em sua fala, o **entrevistado 2**, demonstra a capacidade de relacionar problemas pontuais, ou seja, ocorridos em um determinado local em um determinado momento, para uma análise mais estrutural sobre a questão. Este movimento demonstra o avanço do coordenador sobre a particularidade do fenômeno.

ENTREVISTADO 2 *“E também não só pensar o próprio local da moradia. Você passa a pensar todas as ocupações, toda cidade todo o país que você ver né! O negócio que aconteceu lá em São Paulo está projetando conseqüências aqui.”*

O avanço da consciência é o fator destacado pelo **entrevistado 7** como resultado do processo formativo da coordenação, ainda que esteja em curso. Em suas três falas ele reforça que adquirir um melhor entendimento sobre as contradições presentes no capitalismo, foi o seu principal ganho diante do processo formativo.

ENTREVISTADO 7 *“Na hora que você vai ver sua consciência começa aumentar a cada dia que passa, no decorrer da luta.”*

ENTREVISTADO 7 *“Eu acho que o que mudou mesmo foi a minha consciência. Sem dúvida! Eu não tenho muita dúvida disso... Eu sempre vou bater na consciência, porque*

minha consciência era muito baixa antes de entrar para a luta. Eu vivia o mundo capitalista. Saía de manhã trabalhar, final do mês pegar meu dinheirinho encher mais ou menos minhas vasilhas lá, tomar uma e pronto. Acabou o dinheiro. Hoje não! É a consciência sem dívida!”

ENTREVISTADO 7 *“Eu comecei a participar das reuniões. Aí no meio das reuniões e eu no meio de ser contemplado também. Aí a gente começa a adquirir uma certa consciência de luta, de entender que a luta não é menor nem maior que a outra. Aí a gente começa naquele processo. Aí você vê que não é só você, que tem mais gente precisando e vamos juntos.”*

Ao analisar as falas sobre o processo de formação dos coordenadores e coordenadoras é possível concluir que, o quadro de coordenação não se apresenta como um bloco homogêneo. Aponta-se novamente a coordenação como um processo, não como algo pronto e dado. Retira-se das falas o reconhecimento dos diferentes espaços, dos diferentes tempos responsáveis pela construção do corpo de coordenadores da ocupação, e das diferentes produções de conhecimentos possibilitadas por ele.

5.2.4 A Relação entre a Teoria e a Prática no Processo Formativo da Coordenação

O diálogo e aproximação da teoria com a prática

Nas conversas destacadas a seguir os **entrevistados 1, 2 e 6** dizem da necessidade da aproximação da teoria com a prática, com objetivo de referenciar suas ações e problematiza os desafios colocados diante dessa questão.

A primeira fala do **entrevistado 2** afirma a necessidade de sistematizar o conhecimento teórico, para facilitar entendimento por das famílias ocupantes. Em sua fala posterior, ressalta a necessidade esclarecer melhor a relação entre a prática e a teoria objetivando o desobscurecer os porquês das ações realizadas.

ENTREVISTADO 2 *“Conhecimento querendo ou não, mesmo que ele seja popular, ele precisa ser... quando você vai colocar ele na teoria, você precisa sistematizar ele. Acaba tendo que ter um certo rigor para colocar ele organizadinho, colocar ele todo bonitinho, mas ao mesmo tempo você tem que fazer um baita esforço para não dificultar o negócio né! Na verdade tem que servir para você para facilitar.”*

ENTREVISTADO 2 *“E a outra coisa é conseguir ligar melhor a prática com a teoria. Conseguir fazer com que os companheiros entendam como aquela prática que deu certo, mas porque na teoria tem que fazer isso. Acho que ainda tem um pouco de dificuldade, mas*

também é decorrência do público do MLB, que em geral são pessoas que tiveram poucas oportunidades no processo de educação formal né. É o nosso desafio.”

O **entrevistado 1** aborda o recorte teórico seguido pelo MLB, que aponta a classe trabalhadora como o principal agente político do processo revolucionário. Em seguida discursa sobre o valor de articular os processos da luta com os processos formativos para alcançar a conscientização das famílias e coordenação.

ENTREVISTADO 1 *“Primeiro, que a leitura que nós fazemos, é uma leitura baseada no Marxismo que, a revolução... que os agentes políticos centrais do processo revolucionário, de uma revolução socialista que, ao que nós defendemos deve ser a classe trabalhadora, sobretudo os operários. Leia-se a classe operária nessa nossa conversa não só o operário fabril, mas o operário que gera mais valor a mais valia definida pelo Marx.”*

ENTREVISTADO 1 *“Mas nesse processo você acaba conseguindo conscientizar muita gente, formar novas lideranças, tanto no processo de enfrentamento que a própria luta tem, quanto no processo de formação política, a formação pedagógica política que a própria luta dá. Mas além disso, com o trabalho de estudo de leitura, de reunião de alfabetização que nós também já fizemos, de tudo isso que vai contar, de cursos, de seminários, enfim... De palestras e assembleias, de tudo que pode agregar conhecimento para essas lideranças. Essa formação da Eliana Silva vai se dar nesse contexto geral. Entendendo também que é um movimento está em processo de consolidação. Nós não consideramos que o MLB já atingiu sua maturidade política.”*

O **entrevistado 6** expõe o esforço do MLB em adequar a linguagem do material trabalhado nas reuniões de formação da coordenação, ao considerar a realidade do público que compõem o corpo da coordenação, para apresentar a teoria de uma forma palatável e facilitar seu entendimento.

ENTREVISTADO 6 *“Os meninos tentam colocar o material em uma linguagem de fácil acesso. Eles sabem que a maioria das pessoas que vão para ocupação não tem instrução. Então para você falar tem que ser, às vezes é muito alguma coisa e eles falam, essa palavra aqui significa isso e isso e isso, dentro do nosso contexto. Eles mesmos já sentem essa... Já tem essa percepção de que, algumas palavras as pessoas não vão entender. Aí ele sempre tomam... Esclarece! As vezes eles lêem só um parágrafo e assim explicam ele para continuar, que assim você vai trazendo instrução para as pessoas. E elas vão vendo, porque muita gente*

analfabeta, então é só o ouvir. Aí você tem que tomar cuidado com que você vai falar. Para pessoa não ter uma interpretação errada.”

O **entrevistado 5** faz um contraponto apresentando limites da formação teórica. Em seu entendimento o maior peso do processo formativo se encontra na prática, entendendo que as ações do movimento e as vivências na comunidade são os principais responsáveis pela formação da coordenação.

ENTREVISTADO 5 *“Mesmo entendendo que a teoria e a prática tem que caminhar juntos, a gente sabe disso tudo e isso é legal. Só que na prática o negócio é a prática você entendeu? A gente sabe da importância das duas coisas, mas na prática a gente não tem tempo pra teoria. tem que acabar fazendo no improviso mesmo. Porque a gente não tem tempo para formulação teórica, mas a gente sabe que é importante as duas coisas. Mas na prática mesmo não é assim que funciona não.”*

ENTREVISTADO 5 *“Eu acho que prática forma muito! Porque às vezes a gente tá lá na luta e não tem nem tempo parar...Às vezes acontecem as coisas e é tão imediato o problema que, as vezes a gente não tem tempo para parar, e pensar e falar vamos tomar uma decisão e tal, vamos parar sentar e ficar duas horas lendo fazendo formação... É muito importante, mas a prática te empurra mais rápido para essa formação assim.”*

ENTREVISTADO 5 *“Importante mesmo é a prática, que nós enquanto coordenador, lá no chão lá... É a prática que foi empurrando a gente. Que foi formando a gente mesmo.”*

Em suas duas últimas falas denuncia a linguagem teórica como um fator distante da realidade das ocupações que, por consequência afasta o entendimento das coordenadoras e coordenadoras, uma vez que são pessoas de dentro das próprias comunidades.

ENTREVISTADO 5 *“A gente pode ter um milhão de formações, imagina se você não entendeu nada, os termos... Por exemplo, você chega lá na coordenação da Paulo Freire. Olha a especulação imobiliária que não sei o quê... Sabe! Eu sei que eu tô lutando por isso! mas se aparecesse e explicasse com outros termos eu ia parar e falar ahh é isso! A linguagem da formação tem que ser adequada a gente, a nós, a galera das ocupa mesmo, porque a coordenação sai de lá.”*

ENTREVISTADO 5 *“As formações pecam muito nisso. já passei por formações que tinha ficar procurando palavra no dicionário.”*

O **entrevistado 3** corrobora e exemplificada a situação relatada pelo **entrevistado 5** anteriormente.

ENTREVISTADO 3 “Eu tive essa situação no convite de uma reunião que nem lembro onde que era agora. Lembro que foi no centro. Vendo aquele público, aquele tanto de público, a pessoa tava falando essas palavras de tese e eu observando as pessoas ao redor. Ela estava assim... tipo assim... tentando entender o que a pessoa tava falando. Talvez se a pessoa chegasse para ela e falasse assim ó..., a palavra que ela falou com o nome popular, a pessoa falaria ohhh é isso! Muitas vezes a palavra foi bonita mas não dá o recado.”

O **entrevistado 2** traz a preocupação em melhorar a relação de ensino e aprendizagem entre o movimento e suas coordenações, relatada por ele como “nossa pedagogia”, entendendo que esse é um ponto deficitário no processo formativo.

ENTREVISTADO 2 “Acho que a gente ainda tem muito que melhorar em algumas coisas, acho que na nossa pedagogia, porque ainda é falha. E a gente vai ler o jornal A Verdade com os moradores, tem que saber como ler a matéria porque tem gente que é analfabeta...Mas acho que a gente ainda tem muito a melhorar com pedagogia”

Na análise da relação teoria e prática foi possível observar a percepção por parte dos entrevistados, da prática dissociada da teoria e da teoria distanciada das ações. Embora afirmem reconhecer a importância desses dois elementos para a formação, a prática se apresenta como a forma mais legítima que compõem esse processo. Ao mesmo tempo os entrevistados reconhecem os esforços do movimento para tornar a linguagem da teoria de fácil compreensão. No entanto, alcançar o entendimento teórico por parte de todos da coordenação e da ocupação, por meio da produção social do conhecimento e do avanço da consciência de classe é um desafio posto ao movimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A categoria trabalho é compreendida na obra de Marx como a mediação entre o homem e a natureza. Tal mediação é responsável por apresentar o mundo ao ser social e assim possibilitar que ele o conheça. O trabalho carrega em si, o seu duplo caráter de transformação, pois ao transformar o mundo o homem transforma também a si mesmo.

Perante os esclarecimentos dados por Marx sobre essa categoria, entende-se ela como uma condição inevitável para a produção social do conhecimento, pois para se falar do mundo se parte necessariamente do mundo, da mediação com o mundo, pois somente dessa maneira pode-se aprender sobre os objetos externos ao homem. Sendo assim, qualquer formulação originada pelo ato pensante do ser social que, não esteja ancorado na materialidade do mundo, não passa de um pensamento falseado sobre a realidade confeccionado no seio da doutrina Idealista.

Pelo trabalho está posta a possibilidade de rompimento com o idealismo e ainda, a superação das proposições metafísicas, na quais separa o sujeito que conhece do objeto a ser conhecido. Pois a mediação com a natureza garante a interação indissociável entre sujeito e objeto através da dialética, que só se faz presente em meio ao trabalho.

Sem embargo, toda e qualquer produção do conhecimento se origina a partir da experiência fenomênica, pela experimentação do corpo, dos órgãos sensoriais que aprendem e organizam de forma complexa (subjetiva) a objetividade do mundo. Essa apreensão deve ocorrer de forma fiel ao objeto, sendo também necessário o movimento de retorno, ou seja, o movimento que parte do pensamento para o mundo concreto. No entanto ocorre a necessidade de se avançar do fenômeno para alcançar a essência das categorias. Para que isso ocorra se faz necessário o exercício de abstração do concreto (do fenômeno).

Na análise realizada sobre os documentos do movimento, tem-se que as teses esclarecem os princípios e as categorias que norteiam a atuação do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas. Nelas estão expressos axiomas quanto ao proletariado como o sujeito revolucionário, a luta de classe como possibilidade de transformação social e o socialismo como forma de transição para a superação sociabilidade capitalista.

Elas admitem a Reforma Urbana acerca da democratização do direito à cidade, reestruturação de espaços urbanos não utilizados ou mal utilizados a fim de garantir o acesso à moradia e a outros direitos sociais como lazer, cultura, saúde e educação. Assumem o Direto

à Cidade como a participação dos habitantes da cidade na condução dos seus destinos, o direito à terra, aos meios de subsistência, a moradia, ao saneamento ambiental, a saúde, a educação, ao transporte público, a alimentação, ao trabalho e a informação. O movimento utiliza dessas duas categorias (*reforma urbana e direito à cidade*) para impulsionar a luta pelo socialismo, sendo efetivada de forma prática nos momentos de ocupações de terras e prédios para conquistar o direito à habitação digna e de qualidade. Tendo em conta a ocupação como a forma mais imediata e legítima de garantir as necessidades do povo sem teto e mobilizar parte da trabalhadora para a luta socialista.

Nas observações foi possível verificar que, o processo de formação ocorre de forma contínua no cotidiano dos coordenadores e das coordenadoras da ocupação. A luta se apresenta com uma categoria importante para o processo formativo, pois uma parte do conhecimento produzido se origina, a partir da mobilização e do fazer para suprir as necessidades imediatas e reais da classe trabalhadora, expropriada e espoliada da terra e da moradia.

No que diz respeito aos espaços destinados à formação, percebe-se uma notória diferença da atividade de Reunião de Formação da Coordenação para as demais. Nas Audiências Públicas, Reuniões de Núcleo de Família, Manifestações Públicas, Ocupações e Assembleias da Comunidade os processos de produção do conhecimento elaboram uma tomada da consciência de classe, por meio das contradições concretas existentes na sociedade capitalista. Todas essas ações partem de necessidades concretas da classe trabalhadora e do povo sem teto. São ações ancoradas nas demandas concretas e diárias das famílias na ocupação, expressas em seus fenômenos e suas aparências. Uma relação imediata com o mundo concreto contida na lógica formal e por isso mais fácil de ser aprendida no processo formativo.

Já a Reunião de Formação da Coordenação tem como objetivo esclarecer alguns conceitos, mas abstratos que, não estabelecem uma relação imediata com o mundo material. Essas categorias exigem outras mediações para serem alcançadas e por esse motivo apresentam maiores dificuldades para serem aprendidas dentro do processo de formativo dos coordenadores e coordenadoras do MLB.

Nas entrevistas as coordenadoras e coordenadores apontam a prática como principal fator para a produção de conhecimento e para a formação da coordenação, no entanto reconhecem a importância da teoria para o processo da tomada de consciência de classe e para

avançar na disputa política. Denunciam a linguagem como uma barreira a ser superada no processo formativo, pois consideram que ocorre uma incongruência entre as palavras utilizadas e as possibilidades de suas apreensões pelas coordenações, considerando que, os sujeitos que compõem esse espaço foram, pro muitas vezes, privados da vivência na educação formal, pelas mais distintas circunstâncias, e por consequência apresentam maior dificuldade com as estruturas *acadêmicas*.

Nelas também foi possível verificar as proposições para a formação da coordenação do movimento, com base na mobilização por meio da Reforma Urbana e o Direito à Cidade, que carrega consigo a afirmativa da classe trabalhadora como sujeitos da revolução, da luta social como forma de transformação da realidade e do socialismo como maneira de superação do capitalismo. Tais proposições esteadas nas categorias e apontamentos realizados por Karl Marx em sua vida e obra e pelas análises marxistas a posteriori.

Infere-se que a categoria trabalho é fundamental para o processo de produção e reprodução social do conhecimento, presente no processo formativo dos coordenadores e coordenadores do movimento, pois a produção do conhecimento que parte do fenômeno, do contato imediato com o mundo, tem um alcance maior dentro do processo de formação. No entanto encontra barreiras por parte de membros da coordenação ao avançar para a elaboração das categorias universais, tendo em vista a necessidade da abstração da esfera fenomênica, ou seja, realizar o movimento que parte da lógica formal para a lógica dialética.

Constata-se também que a influência do pensamento idealista metafísico se faz presente no processo de produção e reprodução social do conhecimento. A necessidade de uma construção materialista, histórica e dialética, que promova condições reais de transformação do mundo, se apresenta como desafio não só para formação dos coordenadores, mas em todos os momentos da produção de conhecimento socialmente elaborados.

Deve ser ainda destacar a relevância da coordenação para o processo de luta da comunidade Eliana Silva e para a reestruturação do Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas. Por fim, afirmar a importância da participação das mulheres dentro da coordenação, que assumem a frente de todo decurso da luta e resistência, encorajando as famílias de sem teto, com uma postura firme e aguerrida que, as tornam referências de luta dentro e fora do MLB.

REFERÊNCIA

AFONSO, Maria Rezende; AZEVEDO, Sérgio de. **Cidade, poder público e movimento de favelados**. In: POPERMAYER, Malori José (Org.). *Movimentos sociais em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1987, p.111-141.

ARAÚJO, James Amorim. **Sobre a cidade e o urbano em Henry Léfèbvre**. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 31, p. 133 – 142, 2012.

BAREMBLITT, G. **Compêndio de análise institucional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

BEZERRA, Miriam Regina de Sousa. **O movimento de luta pela moradia no bairro Capitão Eduardo**: processos educativos regatados pelas lembranças de seus primeiros moradores. 2006. 203f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2006.

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias; SOUZA, Viviane Pereira de. **Estilo e método: produção de trabalhos científicos**. Ipatinga: Damasceno, 2007.

CAMPOS, Rogério Cunha. **Que cidadãos, para qual cidadania?** – as interpelações dos movimentos sociais. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 28, n. 04, p. 357-376, dez., 2012. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982012000400015&script=sci_arttext>. Acesso em: 03 jul. 2014.

CARDOSO, Leandro. **Belo Horizonte: gênese e desenvolvimento**. “transporte alternativo: risco e possibilidades; reflexões sobre o caso de Belo Horizonte”. 2003, 163f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Geociências – Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Movimento social com categoria geográfica. Revista Terra Livre, São Paulo, n.15, p. 59-85, 2000.

GOHM, M. G. **Educação não-formal e cultura política**. 5. ed. São Paulo, Cortez. 2011.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 1v.

IASI, Mauro Luis. (2006). **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular.

JAPIASSU, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 2.ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.

JORNAL A VERDADE. • **unidade popular pelo socialismo: é necessário o poder político nas mãos dos trabalhadores**. Disponível em: <<http://averdade.org.br/2014/12/unidade-popular-pelo-socialismo-e-necessario-o-poder-politico-nas-maos-dos-trabalhadores/>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

KUENZER, Acácia Zeneida. **A educação profissional: breve contexto histórico e legal**. In: SEED/DET. Educação profissional no Paraná: fundamentos políticos e pedagógicos, Curitiba: 2005.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LÉFÈBVRE, Henri. **Espacio y política: el derecho a la ciudad, II**. Barcelona: Ediciones península, 1972.

LÉFÈBVRE, Henri. **Lógica forma, lógica dialética**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LÉFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LUCKÁCS, George. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais Marx. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p. 207- 245.

LUKÁCS, George. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Temas de Ciências Humanas, tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, n. 4, p. 1-18, 1978.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. Porto: Escorpião, 1974.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnica de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, José de Souza. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996. 151 p.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos. III**: Manuscrito. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

MARX, Karl. **Processo de Trabalho e Processo de Valorização**. In: MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro I, Vol. 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005. 128 p.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (Coord.). **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994.

MOREIRA, Sonia Virgínia. **Análise documental como método e como técnica**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005. p. 269-279.

MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIRROS, VILAS E FAVELAS. • **artigo: mina casa, mina vida**. Disponível em: <<https://www.mlbbrazil.org/>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIRROS, VILAS E FAVELAS. • **artigo: o mlb e a autogestão**. Disponível em: <<https://www.mlbbrazil.org/>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIRROS, VILAS E FAVELAS. • **artigo: o preço dos alugueis**. Disponível em: <<https://www.mlbbrazil.org/>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIRROS, VILAS E FAVELAS. • **teses do 2º congresso nacional do mlb**. Disponível em: <<https://www.mlbbrazil.org/>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIRROS, VILAS E FAVELAS. • **teses do 3º congresso nacional do mlb**. Disponível em: <<https://www.mlbbrazil.org/>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIRROS, VILAS E FAVELAS. **Carta de apresentação**. Disponível em: <<https://www.mlbbrazil.org/>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIRROS, VILAS E FAVELAS. **Teses do 4º congresso nacional do mlb**. Disponível em: <<https://www.mlbbrazil.org/>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO. **Carta de apresentação**. Disponível em: <<http://movimentodemulheresolgabenario.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

MOVIMENTO LUTA DE CLASSE. **Carta de apresentação**. Disponível em: <<http://www.lutadeclasses.org/>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

OCUPAÇÃO ELIANA SILVA. • **Registros diários**. Disponível em: <<http://ocupacaoelianasilva.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

OLIVEIRA JUNIOR, José Pereira. **Processos educativos, força identitária e mobilização comunitária na luta pela moradia no Candeal Pequeno**: programa tá rebocado. 2004. 102f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. Salvador. 2004.

OLIVEIRA, Alfredo Almeida Pino de. **Análise documental do processo de capacitação dos multiplicadores do projeto** “Nossas crianças: Janelas de oportunidades” no município de São Paulo à luz da Promoção da Saúde. 2007. 210 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem em Saúde Coletiva) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007

PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO. **Estatuto**. Disponível em: <<http://pcrbrasil.org/>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

PARTIDO COMUNISTAREVOLUCIONÁRIO. **Carta de apresentação**. Disponível em: <<http://pcrbrasil.org/>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

PRATES, Jane Cruz. **O método marxista de investigação e o enfoque misto na pesquisa social**: uma relação necessária. Revista Textos e Contextos, Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 11, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/11647>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 132-134.

SGARBI G, N. C. **Petrografia Macroscópica das Rochas Ígneas, Sedimentares e Metamórficas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SOMARRIBA, Maria das Mercês G.; VALADARES, Maria Gezica; AFONSO, Mariza Rezende. **Lutas urbanas em Belo Horizonte**. Petrópolis: Vozes, 1984.

SOUZA JUNIOR, Hormindo Pereira de. **As origens da ontologia do ser social**: a questão do método. Revista Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v.24, n.1, p.9-12, jan/abr. 2015.

TEIXEIRA, Wilson. FAIRCHILD, Thomas Rich. TOLEDO, M. Cristina Motta de. TAIOLI, Fabio. **Decifrando a Terra** – 2a edição. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 2009.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1947

TONET, Ivo. **Educação e ontologia marxiana** in: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 135-145, abril 2011 - ISSN: 1676-2584 Disponível em www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/41e/art10_41e.pdf. Acessado em 10 de novembro de 2012

TRILLA, Juane. **El sistema de educación no formal**: definición, conceptos básicos y âmbitos de aplicación. In: SARRAMONA, J (Org.). La educacion no formal. Barcelona: Ceac, 1992. p. 9-50.

UNIDADE POPULAR PELO SOCIALISMO. • **programa da unidade popular (up)**. Disponível em: <<http://unidadepopular.org.br/>>. Acesso em: 04 mai. 2018

WIRTH, Louis. **O urbanismo como modo de vida**. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p.97-122.

YOUNG, L. & Alexander, B. (2014) **A química entre nós: Amor, sexo e a ciência da atração**. Rio de Janeiro: Best Seller;

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista em campo

QUESTÃO CENTRAL DA PESQUISA

Como ocorre o processo de produção e reprodução do conhecimento na formação de lideranças na Comunidade Eliana Silva?

OBJETIVO GERAL

Investigar como o trabalho que acontecem na Comunidade Eliana Silva contribui para a produção e reprodução social do conhecimento proporcionando a formação crítica e autônoma, nas relações sociais dentro da comunidade, e de que forma essas experiências contribuem para a formação dos sujeitos ocupantes que exercem quadros de liderança.

OBJETIVO DE PESQUISA

Contribuições da categoria trabalho para o processo de produção e reprodução social do conhecimento objetivando a formação de lideranças

Questões de Pesquisa

1. *Quem são os sujeitos que ocupam as lideranças da comunidade?*
2. *Como ocorre o processo de formação de lideranças?*
3. *O que os sujeitos que ocupam as lideranças entendem como trabalho?*
4. *O que processo de formação de lideranças objetiva?*
5. *Qual o papel da luta pela moradia para a produção e reprodução social do conhecimento?*

Objetivos Específicos

1. *Identificar e caracterizar os sujeitos que ocupam as lideranças da comunidade*
2. *Analisar o processo de formação de lideranças;*
3. *Identificar e analisar o que os sujeitos que ocupam as lideranças entendem como trabalho;*
4. *Caracterizar e analisar os objetivos do processo de formação de lideranças;*
5. *Caracterizar e analisar o papel da luta pela moradia na produção e reprodução social do conhecimento*

Categorias de Análise

1. *Sujeitos que ocupam as lideranças da comunidade*
2. *Princípios do processo de formação de lideranças;*
3. *Entendimento sobre o trabalho*
4. *Formação de lideranças*
5. *Práxis da luta para a produção e reprodução social do conhecimento*

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**AS CONTRIBUIÇÕES DA CATEGORIA TRABALHO NO PROCESSO DE PRODUÇÃO
DE CONHECIMENTO NA FORMAÇÃO DA COORDENAÇÃO DA OCUPAÇÃO
ELIANA SILVA**

Pesquisador Responsável: Leonardo Debossan de Oliveira

Endereço: Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha.

CEP: 31270-901 – Belo Horizonte - MG,

Fone: (31) 999118440

E-mail: leodebossan@gmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **“CONTRIBUIÇÕES DA CATEGORIA TRABALHO: O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA FORMAÇÃO DA COORDENAÇÃO DA OCUPAÇÃO ELIANA SILVA”**. Neste estudo pretendemos investigar como as práticas coletivas de luta e de organização que acontecem na Comunidade Eliana Silva permitem a formação crítica e autônoma que proporcione a tomada da consciência de classe, nas relações sociais dentro da comunidade, e de que forma essas experiências coletivas contribuem para a transformação dos sujeitos ocupantes que exercem quadros de liderança..

Este trabalho se justifica pela relevância de analisarmos e avaliarmos as formas de atuação dos movimentos socioterritoriais urbanos, observando a capacidade dos sujeitos ocupantes acumularem experiências coletivas e contra-hegemônicas, que possibilitem processos de formação política mais ampla, de modo que o processo de luta pela moradia não se finde no acesso as terras urbanas e na regularização fundiária dos terrenos, mas que possibilite impulsionar a luta para além de experiências isoladas. Nesse sentido é necessário observar o processo formativo dos quadros de lideranças da comunidade com a intenção de compreender os processos já existentes na comunidade Eliana Silva, mediadas pelo projeto político do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas centralizado pelo Partido Comunista Revolucionário. Ele ainda permitirá uma análise dos movimentos socioterritoriais que possibilitará ferramentas e caminhos para analisar suas práticas, sua atividade política e de formação de seus militantes de maneira a impulsionar a luta para processos de caráter mais classista, visando alcançar soluções essenciais. Por fim, destacamos a importância de preencher uma lacuna nas pesquisas acadêmicas, uma vez que são poucos os trabalhos a

discutirem tal questão. Este projeto visa aproximar ainda mais a universidade dessa discussão e busca contribuir com apoio técnico, político e científico para os movimentos sociais, tanto pelo potencial acadêmico que possui quanto por acreditar, entender e respeitar a legitimidade da luta social.

Para este estudo adotaremos o referencial metodológico marxista através da dialética histórica materialista, utilizando o método quanti-qualitativo proposto por Lefebvre. O estudo quanti-qualitativo apresenta-se como uma ferramenta para compreensão da realidade e não deve ser aceito como uma relação dicotômica. A abordagem quanti-qualitativa dentro de referencial marxista não se trata de entender o sujeito como passivo e receptivo como entendemos positivistas, mas sim da compreensão que tais formas e conteúdo são indissociáveis, mas se necessitam numa perpétua interação regida pela categoria dialética. Importante destacar que o método materialista histórico dialético não restringe à interpretação e compreensão da lógica do capital explicitado na obra tardia de Marx, mas de uma maneira de apreensão da realidade objetiva no qual a ontologia precede a epistemologia rompendo assim com qualquer forma especulativa do real. Dessa forma, para se entender a vida e o mundo parte-se da vida e do mundo e não dos conceitos sobre a vida e o mundo. Pois as categorias são apreendidas no mundo social e historicamente construídos e não da elaboração do pensamento do ser social. Por fim, será realizada a análise dos dados coletados. Esse momento da pesquisa tem como objetivo organizar e interpretar os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Ressaltamos a possibilidade de danos à dimensão social e cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer fase de uma pesquisa e dela decorrente.

No entanto pretende-se ao final da pesquisa obter um diagnóstico do processo de formação política das lideranças dos movimentos socioterritoriais apontando os pontos críticos e as possibilidades de melhoras e destacando também os pontos positivos desse processo.

Riscos ao entrevistado

Possibilidade de danos à dimensão social e cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer fase de uma pesquisa e dela decorrente como:

- **Cansaço ou aborrecimento ao responder questionários;**

- **Constrangimento ao se expor durante a realização de testes de qualquer natureza;**
- **Desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio e vídeo;**
- **Alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias**
- **Alterações de visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função de reflexões sobre o processo de formação de lideranças**

Procedimentos para minimizar os riscos.

Com o Objetivo de esclarecer e reduzir os riscos será solicitado aos participantes o consentimento livre e esclarecido zelando pelo respeito devido à dignidade humana a pesquisa só se processará após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si manifestem a sua anuência à participação na pesquisa. E ainda a garantia de suas reais identidades preservadas.

O entrevistado não precisa responder a qualquer pergunta ou parte de informações obtidas em debate/entrevista/pesquisa, se sentir que ela é muito pessoal ou sentir desconforto em falar.

- **Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador**
- **O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.**
- **Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.**
- **O (A) Sr (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.**

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, na **Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais** e a outra será fornecida a você.

Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador assumirá a responsabilidade pelos mesmos.

Em caso de dúvidas o entrevistado pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais a qualquer momento por meio de telefone, email, ou presencial nos seguintes contatos:

- Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha - Belo Horizonte - MG - CEP 31270-901
Unidade Administrativa II - 2º Andar - Sala: 2005
- Telefone: (031) 3409-4592
- E-mail: coep@prpq.ufmg.br

Horário de atendimento: 09:00 às 11:00 / 14:00 às 16:00

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos do estudo “**A luta pela moradia no processo de ocupação urbana e as possibilidades do processo educativo**”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

DECLARO QUE CONCORDO EM PARTICIPAR DESSE ESTUDO. RECEBI UMA CÓPIA DESTE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E ME FOI DADA À OPORTUNIDADE DE LER E ESCLARECER AS MINHAS DÚVIDAS.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2017 .

Nome - Assinatura participante – Data

Nome - Assinatura pesquisador – Data

Nome Assinatura - testemunha – Data

Assinatura participante

Assinatura pesquisador